

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS DE RONDONÓPOLIS  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**OS RITMOS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NA BACIA DO RIO  
ITIQUIRA - MT.**

**HEMILY SUED ALVES COSTA**

Dissertação de Mestrado

RONDONÓPOLIS – MT

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS DE RONDONÓPOLIS  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/

**OS RITMOS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NA BACIA DO RIO  
ITIQUIRA - MT.**

Hemily Sued Alves Costa

Orientador Prof. Dr. José Roberto Tarifa

Dissertação De Mestrado

RONDONÓPOLIS – MT

2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

A474r SUED, HEMILY ALVES COSTA.  
OS RITMOS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NA BACIA  
DO RIO ITIQUIRA - MT / HEMILY ALVES COSTA SUED. -- 2018  
xiv, 142 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: JOSÉ ROBERTO TARIFA.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso,  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, Rondonópolis, 2018.  
Inclui bibliografia.

1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO. 2. RITMOS. 3. BACIA DO  
RIO ITIQUIRA - MT. 4. ITIQUIRA - MT. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Rodovia Rondonópolis-Guiratinga, km 6 (MT-270) - - Cep: 78735901 -Rondonópolis/MT

Tel : (66) 3410-4020 - Email : mestrado.ppgeo.cur@gmail.com

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO : "Os Ritmos e a Produção do Espaço Agrário da Bacia do Rio Itiquira - MT"**

AUTOR : Mestranda HEMILY SUED ALVES COSTA

Dissertação defendida e aprovada em 11/05/2018.

Composição da Banca Examinadora:

---

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	José Roberto Tarifa
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		
Examinador Interno	Doutor(a)	Caio Augusto Marques dos Santos
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		
Examinador Externo	Doutor(a)	Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Instituição : USP		
Examinador Suplente	Doutor(a)	Jorge Luiz Gomes Monteiro
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		

RONDONÓPOLIS, 28/09/2018.

A minha mãe Elisângela por me ensinar a voar e desejar sempre novos horizontes...

Ao meu pai Josinaldo por me ensinar a reconhecer quando pousar, abaixar a cabeça e resistir ...

Ao meu pai José Clemente ( *in memoriam*) com quem aprendi que na vida nada é detalhe, e sim propósitos ...



## AGRADECIMENTOS

A vida é a mensagem da criança que fomos para o velho que seremos! Começo os meus agradecimentos com esse pensamento que um dia ouvi e que me leva a agradecer a todos que já participavam da minha vida e aos que foram aos poucos conquistando seus espaços e que no decorrer desta pesquisa me fez entender a essência e o valor dessas palavras.

Agradeço de todo coração a minha família, minha mãe Elisângela, meu pai Josinaldo, aos meus irmãos Silas, Priscila, Marcos e Levy por ser a extensão de Deus na terra para que eu não desesperasse. E aos meus pais de coração João e Marleuda por serem mais uma manifestação divina de amor e caridade, agradeço pela torcida, incentivo e reconhecimento.

A minha família paterna, vale a pena as descobertas diárias.

Aos bons e velhos amigos conquistados desde a infância ou nos tempos da graduação que se mantiveram ao meu lado na torcida ou me ajudando quando muitas das vezes fiquei sem perspectivas, essa é para vocês Darlan, Ed, Kelly, Joani, Monalisa, Pauliana, Paula, Regina, Solange Wérica.

E aos amigos que o mestrado me deu Alesson, Cristiane, Jairo, Rodrigo, Rubens e Simone pelos dias passados na Universidade, os trabalhos feitos e as trocas de conhecimento e momentos de descontrações que tornaram mais leve a caminhada, eternamente lembrarei dos nossos horários do café.

A vocês um agradecimento especial pelas diversas maneiras que me ajudaram a preservar em meio as muitas adversidades a boa mensagem da criança que fui e a refletir no “bom velho” que posso ser...

Aos funcionários da Secretaria de Agricultura de Itiquira pela receptividade e disposição em ajudar, aos presidentes das associações e assentamentos por dispor de um tempo para me fornecer informações primordiais a pesquisa e a todos os assentados, pequenos produtores e antigos moradores de Itiquira pela paciência e boa vontade em compartilhar suas experiências, minha conquista existe por vocês!

Ao professor Jorge Luiz Monteiro pela amizade e estímulo desde a graduação a persistir na vida acadêmica.

Ao professor José Roberto Tarifa pelas orientações, conhecimentos compartilhados e críticas que permitiram meu amadurecimento enquanto pessoa e profissional.



A Fátima secretária do Degeo pelos cuidados, sorrisos e carinho compartilhado. Ao departamento de geografia pelo suporte de laboratórios e a secretaria do PPGeo por sempre auxiliar todas as vezes que precisei.

Aos membros da banca professor Ariovaldo Umbelino, Caio Augusto e Jorge Luiz pela disposição em participar e desprender um tempo a esta pesquisa.

Um agradecimento especial ao professor Joaquim Côrrea Ribeiro da Unemat por partilhar sua pesquisa de doutorado que muito contribuiu nos levantamentos da minha área de estudo.

Aos membros e colegas de pesquisa do grupo Bolsistas Capes pelas histórias, alegrias e tristezas compartilhadas, fomos e somos capazes!

Aos meninos e meninas da ABU do campus UFMT/CUR irmãos em Cristo com quem pude ter nesses dois anos momentos de boas e edificantes reflexões.

A todos os integrantes e colegas de canto do Coral Ufnt, minhas terças e quintas não terão mais o mesmo fim de tarde, foi lindo cada momento com vocês!

Enfim, a Deus o maestro de todas as coisas na vida, a quem atribuo todas as minhas vitórias e aprendizados “autor da minha fé dono do fôlego que me mantém de pé!”

*O "cão" é o homem que se perdeu em seus valores e foi amansado.*

*Ainda continua fiel, mas sua fidelidade é doentia e cega a ponto de esquecer quem realmente é, tendo assim seus valores derrubados por ordens superiores.*

*O "cão" é a representação fiel ao homem pós-moderno, onde está acomodado em sua vida, come o que colocam no seu pote e só ladra para aquilo que ameaça desconstruir a realidade dele.*

*Bruno Formagio*

## RESUMO

Esta pesquisa da perspectiva dos ritmos como método de compreensão da produção do espaço, parte de um referencial teórico que aponta para a possibilidade de perceber as integrações existentes entre os indivíduos, as organizações econômicas, as ações discursivas de planejamento político com os atributos físicos do espaço. Para tal interpretação foram realizadas análises em campo, a fim de apreender a realidade em sua totalidade e por meio de dados qualitativos e quantitativos que levaram a produção de material cartográfico e outros documentos que permitissem a representação tais como quadros e fotos. Por meio dos dados, análise e discussão podem ser compreendidas por meio do movimento dialético da realidade que a produção do espaço agrário da bacia do rio Itiquira se dá pela coexistência dos avanços das organizações econômicas de agricultura de mercado incentivadas pelas políticas públicas do Estado e de governo com a coexistência das pequenas produções e produtores familiares que à medida que resistem produzem novos mecanismos de produção do espaço. De modo que, no mesmo espaço coexiste o novo e o velho em suas vivências pessoais e culturais e um incorpora ou suprime o outro num constante movimento que altera a realidade e forma um novo espaço.

**Palavras-Chave:** Produção do Espaço Agrário; Ritmos; Bacia do Rio Itiquira: – MT.

## **ABSTRACT**

This research from the perspective of rhythms as a method of understanding the production of space, starts from a theoretical referential that points to the possibility of perceiving the existing integrations between individuals, economic organizations, actions political planning discourses with the physical attributes of space . For this interpretation, field analyzes were carried out in order to understand the reality in its totality and through qualitative and quantitative data that led to the production of cartographic material and other documents that allowed the representation such as pictures and photos. Through the data, analysis and discussion can be understood through the dialectical movement of reality that the production of the agrarian space of the Itiquira river basin is due to the coexistence of the advances of the economic organizations of market agriculture stimulated by the public policies of the State and of government with the coexistence of small productions and family producers who, as they resist, produce new mechanisms of space production. So in the same space the new and the old coexist in their personal and cultural experiences and one incorporates or suppresses the other in a constant movement that changes reality and forms a new space.

Keywords: Agrarian Space Production; Rhythms; Itiquira River Basin: - M

## LISTA DE FOTOS

Foto 1. Alimentos da Agricultura Familiar destinados ao PNAE .....	80
Foto 2. Produção de subsistência no Assentamento Tio Elias .....	84
Foto 3. Associação dos Produtores de Seringa de Ouro Branco.....	89
Foto 4. Relevo e solo do alto curso da bacia do rio Itiquira .....	96
Foto 5. Ocupação do médio curso da bacia do rio Itiquira.....	99
Foto 6. Fazenda com consorcio algodão – pecuária.....	102
Foto 7. Fazenda de criação de gado em sistema semi-extensivo.....	104
Foto 8. Uso e Ocupação das margens do rio Itiquira.....	105
Foto 9. Organização produtiva de uma “fazenda-algodoeira”.....	112
Foto 10. Colheita da soja em “fazenda-sementeira”.....	113

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. As diversas relações sociais e econômicas surgidas no campo brasileiro entre os séculos XVI – XX .....	39
Quadro 2. Descrição Sumária das Unidades Litoestratigráfica da Bacia do Rio Itiquira- MT.....	54
Quadro 3. Roteiro de trabalho de campo .....	65
Quadro 4. Tamanho das propriedades em hectare no município de Itiquira em 1980.....	74
Quadro 5. Assentamentos na Bacia do Rio Itiquira .....	79
Quadro 6. Associações e Cooperativas na Bacia do Rio Itiquira.....	80
Quadro 7. Perfil Socioeconômico dos maiores municípios da bacia do rio Itiquira na década de 1990.....	91
Quadro 8. Perfil Socioeconômico dos maiores municípios da bacia do rio Itiquira na década de 2000.....	92
Quadro 9. Estrutura Fundiária da Bacia.....	107

## LISTA DE SIGLAS

ADM – Archer Daniels Midland  
ANA - Agência Nacional de Águas  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
BAP - Bacia do Alto Paraguai  
BDM - (Brisot D’Marco)  
CEMAT - Centrais Energéticas Matogrossense  
COMAJUL - Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
CooperUna - Cooperativa Mista dos Produtores Agropecuaristas de Itiquira e região  
COOPSOB - Cooperativa dos Seringueiros do Ouro Branco do Sul  
COREXPORT - Corredores de Exportações  
CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito  
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte.  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INTERMAT - Instituto de Terras do Mato Grosso  
MRAM - Modelo de Reforma Agrária de Mercado  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PMDI - Plano Diretor de Itiquira  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural  
POLOCENTRO – Programa Nacional de Desenvolvimento  
PRODEPAN Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal  
PRODOESTE – O Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste  
PRONAF -. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSD - Partido Social Democrático

SEAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso

TMG - Tropical Melhoramento e Genética

UDN – União Democrático Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

UTM – Universal Transversa de Mercator



## SÚMARIO

LISTA DE FOTOS .....	XI
LISTA DE QUADROS.....	XII
LISTA DE SIGLAS.....	XIII
1. INTRODUÇÃO .....	17
2. FUNDAMENTAL TEÓRICO .....	19
2.1. Os Ritmos na Produção do Espaço .....	26
2.2. Capital e os Ritmos da Sociedade Agrária Brasileira .....	33
2.3. Produção do Espaço Agrário Brasileiro .....	35
2.4. Ricos Brancos Partidários e Donos de Terra .....	36
2.5. Ascendência dos Donos das Terras no Cenário Político Brasileiro e os Novos Contextos.....	39
2.6. Poder e Posse da Terra no Mato Grosso: A familiocracia como legado.....	45
3. UNIVERSO DA ANÁLISE .....	49
3.1. Estrutura Climática .....	52
3.2. Estrutura Geológica e Geomorfológica.....	52
3.3. Estrutura Pedológica .....	57
3.3. Caracterização dos Solos e Vegetação.....	57
3.5. Formação Socioeconômica .....	58
4. METODOLOGIA .....	62
4.1. Delimitação da Área de Estudo .....	62
4.2. Do Método e Fundamentação Teórica .....	62
4.3. Entrevistas e Obtenção de Dados Históricos .....	64
4.4. Trabalho de Campo .....	64
4.5. Organização e confecção de material cartográfico.....	66
5.RESULTADOS .....	70
5.1. Políticas Nacionais e o Despontar Da “Rainha Da Soja” na década de 1980. ....	75
5.2. O Perfil Socioeconômico da Bacia do Rio Itiquira nos Anos de 1990.....	78
5.3. Políticas de Reforma Agrária e a Formação das Associações e Cooperativas de Produção Familiar – década de 2000.....	78

5.3.1. Assentamento Santa Ana .....	81
5.3.2. Assentamento Tio Elias e Chico Bortolini .....	82
5.3.3. Assentamento Adriana.....	85
5.3.4. Assentamento PAF/ Coopsob .....	87
5.3.5. Associação dos Produtores do Sapé e Engano .....	89
5.4. O Perfil Socioeconômico da Bacia do Rio Itiquira nos Anos de 2000.....	90
5.5. O Uso e Ocupação do Solo e as Relações da Grande, Média e Pequena Produção na Bacia do Rio Itiquira.....	95
5.6. Distribuição Fundiária e as Relações Sociais no Alto, Médio e Baixo Curso.....	106
6. DISCUSSÃO.....	115
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	135
APÊNDICES.....	142

## 1. INTRODUÇÃO

Toda pesquisa nasce de experiências e vivências, de comportamentos e ações cotidianas que eleva o indivíduo a problematizar a realidade e buscar formas de compreendê-la. O presente estudo não se faz diferente a terra e as relações existente nela, o controle, a posse, a distribuição e valor sempre estiveram presente na minha vida desde cedo, condicionando minhas perspectivas e concepções de mundo servindo de estímulo a busca por entender as questões agrárias.

Foram muitos anos residindo nas sedes das fazendas sementeiras e algodoeiras no município de Itiquira como membro de uma família de trabalhadores assalariados, em especial meu pai técnico agrícola que se dedica há anos seu conhecimento no cuidado da lavoura. Ainda criança percebi que o espaço de convivência nas grandes fazendas sempre teve questões bem estabelecidas de organização e trabalho. Eram técnicos, operadores e peões que passavam o dia na lavoura e nós mulheres ficávamos o dia na sede cuidando do trabalho doméstico.

O espaço da fazenda possuía uma hierarquia um dono que dificilmente aparecia nas terras, geralmente arreadas para outros. Alojamentos para os peões, trabalhadores com famílias em outros estados do Brasil e residências para os trabalhadores que possuíam família e a lavoura em si também possuía sua organização e cuidados.

Aos poucos fui aprendendo o que eram os talhões e suas peculiaridades e o quão extensas eram as terras naquelas faixas de chapadão como nos referíamos ao lugar que vivíamos. Fui me relacionando muito bem com espaço da monocultura presente desde o quintal das nossas casas e trajetos cotidianos.

O cuidado com os maquinários e os enormes blocos de anotações técnicas do meu pai sempre sinalizavam em nossa casa que não podia haver erros. E aos poucos a realidade foi amadurecendo por que tudo aquilo era tão valioso? Por que cuidávamos tão bem de algo que não nos pertencia? Por que um erro era arriscado? Por que a qualquer momento poderíamos ser mandados embora da fazenda?

Enfim, em meio a esses questionamentos pude vivenciar as mudanças naquela estrutura que vivíamos, a organização das fazendas passaram gradualmente por mudanças e nossa família e de outros trabalhadores foram aos poucos indo residir na cidade. Continuamos vivendo do trabalho assalariado nas fazendas, porém não mais residentes e

sim alojados meu pai ficava na fazenda e o restante de nossa família na cidade, realidade ainda existente.

Paralela a essas mudanças de relações nas fazendas venho a vivenciar a uma realidade até então muito que veio a aprimorar aqueles questionamentos e, sobretudo a amadurecer a ideia que levou a posteriormente pesquisar o tema dessa dissertação. A experiência em questão surge em 2002 quando meu avô, retirante nordestino, que sempre desejou ter seu pedaço de terra adquire por meio dos programas do governo um lote de 16 hectares.

O modo de vida se mostrava totalmente diferente do que havíamos até então vivenciando, o contraste salta aos olhos, no assentamento o quintal tinha vários tipos de frutas, verduras, tinha horta, tinha plantação de milho, mandioca, melancia, cana, parecia ter de tudo.

Não me passava despercebido que a vida e contato com a terra era demasiadamente diferente não só na variedade de plantio as próprias relações com os demais assentados não era isolada, coisa comum nas fazendas, os hábitos diários desde o acordar cedo para ajudar o “vô” tirar leite da vaca a “coalhar” o leite para fazer o queijo ou até mesmo como chamar os animais para serem tratados.

Os tamanhos dos lotes não perdiam de vista, também não era nenhum chapadão, pelo contrario era um “areião” num terreno muito acidentado. Não tinha energia elétrica e todas as noites para passar o tempo os vizinhos e “compadres” se reuniam para conversas corriqueiras. Essas realidades as quais descrevi ainda são vivenciadas por outras pessoas se deram, como já mencionado no município de Itiquira – MT por muito tempo conhecida como a “rainha da soja” do Mato Grosso.

Essa valorização do município pela sua produção agrícola tornavam evidente o domínio e controle do agronegócio em nossa realidade e as limitações impostas pelo mesmo a nosso convívio e relações. Afinal, a essa altura o “vô” havia perdido o lote, não conseguiu produzir o suficiente para pagar o banco, meu pai permanecia vendo a família duas vezes na semana.

Gradativamente presenciei muitas transformações na organização do campo e suas relações em Itiquira. A ciência geográfica veio me apresentar os agentes do desenrolar dessas ações e pude então perceber que Itiquira – MT era mais uma entre tantas outras cidades no Brasil apropriadas para os fins agricultura e pecuária de mercado.

A partir dessas experiências e pelos vários trajetos que percorri nos anos da graduação, sobretudo no levantamento dos dados usados na monografia foi que nasceu o objeto dessa pesquisa que pretende compreender as relações contidas na produção do espaço agrário da bacia hidrográfica do rio Itiquira, escolhida a princípio por contemplar os limites municipais de Itiquira, palco das experiências que motivaram a pesquisa.

Essa partiu da perspectiva de que a bacia do rio Itiquira- MT possuía o agronegócio consolidado, ou seja, toda sua área estava incorporada pela agropecuária com fins de exportação e a presença de estruturas viárias, ferroviárias PCH's e UHE nos interior evidenciava a estruturação da bacia para esse fim econômico, mas como se desenrolou toda a ocupação e organização no campo desta área?

Para isso a área da bacia foi escolhida por ser objeto comumente estudado no meio científico e que possibilita entender a interação dos fatos que consolidaram a atividade agrícola voltada a exportação que tornaram a bacia do rio Itiquira interessante para a atividade. Como também as alterações das relações sociais no campo e o que poderá vir a ser consolidado pela integração dos mais diversos fatores que intervêm na organização e espacialização das atividades econômicas e cotidianidade dos indivíduos.

Nesse contexto a área de uma bacia hidrográfica representa uma gama de relações distintas, porém integradas. Têm-se o relevo uma rede de drenagem, altitude, a vida humana e suas relações cotidianas, organizações econômicas defendendo seus interesses produtivos e instituições do Estado organizando o espaço em favor dos interesses de seus governos.

Cada elemento deste seja de natureza física ou socioeconômica expressam ritmos que demonstram “a possibilidade de ligação entre os “fenômenos naturais” e fenômenos humanos integrado numa dialética de durações” (TARIFA, p.72, 2002) onde se entende que os “fenômenos naturais” são ritmos físicos e biológicos que possuem tempos cíclicos que dentro de suas temporalidades repetem-se e nessa dialética do retorno apresentam pequenas mudanças, não compondo assim um circulo vicioso.

Os fenômenos humanos compõem os ritmos sociais que por sua vez possuem uma temporalidade linear, muitas vezes apresentados como tempos parciais de uma duração curta, outrora prolongada, todavia passível de rupturas imediatas por questões abstratas ao seu tempo. As interações dialéticas desses ritmos numa determinada área expressam uma totalidade apontando a construção e a natureza deste espaço.

Os ritmos não devem ser confundidos com mera repetitividade, Silva; Silva (2014) pede cautela em relação tal posicionamento, pois aponta os ritmos como forma de entendimento da produção do espaço que é composto de atividades repetitivas, mas também de novidades. Essa por sua vez provém da vida cotidiana, ou seja, os fatos que constituem os produtores do espaço.

Lefebvre (1991), principal teórico em defesa do homem como um ser cotidiano ou do cotidiano aponta que nas coisas de pouca aparência ou expressão que se tem atingindo as grandes descobertas e contribuições à ciência. Por meio dos ritmos tem-se o novo, porque nele está contido o “Aqui e o Agora!”, de modo que o espaço é produzido no devir do viver ou sobreviver do ganhar ou deixar de ganhar a vida.

À medida que as organizações vão buscando organizar o espaço pela introdução de gestos, hábitos induzidos por discursos projetos e políticas estão coexistindo com isso também o cotidiano dos grupos, da sociedade, desde as manifestações simples as mais significativas, todo esse coabitar ações levam a produção de determinados espaços.

No atual contexto da sociedade moderna o que vem ocorrendo com os espaços a nível mundial é a integração e desintegração do nacional e do local, Lefebvre (2006). Um reflexo da produção capitalista que vem buscando de diversas formas e com grandes esforços tornar os espaços racionais, otimizados, concentrado e centralizado em torno da produção econômica e desejos políticos, acirrando os conflitos e ampliando o seu caráter contraditório.

Schmid (2012) ressalta essa busca por compreender a produção do espaço pelos seus ritmos salientando o mesmo como um produto social que não deve ser tratado como uma realidade independente que existe em si, mas como um espaço da simultaneidade da realidade social em constante evolução. E tanto essa simultaneidade como essa evolução não são condições materiais, em Lefebvre (1991) ambos se integram a prática social e são produtos sociais.

Partindo dessa concepção busca-se construir o corpo dessa pesquisa que visa entender a produção do espaço pelas relações sociais do campo na área da bacia do rio Itiquira. Ou seja, entender os ritmos existentes na questão agrária no sentido apontado por Silva (1981) como as transformações nas relações sociais e de trabalho na produção, compreendido no quesito “como se produz e de que forma se produz” no interior da área em questão.

Na busca por desenvolver a temática e atingir os objetivos traçados o presente o trabalho apresenta em sua estrutura um *Referencial Teórico*: Onde consta a revisão teórica de orientação e sustentação da pesquisa. É apresentado neste momento de forma mais clara as concepções de vários teóricos acerca das relações de produção do espaço no mundo moderno e as possibilidades de entender as contradições existentes neste por meio dos ritmos calcados na ritmanálise.

Num segundo momento se discorre sobre a formação do espaço agrário nacional e as principais ações que o levar a apresentar tantas disformidades que geram as lutas, conflitos que impulsionam a criação de constantes medidas de contenção destes. Em seguida pontua-se essa identidade agrária no estado do Mato Grosso para então adentrar as informações relacionadas à bacia do rio Itiquira – MT; *Universo da Análise*: Realiza-se uma apresentação sucinta da área em estudo, os limites municipais inseridos na área da bacia, seus principais aspectos físicos e socioeconômicos.

Segue ainda com a *Metodologia*: Aponta a Ritmanálise enquanto percussora do estudo por meio dos ritmos e os procedimentos metodológicos de fundamentação teórica, obtenção de dados e elaboração e organização do material cartográfico da pesquisa; *Resultados*: Parte mais concentrada de toda a pesquisa onde se apresenta o desenrolar das primeiras ocupações da área em estudo em suas atividades de produção no campo. Estrutura-se nos vários momentos em que as atividades econômicas e de relações sociais tornaram-se expressivas até o atual contexto social da bacia; *Discussão*: Nesse espaço do trabalho se discute os resultados descritos embasados por diversos teóricos buscando apontar as reais condições que levaram as mais expressivas ocorrências que moldaram o espaço agrário da bacia e *Considerações Finais*: Realizam-se apontamentos da síntese interpretativa dos resultados e discussão obtidos em toda a pesquisa.

A pesquisa permitiu repensar o estudo da produção, apontando para uma possibilidade inovadora de compreender as questões agrárias e trazendo um estudo inédito sobre a área da bacia do rio Itiquira – MT contribuindo para a interpretação e percepção da distribuição desigual de políticas governamentais, recursos e financiamentos e a concentração da terra e os contrastes das relações sociais e de trabalho da grande, média e pequena produção num levantamento considerável da formação histórica do município de Itiquira e adjacentes que sempre estiveram e se mantêm como corredor da produção agrícola no estado do Mato Grosso.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O mundo em todo seu processo histórico tem sido, conforme os cientistas sociais que defendem a dialética materialista, o mundo das contradições. E no contexto atual, essas contradições tem se intensificado, não só no campo das disputas sociais, mas também do esgotamento de muitos recursos da natureza pela exploração capitalista.

Modo de produção este, que traz um ilusório triunfo, mas como expõe CASTANHO (1996, p.13), tem aflorado “o desemprego, a fome, a miséria, que se alastram por todo o mundo capitalista, inclusive nos seus centros de afluência e poder, estão aí como um triste atestado da incapacidade desse sistema de promover a sociedade a um nível de vida melhor”, que mesmo dentro da nova fase de globalização mundial com maiores aberturas econômicas, que justificaram a crítica ao socialismo, não superaram os problemas derivados desse modo de produção.

Garcia (1993) afirma que proveniente do modo de produção em vigência tem sido promovida a contradição do homem com o meio, compreendido aqui como a “natureza pura”, devido à falida tentativa de fragmentar a realidade considerando claramente o restritamente o caráter produtivo de um para o outro. Em contrapartida, abandonando a importância da interação de ambos na construção histórica e material da sociedade.

Fragmentado, o mundo, que nesse contexto, trata-se de uma explicitação generalizada da sociedade, é visto destruído e em crise em toda a sua organicidade, Nasser, Fumagalli (1996), descreve claramente essa perspectiva, ao que elas denominam de “mundo às avessas”, visto como:

[...] o mundo marcado pela destruição da natureza (aí incluída a humanidade no humano), pela crise das instituições políticas, pelo esgotamento da religião, pela separação inconciliável entre filosofia, ciência e arte, pelo isolamento das ciências parcelares, pela corrosão das particularidades, pela emergência de novas necessidades sociais (como, por exemplo, as necessidades urbanas), pelas decepções e frustrações do consumidor, pela automotização crescente, pela aguda especialização da divisão do trabalho, pelo aprisionamento do desejo, do sonho, da vida. (NASSER e FUMAGALLI, 1996, p.25).

Embora ocorra toda essa partilha do essencial, realizada intencionalmente pela dominação do modelo de produção em vigência, numa instauração, dá já descrita, destruição, crise e frustração da sociedade, é certo que a realidade não se dá nesses moldes, o real é histórico, é social.



Sobretudo pelo interesse dos homens, em dominar o conhecimento para apropriar-se das partes que compõem o todo para exercer seu controle, o poder. Construindo a oposição ao próprio mundo humano, como expõe Castanho (1996), gerando assim movimentos opostos gerando contradições, a dialética.

Que na concepção moderna, como afirma Konder (2008), trata-se de pensarmos as contradições ou compreendermos a realidade. No entanto se o caráter da dialética se faz pela contradição dos movimentos que compõem a realidade. Esses movimentos necessitam ter suas feições e atributos discutidos, pois estão atreladas as relações sociais.

No pensamento social o movimento da realidade consiste na expressão contida nas coisas, sendo as potencialidades e possibilidades que as mesmas dão, Garcia (1993, p. 37) aponta o mesmo como “forma de existência forma de ser da matéria. O movimento é uma propriedade inerente à matéria”, logo não existe matéria sem movimento. E esse se conforma na matéria por meio das lutas de classes pelo trabalho e pelas técnicas, pois estes expressam as problemáticas que impulsionam as sociedades a modificar a essência das coisas.

Para Castanho (1996), a contradição só pode ser explicada mediante a crítica econômica e política ao capitalismo, onde o homem em suas atividades práticas ultrapassa o complexo, o linear, Garcia (1993), promovendo saltos ou estagnações, revoluções e interrupções, não se tem uma realidade congelada. Levando a mais um apontamento de Konder (2008), em relação aos imediatismos e mediações existentes no real. Cabe então, lidar com o que se deixar perceber de imediato, e abrir-se a uma investigação que permita construir e reconstruir aos poucos o objeto.

É na especificidade do que promove a contradição entre os movimentos que se encontra a essência das coisas o desenvolvimento dos fenômenos. De modo que desde o discurso coloquial ao mais científico, pressupõe um método, Castanho (1996), e na perspectiva da dialética materialista a produção do espaço se faz pela compreensão das disputas dos contrários o desenvolvimento e o movimento histórico como expressão das grandes transformações no campo político, econômico e cultural, mediante a crítica a sociedade burguesa e sua perseverante acumulação por meio da exploração via trabalho.

Burguesia composta por mercadores que ascenderam na disputa por reconhecimento de seus direitos, promovendo lutas por igualdade política e econômica. Mas, culturalmente acumuladores, se favoreceram no processo de transição para o sistema fabril, posteriormente industrial, e na asseguaração da propriedade privada.

Numa vantajosa garantia de direitos, atingiu seus fins se destituindo dos sentimentos fraternais ou de igualdade. Pelo contrário, construindo meios de resistências e normatização social, de modo que suas lutas adquiriram novas feições, pois como afirma MALAGODI (1988, p.11), “a fraternidade passava a ser assunto para a polícia”, quem não estivesse de acordo às normas ultrajava o novo sistema de organização social.

Ao encontro dos proletários, que se percebiam despidos dos seus direitos, e oprimidos mediante a violência empregada pela classe dominante vem a dialética materialista, onde o proletariado atinge uma autonomia, pois se torna possível justificar, compreender e promover a luta política.

Por via desta tem-se a consciência do processo de acumulação do capital, que se faz possível pela conversão dos interesses coletivos, pelos desejos individuais, essa consciência se expande, elevando o pensamento à necessidade de transcender o campo político e econômico puro dado à materialização de instâncias complementares ou superiores.

No real as formas vão se ampliando e atualizando, adquirindo maiores funcionalidades, acirrando o conflito social levando os proletários a um avanço pela busca de uma sociedade sem classes. Tendo no sujeito, o produtor da classe, como do desenvolvimento humano e social, viabilizado pelo conhecimento e compreensão do conjunto dos movimentos presentes na vida em sociedade e suas propensões.

Nessa assimilação do conjunto, temos o princípio da noção de totalidade, onde Konder (2008) põe que para Marx a totalidade está na percepção de que qualquer objeto, criado ou não, se inserido num todo. Porém, apreender todo o mundo, não se faz possível. Afinal a realidade é vasta de conhecimentos, sempre terá algo que passará despercebido.

Mas é possível construir a visão dos conjuntos, e avaliar as dimensões dos elementos em seu interior, embora se identifique num trabalho árduo, gradual as contradições concretas e as mediações específicas, que envolvem o conjunto em sua totalidade, darão sentido ao todo. Para isso Castanho (1996), toma o cuidado de esclarecer que o sujeito produtor e também conhecedor exponha aquilo que está em seu pensamento, pois neste está contido uma totalidade, Marx já atentava para o concreto como a síntese das várias determinações.

A diferença que surge, não está naquilo que não se homogeneizou no conjunto, Fumagalli e Nasser (1996) traz a diferença como aquilo que não se deixou reduzir. Feita a análise do fenômeno, e percebida a diferença contida no conjunto dos movimentos, realiza-

se a síntese. Nesta se encontra a estrutura significativa da realidade, por meio dela tem-se a visão dos conjuntos analisados. E a esta estrutura significativa que, conforme Konder (2008) define-se a totalidade.

No entanto, as maiores dificuldades em se partir de uma síntese elaborada para outra análise, não está na compreensão das partes, mas na modificação ocorrida na sua totalidade, pois ao tratar a totalidade, por meio do entendimento das partes de conjuntos que se interagem. Deve-se admitir, que os mesmos possuam em suas totalidades, caráter específicos, com condições de mudanças diferentes, que dará a totalidade do fenômeno uma nova natureza.

O reconhecimento da dialética na apreensão da matéria é primordial, por meio dela que as coisas são vistas em suas origens, imagens conceituadas e conexões, Garcia (1993, p.10) demonstra por meio da perspectiva de Engels, que só pela via dialética que “que podemos chegar a uma concepção exata do universo, de seu desenvolvimento e do desenvolvimento da humanidade”, e chegar ao movimento real.

Sem abandonar a consciência do movimento das coisas em suas relações, estará sempre clara a unidade dos contrários e suas mútuas construções/destruições. De modo que todo ser, objeto e conhecimento estão em devir, numa constante transposição de seus limites, sem permitir uma verdade objetiva, mas sempre relativa.

A dialética na perspectiva marxista na sua busca por superação científica adentra ao mundo moderno, entendido pela superação dos moldes industriais contidos na sua gênese. Mas num momento de acumulação financeira sem fronteiras. Onde a especialização do trabalho e as intervenções nos modos de vida se dão em contextos internacionais, numa constante busca de padronização do ser, pelo consumo.

Nesse contexto ganha destaque dentro do pensamento marxista as proposições elaboradas por Henri Lefebvre, que como coloca Soto (2013), trata-se de uma contemplação deste pensamento um século após seu surgimento. Em Lefebvre encontra-se o confronto das próprias experiências e teorias que buscam explicar o mundo.

Embora os conceitos lefebvrianos não tenham sido compreendidos em sua plenitude, os mesmos obtiveram destaque nas últimas décadas dada as grandes possibilidades de compreensão do real, pois parte de uma crítica para além do capitalismo em seu modo de produção e lutas de classes.

Em Lefebvre há uma inserção da sensível a produção material do homem, não se trata de observar as relações estreitas existentes entre o homem e sua obra ou com as

instituições e suas normas. Abre-se a percepção para o homem artístico e cultural, aquele que em seu processo dialético tem-se perdido na própria matéria, tendo consciência da sua produção, porém se ausentando daquela, no modo como os produtos os atingem.

Esta atualização consiste num pensamento social moderno, que compreende as transformações mais profundas ocorridas nas sociedades dada a carência de uma percepção clara da noção das relações sociais, ao que Martins (1996) aponta como uma formação teórica capaz de ser aprimorada pelo pensamento marxiano<sup>1</sup>.

A reformulação de Lefebvre ou até mesmo adequação da teoria marxista as repercussões do mundo moderno aprimoram a dialética. Onde a mesma, deixa de ser vista como binária, contraditória, e passa a ser concebida por uma perspectiva tridimensional. Isso decorre do fato do pensamento marxiano, caminharem em vários sentidos, Schmid (2012) aponta que as ideias lefebvrianas decorrem da fusão de Hegel, Marx e Nietzsche.

Schmid (2012) demonstra essa tridimensionalidade na produção do espaço por meio da inserção da forma do humano conceber o mundo, o espaço que o circunda. Lefebvre encontra em Nietzsche o caráter lúdico da produção; o significado em Hegel, a essência do ser; uma concepção em Marx, a materialização das relações, a produção. Nesse novo contexto a produção é considerada sem abrir mão da natureza do indivíduo e dos seus simbolismos habituais.

## 2.1. Os Ritmos na Produção do Espaço

A materialização das relações é entendida mediante a própria produção do espaço, saindo do campo puramente filosófico. Tendo com isso um espaço da contradição do pensamento social, o da ação social e o criativo e poético, sendo respectivamente abordados como “espaço percebido”, “espaço concebido” e “espaço vivido”. Estando a tríade interligada, pela prática espacial com a representação do espaço juntamente com o espaço de representação.

---

<sup>1</sup> Termo apresentado por José de Souza Martins em 1996, em seu livro de organização de estudos sobre Henri Lefebvre. Onde se refere a crítica realizada por Lefebvre aos marxistas que se distanciaram do ideal prático da teoria desenvolvida por Marx.

A dialética se constrói mediante a compreensão de que o real caminha primeiramente por uma prática social, de simultâneas atividades, numa extensa rede de interação e comunicação. Tudo está apreendido pelos sentidos, em suas mais diversas materializações. Por meio desta que se constrói a relação social visível, palpável, em que se dão os elementos do espaço, que o torna prático.

Simultâneo ao primeiro, temos em segundo plano, a representação<sup>2</sup> deste espaço, entendido pela imagem, aquilo construído ideologicamente. Interpretado como o organizador do anterior, por meio dele se constrói os discursos e se incorpora a filosofia e se sustenta a ciência. Estando no plano da produção do pensamento e da materialização previamente percebido, sendo o espaço criado.

A fim de complementar as duas formulações, encerramos a apresentação mais inovadora ao pensamento marxista, o espaço representado. Neste Lefebvre valoriza os aspectos da linguagem discutida em Nietzsche. O espaço adquire também seu caráter simbólico<sup>3</sup>, nele se encerra o divino, o artefato, as construções e as paisagens. Nele reside a experiência e o vivido, diferentemente do prático primeiro, este se apresenta prático a vida cotidiana, as experiências individuais de cada sociedade.

As proposições de Lefebvre concebem os homens em seus desejos e sensibilidades; em suas ideologias e atividades práticas. E a contradição gerida pela dialética se constrói além da interpretação histórica, está no movimento suprassussor, onde reside o indefinido. Na tríade lefebvriana, não há uma conformação de dois opostos, mas o afloramento de um terceiro, estando sempre dois a se opor a um.

No pensamento marxiano parte da crítica radical a Hegel, na prática social de Marx e na arte de Nietzsche, Schmid *apud* Lefebvre (1991), seu desenvolvimento tridimensional obtém maior clareza quando se absorve que:

A prática social material tomada como ponto de partida da vida e da análise constitui o primeiro momento. Ela permanece em contradição com o segundo momento: conhecimento, linguagem e palavra escrita, compreendidos por Lefebvre como abstração, como poder concreto e como compulsão e

---

<sup>2</sup> Neste aspecto Lefebvre aponta a formação de arquitetos e urbanistas, que tem em seus princípios formular um planejamento e ordenamento espacial, sendo cientistas atuantes da criação do espaço, mediadores do então denominado “espaço concebido”. Promovendo um isolamento do tempo, reduzindo os movimentos inseridos na dialética a um pensamento prático.

<sup>3</sup> Neste se insere o Estado, que para o autor não se apresenta apenas como uma superestrutura, mas como representatividade dos indivíduos, tendo nas sociedades capitalistas modernas um caráter bem mais simbólico do que efetivo.

constrangimento. O terceiro momento envolve poesia e desejo como formas de transcendência que ajudam o devir a prevalecer sobre a morte. (SCHMID, 2012, p.95).

O movimento da dialética tem modificações nas esferas da produção, da linguagem do homem e de seu espaço. Não se tratando de três sociedades ou espaços, mas de três movimentos interconectados. Sendo uma medida na retomada da integração dos conjuntos responsáveis pela apreensão total de um determinado fato. Numa possível cisão de pensamento, natureza, teoria e prática social.

Tendo em vista que o mundo moderno carece de tal restituição, ao passo de que os indivíduos estão presos entre o seu concebido e vivido como aponta Martins (1996). Possuem certa unidade cultural, mas estão regidos por um pensamento particular, ao que Lefebvre de acordo Schmid (2012), aponta como homens produtores, perdidos em seu produto, regulados em suas ações e relações.

Que no transcorrer da história, se exacerbou em suas mediações na produção e troca material, de modo que tais materializações se tornaram abstratas aos próprios indivíduos. Atingindo um nível mundial, já que o mercado extinguiu com suas divisas e fronteiras, e aprimorou seus mecanismos de comunicação. Ao ponto que “o ato criador do homem deve passar através das formas, das representações e das aparências, a fim de superar o presente e conquistar o possível”, OLIVEIRA e MORAES, (1996, p.107).

Afinal, o mundo moderno é espaço da mercadoria, e os desencontros entre o real e o possível se ampliam numa carência não mais material, mas de natureza humana. O indivíduo se vê preso, limitado, reduzido, capturado em sua esfera de relações. Por ter perdido a noção das origens diferenciadas de suas relações, carecendo de uma práxis harmoniosa, coerente. Que pode ser atingida na compreensão da vida cotidiana.

Os fenômenos sociais são diferentes dada as relações desiguais dos indivíduos e isso decorre do fator que os origina. Então se questiona o porquê dessa diferença numa sociedade global, padronizada pelo mercado de consumo. Onde reside o “desequilíbrio” social? Lefebvre aponta o cotidiano, como o quesito ausente nesta análise.

Sem a trama da vida cotidiana, não podemos pensar em produção do espaço. Ou então, um espaço sem essa trama representa um espaço vazio, portanto, sem vida. Aqui se faz valer a opção pelo objeto e campo de estudo que parta dos microobjetos. Nenhum lugar, por menor que seja, pode existir sem a trama da vida cotidiana. É aí que os fatos se renovam e, no sentido mais profundo, a vida cotidiana é também a renovação da própria vida. (SILVA e SILVA, 2014, p.170).

A vida cotidiana apresenta-se como o movimento, que neste sentido, promove as transformações das formas pela existência humana. Remete ao pensamento marxista e sua construção teórica, difundida como o abstrato ou consequência das produções materiais. Culminando numa percepção sobre o material e suas entidades, porém se privando da compreensão da sua essência e incidências na realidade humana, Lefebvre (1991) realiza esse paralelo:

Em face disso, ainda que continuemos ingenuamente filosóficos, o homem cotidiano se mostra perdido: entravado, preso por mil laços, às voltas com mil probleminhas minúsculos. Ao mesmo tempo, conforme a ocasião, ele pode arriscar; sabe ganhar e perder. A certeza de que o filósofo procura nada tem de comum com a segurança sonhada pelo homem cotidiano; a aventura filosófica não corre perigo algum, além dos espirituais. O filósofo procura se fechar na sua especulação e não consegue. O homem cotidiano se fecha em suas propriedades seus bens e suas satisfações, e às vezes se arrepende. Ele está ou parece estar mais próximo da natureza do que o sujeito da reflexão ou da cultura. (LEFEBVRE, 1991, p23)

Neste propósito, o pensamento marxiano, não se limita apenas no concreto e acabado. Enreda a isto o trivial e o banal, o que é corriqueiro possui valor, existe um motivo para que seja comum. Essa crítica aponta que embora a vida cotidiana não esteja sendo visada no campo filosófico, a mesma tem sido ao longo da história do modo de produção capitalista, apropriada e alterada e integrada aos interesses econômicos.

O entendimento da produção material humana carece de reconhecer que a humanidade vive o agora, é aqui, no momento que ela sofre, sobrevive, disputa, ganha, comemora. E, Apesar dos desejos e paixões serem momentâneos, as suas ações não são. E são dessas que se incubem as instituições, o mercado e o Estado em controlar, moldar e impor.

Por meio da vida cotidiana que se promove a alienação social, tornando os indivíduos passivos e infelizes. A tal ponto que a vida cotidiana no mundo moderno se tornou estéril. A produção do espaço parte de um viés complexo de compreensão, sobretudo pelo caráter planejado a ele atribuído, onde o mesmo está como produto social apropriado pelo pensamento e este o modela, planeja e é ordenado, tornando-se abstrato.

A produção do espaço por meio dos conceitos lefebvrianos, leva a uma superação do olhar restrito apenas a sua produção pela produção, pois essa consiste na identidade do pensamento marxiano, que não se permite isolar numa camada ou perspectiva. E como

levantado anteriormente, a realidade carece de um olhar sobre o cotidiano, de onde se extrai os ritmos naturais e sociais.

Marx discorre sua teoria baseado no trabalho e as relações provenientes dele. Seu jogo e discurso, sua organização e produção, seu caráter criador e modelador, assim a realidade está como histórica. Em Lefebvre (1991), o questionamento supera a explicação do sentido histórico, questiona o seu não sentido, seus absurdos, entaves. Nesta ausência de sentido, dissimula também a realidade, pois nisto reside também uma serventia a análise e produção do espaço.

As relações de produção do espaço embora tenham seu traço histórico, tem neste a inovação, “porque é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição à outra a indicação de que um possível está adiante do real realizado” MARTINS (1996, p.22), de modo que todas as relações, em seu costume diário transpõe um novo, porque as coisas e as pessoas não podem ser pensadas e concebidas de forma absoluta.

Destaca-se que o entendimento da produção do espaço carece de romper com os projetos que interdita a “transformação do mundo”, no seu exercício evidente de separar o fútil e o sério, apartando, de acordo Lefebvre (1991, p.19), o “Ser, a Profundez, a Substância e, de outro, os fenômenos, o superficial”, abandonando o teor das manifestações.

Neste sentido, percorre-se para uma perspectiva do espaço com movimentos e tempos, com trivialidades:

gestos nos trabalhos e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos, rotação, vaivens), horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade etc. o estudo da atividade criadora (da produção no sentido mais amplo) conduz à análise da re-produção, isto é, das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se re-produzem elas mesma, re-começam, re-tomam seus elos constitutivos ou, ao contrario, se transformam por modificações graduais ou por saltos. (LEFEBVRE, 1991,p.24)

De espaço concebido, horizontalizado comprável, negociável, de valor de troca. Coexiste aquele espaço vivido, das experiências, dos sentimentos, do apego, da festa, do sustento, do valor de uso. Que estão todos ali percebidos, pelas muitas relações, mas insistentemente corrompidas na conservação de seu valor de troca.

Não se trata mais de um espaço considerado superestrutura de forças produtivas, de divisão do trabalho, da propriedade, baseado no duplo aspecto da vida do trabalhador em



sua atividade produtora e de desencantos. O espaço se faz social e escapa a classificações, planos e hierarquização, pois não se faz apropriado puramente pelo modo de produção, mas intervém nele, coordenando-o em sua prática.

Desconsiderar todo o enredo da produção do espaço é abrir mão das interações dos ritmos que ele compõe. Deixa a mercê à realidade proveniente da cotidianidade, que incide no acirramento das muitas problemáticas que envolvem os indivíduos em suas significações, vivências e relações. Cabendo ter maior clareza sobre a produção do espaço, Lefebvre (2006, p.7) aponta como o mesmo se dá atualmente:

Em nome da modernidade. O espaço da modernidade tem características precisas, homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ele tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais – exigências análogas e intervenientes -, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, de fato, isolados. Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços! O que produz guetos isolados[...] uma curiosa lógica desse espaço predomina: que ele se vincula ilusoriamente à informatização e oculta, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos. Além disso, parece que essa lei ou esse esquema do espaço com sua lógica (homogeneidade-fragmentação-hierarquização) tomou um alcance maior e atingiu uma espécie de generalidade, com efeitos análogos, no saber, na cultura, no funcionamento da sociedade inteira.

Todavia, essa produção espacial tem um pensamento que a estimula, numa constante expressão de unir, igualar, de tornar o “desorganizado” em ordenado. Numa conduta aparente pela harmonia em sua produção, sobretudo numa fala de valorização dos indivíduos em suas individualidades. Mas o que se apreende é uma baixa efetividade dessa formulação, e ao contrário do que seu discurso propaga ocorre um enclausuramento social, desconsiderando os ritmos socioeconômico contidos no espaço.

O ritmo é encontrado em Moreaux (2013), como algo a obter sentido no saber e na criação, que por meio dele extrai e vislumbra o vivido. E o entendimento dele torna possível à transformação do cotidiano, sendo o fio condutor do conhecimento da realidade em seus diversos níveis, trilhando meios desde o Estado ao uso e apropriação da técnica até a própria cultura e a sua decomposição.

Não se trata em atentar para a supressão das necessidades biológicas dos indivíduos pela sua inserção no mercado de, neste sentido Lefebvre entende o ritmo a partir do próprio sujeito, onde ele considera a interação biológica, social e psicológica na composição do entendido como habitual. Estando no corpo o ponto do ritmo social, biológico e psicológico.

A partir dessa consciência do corpo, Lefebvre discorre no campo social, onde o ritmo biológico se insere nos aspectos inerentes ao desenvolvimento natural do corpo, em sua esfera fisiológica, aquilo que em sua normalidade caracteriza um corpo sadio. E sobre este ritmo relaciona-se o caráter mecanicista da produção capitalista, que se apropria da vida cotidiana. O que gera então uma discussão no campo social, sendo a produção do espaço percebida por meio da supressão dos ritmos biológicos e sociais, pela lógica do modo de produção capitalista.

Para compreender a importância dos ritmos na produção do espaço, se faz necessário apreender que o mesmo se embasa pela associação dos simbolismos, herdado por Nietzsche com a noção de produção advinda de Marx, Elden (2004). Juntamente a isso, absorver a importância do tempo:

O ritmo, para Lefebvre, é algo inseparável dos entendimentos do tempo, em particular a repetição. Encontra-se no funcionamento de nossas cidades, na vida urbana e no movimento pelo espaço. Da mesma forma, na colisão dos ritmos biológicos e sociais naturais, dos ritmos de nossos corpos e da sociedade, a análise dos ritmos proporciona uma visão privilegiada da questão da vida cotidiana. (ELDEN, 2004, p.VIII)<sup>4</sup>

Na obra de Lefebvre, o tempo no seu aspecto concreto e abstrato, tendo as perspectivas similares ao do espaço percebido e vivido. Contrariando, o caráter do tempo histórico do marxismo, que se faz como produto num tratamento linear. Ele se divide em contíguo e descontínuo, “há cortes, mas não começos, discontinuidades, mas não fins. Há intervalos, mas sem atos nem acontecimentos propriamente ditos. Há lembranças e frases” Lefebvre (1991, p.16), que se incorporaram numa realidade única.

Em linhas gerais Marx se ateu a duplicidade da vida do trabalhador num capitalismo de livre concorrência, como aponta Lefebvre (1991). Enquanto que por meio da Ritmanálise na produção do espaço, vê-se aflorado na superfície a liberdade, as diferenças, possibilidades. Uma evidenciação do que resistiu, pelo corpo, desejo, tempo e espaço, e que como expõe Nasser e Fumagalli (1996), esses permanecem no seu movimento contínuo de transformação, ao serem apropriado.

---

<sup>4</sup> “Rhythm, for Lefebvre, is something inseparable from understandings of time, in particular repetition. It is found in the workings of our towns and cities, in urban life and movement through space. Equally, in the collision of natural biological and social timescales, the rhythms of our bodies and society the analysis of rhythms provides a privileged insight into the question of everyday life” (Rhythmanalysis, 2004).

Estando assim, os ritmos da vida cotidiana um achado a compreensão do mundo moderno, constitui numa contribuição a teoria marxista. Que prevalece enquanto perspectiva econômica e social, partindo da natureza econômica e a formação da sociedade, considerando as atividades sociais.

Por meio desta ampliação teórica do pensamento marxista, fica compreendido em Elden (2004), que onde tenha interação de um lugar com o um tempo num dispêndio de energia tem-se um ritmo e a interação dos mesmos produz o espaço. Determinado no constante retorno dos moradores de um lugar na busca da essência do mesmo, numa resistência as imposições da produção, na restauração de sua cotidianidade.

## 2.2.Capital e os Ritmos da Sociedade Agrária Brasileira

Na esfera científica a questão agrária vê-se fragmentado, em suas análises acerca da dominação capitalista no campo dado os aspectos limitadores impostos pela natureza, outros deixam à parte os atributos naturais e atentam-se as disputas e contradições. Neste último a análise e a crítica partem da perspectiva de que a questão agrária consiste num processo contraditório e combinado, Bombardi (2007).

Os ritmos sociais que implicam as lutas de classes pela terra desatam-se dos ritmos naturais que contém a regularidade e a essência vital para o desenvolvimento humano, como o próprio modo de produção capitalista, que altera a totalidade dos ritmos isolando-os para melhor administrar os interesses daqueles que detinham e detém o capital.

Dessa forma, cabe expor os descompassos que cada momento da luta pela terra gerou. Muitas são as descontinuidades geradas no campo desde a transição do feudalismo para o capitalismo. A relação com a natureza incorporou novas funções e alterou o cotidiano.

O homem que outrora possuía uma determinada relação com a natureza com respeito a um tempo natural e a um conjunto de normativas sociais mais setORIZADAS perde sua representação da terra. Em Oliveira (2007) tem-se um retrato da relação do indivíduo com a terra e o trabalho e as primeiras aproximações do rompimento desta cotidianidade.

Foi assim que a família do camponês começou a romper-se, pois o feudalismo se constituía em uma sociedade economicamente quase autossuficiente, porque não só produzia os produtos agrícolas necessários, como também construía ou fabricava os produtos fundamentais à sua sobrevivência (casa, móveis, roupas etc.). Essa sociedade só conhecia

períodos de crise quando ocorria um incêndio, uma má colheita ou mesmo a invasão de um exército inimigo, todos esses males passageiros e em geral superáveis. (OLIVEIRA, 2007, p.17)

As intempéries superáveis adquiriram novas feições o modo de produção que se instaurava trazia transformações as relações camponesas por tempo indeterminado. O camponês aos poucos foi sendo expulso do seu modo de trabalho se desligando da terra, da natureza e do controle das técnicas tornado cada vez mais visível a perturbação que o capital trazia a sociedade agrária.

O que era cultivado no campo passa a ser apropriados para desenvolvimento industrial, ou para comercialização o ritmo social passa a ser marcado pela transformação do homem do campo em comerciante, ao que Oliveira (2007), aponta como a perda da noção do camponês do próprio mercado. O capitalismo no campo vai se delineando, incorporando as relações sociais e explorando os atributos naturais para fins de consumo.

A produção no campo vai se intensificando, ao passo que os camponeses vão sendo separado da terra, o modelo de produção força-o a promover novos meios de se sustentar. Ao passo que outros resistem nas propriedades rurais, na busca por novas possibilidades em manter o equilíbrio com os resquícios do seu modo de vida anterior. Têm-se então novas resistências, e um distanciamento maior dos ritmos naturais dos sociais, e então a questão agrária desponta como um problema social.

E esta adquire, também, sentidos opostos, Bombardi (2007), aponta essas distinções, onde de um lado caminham os inquietos com as relações do campo, e paralelo a estes, aqueles com interesse em diferenciar espacialmente áreas favoráveis à agricultura. Estes últimos avançam e alcançam destaque, ao que PAULINO (2007, p.340), expressa:

Que a questão agrária não apenas é uma expressão das contradições decorrentes da apropriação privada dos bens e riquezas socialmente produzidos, como também a terra é o sustentáculo de toda a riqueza, razão pela qual a racionalidade capitalista, supostamente indiferente ao que se passa no campo, sucumbe ante a eminência de subelevação dos princípios impostos como legítimo.

Desprendido então de princípios legítimos, de valorização da sociedade e de suas bases naturais, o modo de capitalista de produção adquire uma velocidade descomunal na sociedade global, e conseqüentemente, na produção no campo. Elevando o grau da questão agrária, que agora passa a evidenciar a disposição dos atributos naturais inóspitos a produção para pequenos produtores, ou exigindo que os mesmos consumissem insumos, para elevar sua produção.

Para atingir este ponto da produção no campo, foram muitos estágios para chegar as demandas do capitalismo ao que se insere o atual momento da produção agrícola internacional. Dessa forma, ressaltam-se, sucintamente, os estágios de desintegração dos ritmos, pelo modelo de economia pautado na acumulação do capital na produção do espaço agrário brasileiro.

### 2.3. Produção do Espaço Agrário Brasileiro

Para além das forças produtivas, muitos outros fatores implicam na identidade de determinado território no Brasil essas peculiaridades contribui na formação do seu espaço agrário distinto, como aponta Bombardi (2007), que demonstra por meio da explicitação de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que a produção do espaço do país se faz de modo desigual, porém combinado.

O capital adentra ao modelo agrário brasileiro desde sua colonização, onde antes da invasão portuguesa nota-se uma maior integração dos ritmos naturais aos sociais. Não havia necessariamente agricultura, o funcionamento dos ritmos fazia-se combinado, pois o consumo no período anterior a chegada dos colonizadores se dava pelo necessário, por meio de domesticação de plantas e animais.

Com a exploração dos atributos naturais e a escravidão dos nativos tem-se os ritmos alterados bruscamente, gerando descontinuidade ao alterar bruscamente o modelo de sociedade integrada em seus ritmos. Isso se dá pela inserção de uma nova identidade, esta motivada por interesses dos capitalistas europeus na sua fase comercial.

O desenrolar da produção agrária do Brasil em seus primeiros momentos se faz na ânsia por aumentar o comércio levando os colonizadores a explorarem os recursos naturais do país, e na outra via, promover a chacina dos nativos, numa pressão social, levando a disseminação dos povos para outras áreas do território, num desencontro estrondoso dos nativos com a terra e a natureza que os substanciava. Estando, a violência, repressão, desapropriação e controle impregnado na origem da propriedade privada da terra no país.

O país torna-se sinônimo de produto, pois como afirma Stedile (2007), dele se retirava tudo para comercialização desde seus atributos naturais aos sociais, já que os nativos que não resistiram ou morreram tornaram-se escravos, como evidencia o autor. Os ritmos sociais das relações ganham novas qualidades, tornam-se ritmos de produção, e o país adquire no transcorrer de alguns séculos, pós- 1500, o caráter de agroexportador.

As exportações agrícolas que se dava por interesses capitalistas levavam os colonizadores a promover meios de controle das terras apoderadas por Portugal levando os mesmos ao afinilamento do Estado com o latifúndio. Em torno deste entrosamento que se constrói toda a disputa de classes do campo brasileiro, que terá ao fundo, em todo o transcorrer histórico das lutas por terra os beneficiamentos e controle de ambos.

No entanto transcorridos três séculos e meio do início da colonização as relações sociais adquirem novas expressões um novo ritmo social aflora, tem-se novamente uma descontinuidade a exploração e controle de terras pelo o Estado leva a criação de uma frente de e resistência e conflitos com dos escravos e com os interesses dos grupos que visavam o mercado externo.

A terra até então, que não era privada e sim concedida pelo Estado, passa a ser requisitada enquanto propriedade do latifundiário. Por outro lado, as resistências dos escravos levavam as frentes políticas a cederem e abolir a escravidão. Neste ponto a questão agrária brasileira amplia seu caráter discriminatório e de exclusão e favorecimento. Pois como aponta Stedile (2007), a “lei” tinha como intuito eliminar ex-escravos do jogo de posses de terras.

#### 2.4. Ricos, Brancos, Partidários e Donos de Terra.

Com o fim da escravidão ocorre o “Batismo do Latifúndio”, por lei o ex-escravos não poderia ter acesso à terra, ascendendo no país latifundiário ricos, brancos e partidários que dentro desse processo enclausura os avanços de transformação social do Brasil. Assim adentrarmos a um país com uma estrutura social, como expõe Stedile (2007), de leis madrinhas de latifundiários e mãe das favelas.

A crise do sistema produtivo de plantation<sup>5</sup> chega ao ápice de sua fragmentação, os negros não tem direito a terra, logo saem a procura novas formas de sobrevivência, semelhante ao que ocorrem aos indígenas ainda na colonização, porém este último ainda possuía uma identidade com a estrutura natural de outras porções do território, enquanto o primeiro era um estrangeiro, agora “livre” em um país de classes dominantes branca e controladora do poder do Estado, preocupada em rearranjar seu ritmo produtivo.

---

<sup>5</sup> Termo de origem inglesa que denomina o modelo de organização agrícola comum nas colônias de controle europeu, com produção baseada na mão- de- obra escrava e na monocultura. (Stédile, 2011).

A saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres e excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa. E, assim, com a promessa do “eldorado”. Com terra fértil e barata, a coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875 – 1914 mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa. (STÉDILE, 2007, p.27)

O número de migrantes correspondia justamente ao número de escravos contemplados com a Lei Áurea. Esses foram se distribuindo pelo país, em sua maioria para o Sul do país, onde puderam pagar por suas terras, os demais tornaram-se mão-de-obra nas atividades que contemplavam os mercados internacionais, enquanto os negros livres vão se redirecionando nas ruínas e destroços do novo modelo.

Os trabalhadores migrantes passam a participar da produção do campo, com direito a parte daquilo que cultivava, ao que Stédile (2007), aponta como a primeira vertente do campesinato<sup>6</sup> no Brasil. Combinado a esse campesinato, surge uma segunda vertente, pela primeira vez de um grupo legitimamente com identidade brasileira e engajado na produção interna e de subsistência sendo formado por mestiços que na procura por seu espaço de sobrevivência desbrava áreas do interior do Brasil.

A produção do espaço agrário brasileiro deixa evidente a demonstração de Oliveira (2007), sobre a coexistência de diversos grupos no campo movidos pelas exigências do capitalista, apontando como um processo combinado e contraditório. Esse perfil do campo brasileiro, vai se intensificando com a ascensão da indústria no país, tratava-se de uma troca de ramo de parte dos capitalistas do campo, a outra a parte servia de estepe na acumulação de capital e subsistência dos insumos necessários ao crescimento industrial

A mutualidade, latifundiário – industrial, insere o Brasil no modelo agroindustrial, e enfim a burguesia agrária brasileira se consolida. E todos os indivíduos do campo se vêm obrigados a adentrar a modernização e as regras do mercado e o ritmo de produção dominante fica determinado. Essas transformações que foram sendo abordadas na produção do espaço agrário brasileiro desde a colonização até a agricultura de mercado que veio a incorporar mais técnicas de ampliação de produção está descrita no quadro abaixo:

---

<sup>6</sup> Descrito como “conjunto de famílias camponesas existentes em um território [...] existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado. (DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2012, p. 115)

Ritmos de Produção (Plantation)	1500 - 1888	Ritmos Econômicos	Monocultura de exportação
		Ritmos sociais	Baseava-se no trabalho escravo. Os colonizadores investiam no uso de técnicas modernas para a época. Plantava-se um único produto visando abastecer o mercado externo, As terras eram próximas ao litoral dada a presença dos portos.
Ritmos de Produção (Campesinato - I)	1850	Ritmos Econômicos	Agricultura de Subsistência
		Ritmos sociais	Composta por população mestiça pobre, consistindo núcleos de trabalho familiar, baseada na pequena propriedade, ocupando “os sertões” do interior do Brasil.
Ritmos de Produção (Campesinato - II)	1875 - 1930	Ritmos Econômicos	Agricultura comercial
		Ritmos sociais	Mão-de- obra migrante com participação em parte da produção do campo (colonato). Pequenas propriedades, em sua maioria no sul/sudeste do país com produção para o mercado externo,
Ritmos de Produção (Agricultura de Moderna)	1930	Ritmos Econômicos	Monocultura de exportação
		Ritmos sociais	Consolidação da burguesia agrária brasileira. modernização dos grandes estabelecimentos agrícolas, com trabalhador assalariado

Quadro 1. As diversas relações sociais e econômicas surgidas no campo brasileiro entre os séculos XVI - XX. Fonte: Oliveira (2007); Stédile (2007); Stédile (2011). Org. SUED, 2017

As pressões da agricultura de mercado sobre campesinato de produção familiar passam então a ser vista na grande procura dos jovens destas famílias por empregos na indústria fragilizando as resistências das lutas do campo incorporando os camponeses à indústria por meio da produção de matéria. Tornado-os em exército de reserva para



indústria ou produtores de alimentos baratos, dado o controle do Estado e do favorecimento do mesmo a indústria, (FRANK 2007, p.44) descreve esse cenário.

O Brasil [...] continuou praticando uma agricultura tradicional de colônia, articulada à exportação, com uma ampla produção subsidiária para subsistência, métodos de cultivo extensivo, rotação de terras, desconhecimento do arado e dos adubos, devastação de terrenos e desmatamento de grandes áreas oferecidas em holocausto à erosão. O próprio desenvolvimento do país acarreta também uma série de transformações qualitativas da estrutura da economia agrícola, que representam, essencialmente, a mudança da agricultura tradicional do tipo colonial das características mencionadas, para uma agricultura moderna de tipo capitalista.

Não obstante o camponês brasileiro seja obrigado a adentrar aos moldes da agricultura moderna, o Estado age em persuadi-lo a quebrar com os ritmos naturais dos demais espaços do território brasileiro. E dentro dessa dinâmica, vai se traçando diferenças regionais, porém num avanço da atividade capitalista, tendo como contraditório as múltiplas formas sociais e naturais. Coexistindo num mesmo espaço dezenas de acordos e relações econômicas e tecnológicas.

O desenvolver das múltiplas relações no campo brasileiro até a atual formação do espaço agrário brasileiro estão as influências dos latifúndios no campo político e na formulação de ‘políticas públicas. Estando perceptível a constância do latifúndio e o Estado, que promovem cruelmente a expulsão de pequenos produtores, criminalizam os movimentos sociais do campo, numa eterna garantia da posse da terra pelo controle da máquina pública.

## 2.5. Ascendência dos Donos das Terras no Cenário Político Brasileiro e os Novos Contextos.

Ao abordar o Estado cabe ressaltar que o mesmo, como coloca (SILVA 2016, p. 4-5) atua como o “órgão responsável por trazer a ordem à sociedade, amenizando os conflitos entre as classes por meio da ideia de neutralidade. No entanto, o Estado está a serviço da classe dominante”, e quando se refere as relações nascidas mediante a propriedade da terra no Brasil, nota-se que o poder do Estado esteve desde sua origem permeado pela lógica latifundiária e voltada para as elites agrárias como define Xavier (2015).

Baseada nessa perspectiva dialética das relações sociais no campo, pode-se apreender que as políticas públicas advindas do modelo de Estado construído no Brasil, tem uma base maior de embates. Muitas das vezes, com atuação cruel e desumana para com os grupos excluídos, fortalecendo as resistências de muitos movimentos sociais, que até os dias atuais passa pela repressão do Estado.

Essa prática de violação dos direitos básicos da terra, passa a ter de fato uma visibilidade no Brasil no período pós-independência, Silva (2016), quando políticos e intelectuais resolvem desenvolver políticas de organização da posse da terra. Essa ação foi defendida pelos donos das grandes propriedades que viam nessa medida a chance de legalizarem sua posse. Juntamente a esses interesses, nasce a necessidade de promover um meio de justiça social, já que se passa a buscar reparar as injustiças com os escravos, trabalhadores que não tinham terras tampouco moradia.

Porém, a fim de garantir suas posses e barrar essa partilha de propriedades, nasce o ideário econômico da terra, onde defende-se a grande extensão das mesmas como sinônimo de crescimento econômico. Mas, em contraponto, como expõe Silva (2016), ainda houve resistência a essa ideia, já que muitos defendiam que o crescimento econômico poderia ter êxito também com pequenas propriedades, como já demonstrava outros países.

Dessa disputa de interesses, os grandes proprietários obtiveram maior destaque, tendo em vista que até os dias atuais, a posse de grandes extensões de terra ainda é sinônimo de “crescimento econômico”, como demonstra Xavier (2015) em seu texto “Senhores das leis, donos das terras”:

[...] sempre se recorre aos indicadores da balança comercial para ilustrar a pujança do setor em detrimento das demais atividades econômicas, mas principalmente para construir um discurso que incita as elites agrárias a defenderem seus interesses, mormente o do monopólio da terra (XAVIER, 2015, p.146)

E apesar dessa perspectiva ter sido fortalecida no transcorrer da história do Brasil, não corrobora com a visão de ausência de luta, pois ainda na década de 1940, nota-se novas formas de lutas por justiça social, no que tange a distribuição da terra, através das propostas advindas por Luiz Carlos Prestes na Constituinte de 1946, quando surge a proposta da Reforma Agrária Brasileira.

A proposta da Reforma Agrária não desperta apoio da classe política, tendo em vista que a mesma como evidencia (Souza 2016 *apud* Oszlak, 1971), consiste num processo de transformação que exige esforços para incorporar a população marginal ao campo, salientando ainda uma necessidade de mudanças radicais das estruturas da propriedade e acessos as mesmas.

A essência da proposta contrapõe os ideais dos proprietários de terra no Brasil, que trouxe em toda sua história a base da política no Brasil, e novamente a questão da propriedade, em sua organização e posse não obtém êxito no campo da igualdade de distribuição, pois “ o Estado através do aparelho jurídico, cria leis que beneficiam os interesses da classe dominante em detrimento da classe trabalhadora. Assim a história brasileira é marcada por diversas ações de governos que beneficiam a classe dominante, Silva (2016, p.5).

Justificando com isso, a legitimação do latifúndio no Brasil e os constantes atrasos sociais, advindos das relações dos representantes do Estado com a elite agrária, que tem na posse da terra seu elemento axial, como define Xavier (2015) e que por meio de diversos mecanismos, garantem a sustentação do poder político no país

Sendo que estes grupos agrários estão cientes de seu poderio, de modo que instaurou desde a colonização no Brasil um “*habitus nacional*” onde:

A propriedade da terra assume inúmeros significados realimentadores e complementares: desponta como sinônimo de prestígio e expressão de poder; funciona como porta de acesso a mais privilégios, é símbolo de reconhecimento e de hombridade, além, é claro de meio de produção e de especulação. E, quanto mais concentrada e mais monopolizada, maior poder. (BRUNO, 2009 *apud* XAVIER, 2015, p. 133).

E neste ponto de vista o poderio econômico mantém-se restrito a esses grupos, que mantém o atraso social, enquanto modernizam os de seus interesses, de modo que controla a máquina pública numa constante “linha geracional que herda não só os bens materiais, mas também os imateriais, como a visão do mundo” (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS, 2007, p. 11), numa constante intervenção nas formulações de políticas públicas que garantam a manutenção dos seus interesses e posses.

A atuação dos latifundiários ou dos grupos a eles ligados, estiveram como já apontados ligados ao poder central por meio de relações que fortalecessem seus interesses, para isso muitos oligarcas mantiveram por décadas estreitas relações com representantes políticos, a fim de obterem vantagens nas formulações políticas.

No entanto, essas características das elites agrárias passaram por reformulações dadas às mudanças nas estruturas políticas do país, já que o Estado veio ao encontro de conter as disputas das classes, mas como apontava Engels, o mesmo por regra geral, é “o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, 2009, p.178, apud OLIVEIRA, 2011, p.34)

Nessa perspectiva, dentro do Brasil os grupos agrários passam a agir no cenário político de modo mais articulado em atuações mais vigorosas, e muitas vezes agressivas, a fim de manterem salvaguardados seus interesses, por meio da denominada Bancada Ruralista, constituindo uma classe no Congresso Nacional, formada de acordo Costa (2012) por deputados oriundos dos mais diversos partidos, que possuem em comum a defesa pela propriedade da terra, e na expansão capitalista na agricultura.

Trata-se de uma base de parlamentares com as mais diversas formações, com históricos políticos nas mais diversas esferas do poder público federal, estadual e municipal, Costa (2012). Esses, apesar de muitas vezes não terem vínculos diretos com as questões agrárias, ocupam esses cargos ainda por vínculos familiares.

Sua principal forma de atuação no Congresso Nacional, está em seu poder de mobilização, pois são capazes de pressionar outros grupos partidários, de modo que passam a imagem de base superior. De acordo o Instituto de Estudos Econômicos (2007) essa força advém do atual contexto político brasileiro, onde:

Os partidos estão sofrendo um déficit de liderança e dificilmente conseguem votar com a base unida ou fazer com que as suas bancadas sigam as orientações de votos dos líderes, não é de todo impensável que, num enfrentamento entre o posicionamento partidário e os interesses dos ruralistas, estes levassem a melhor de forma ampla e indiscutível. (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, p..7, 2007).

Esse despontar da Bancada Ruralista, numa base organizada de monopólio não só de terras como também de apoio político de forma direta, surge como coloca Costa (2012) no período de Ditadura Militar, onde ruralistas consistia numa identificação de empresários e proprietários de terras.

E esses até os anos de 1990 eram identificados como um grupo agressivo e truculento, identificados pela sigla UDR – União Democrática Ruralista. E entre os anos de

1995-1999, passam a se organizar de uma forma mista, com porta-vozes e articuladores em todos os setores produtivos.

Em estudo Xavier (2015), demonstra a composição dessa bancada como uma base de membros dos mais diversos partidos, com fortes atuações em comissões voltadas aos interesses agrários o que “permite visualizar nuances bem demarcadas no mosaico que compõe a atuação da bancada ruralista” (XAVIER, 2015, p. 133), nos seus dois principais objetivos, de conter a reforma agrária e obter isenção das dívidas dos grandes fazendeiros do país. Barcelos (2009).

E conforme adquire expressividade no cenário político os membros da bancada ruralista, ampliam suas discussões em barrar mais direitos sociais, como intervir em medidas que visam aplicar penalidades aqueles que praticam trabalho escravo, como em questões ligadas a demarcação de terras indígenas. Com maior oposição ao Movimento Sem Terra.

O mesmo autor, ainda apresenta como principal meio de realizar essas oposições, o discurso de vocação para terra, fortemente utilizado pelos representantes deste grupo, que negam o acesso a terra aos trabalhadores, por afirmarem ser estes despidos de vocação e aptidão para merece-la.

Definindo-os como “invasores, os produtores rurais nutrem o sentimento de propriedade da terra e desejam o patrimônio que herdaram. Ao tratar os trabalhadores rurais sem terra como àqueles que destroem e invadem propriedade produtiva” Xavier (p.145, 2015). Assim, numa constante busca por desvalorizar os trabalhadores do campo, e deslegitimar as ações dos movimentos sociais que os ruralistas têm atuado na política brasileira.

Se mantendo mais distintos cargos, ao se aliarem a base do governo e conseqüentemente adentrarem para Ministérios estratégicos, porém essa entendida ascensão direta da elite agrária na política nacional “ não significa que a bancada ruralista seja um perigo para a democracia, mas identifica a fragilidade do sistema partidário brasileiro” (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007, p.8), evidenciando mais uma vez a agregação de interesses pessoais nos programas partidários.

O Instituto de Estudos Econômicos (2007) em seu levantamento acerca do crescimento das representações políticas, com interesses voltados a estrutura do campo, no Congresso Nacional, afirma que o grupo de ruralistas já obtiveram em termos de políticas

públicas para o campo grandes vitórias. Permeando os ministérios e outros cargos representativos conseguindo exercer pressões sobre o Legislativo e o Executivo.

De modo que, mesmo em períodos em que se faziam em minoria, em número de parlamentares, obtiveram êxito em questões tais como a aprovação da Lei de Biossegurança, liberação de transgênico, aprovação da CPMI da Terra, penalização a movimentos sociais tais como o MST e negociações de dívidas dos grandes produtores rurais do país.

Outras tentativas de expandir suas forças no campo e acirrar os conflitos agrários, estão em busca de aprovação como pontua Xavier (2015), ao explicar as intencionalidades dos discursos realizados por representantes das elites agrárias no congresso na busca por garantias de privilégios em questões que venham a interferir nas questões agrárias.

Trata-se de um grupo com forte poder de decisão nas questões voltadas ao campo e de controle das políticas públicas e que desde a colonização tem tido forte representação nos tramites políticos, tendo a partir dos anos de 1990 maiores interferências nas políticas de mercado agrícolas e conseqüentemente trazido fortes mudanças a organização dos espaços rurais brasileiros.

Desde o período militar esses possuem maior circulação política dada a censura e pressões sobre os opositores dos então responsáveis pelo “crescimento econômico do Brasil” e a partir do governo de Fernando Collor passam a represar por força policial os movimentos. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso sobre a promessa da Reforma Agrária tem-se um crescimento de ocupações no campo, Silva (2016).

No entanto, FHC por meio de sua política neoliberalista termina por favorecer a implementação de políticas agrícolas, e aprova em seu segundo mandato medidas de criminalização de movimentos de ocupação de terras de latifundiários, beneficiando novamente as elites agrárias, e assim conforme Costa (p.14, 2012), “a bancada ruralista, naquele governo promoveu avanços em pautas que tiveram reflexos imediatos sobre a territorialização do capital na agricultura” e novamente os donos das terras sobressai nos direitos sobre as políticas públicas voltadas a propriedade.

No entanto nos governos posteriores a FHC, a realidade não se fez muito diferente, o governo Lula, representou para milhares de trabalhadores rurais e suas organizações a esperança de reforma agrária, uma vez que no período de campanha, as promessas de reforma agrária foram uma constante no seu discurso, contudo, nem todas as promessas

foram cumpridas, diversos embates políticos inviabilizam o desenvolvimento territorial, numa perspectiva agrária. (SOUSA 2009 *apud* SILVA, p.9, 2016).

No primeiro mandato de Luiz Inácio, foi o período em que os grupos ruralistas obtiveram menor expressão no cenário político, sendo um reflexo das ânsias e esperanças que os grupos marginalizados do Brasil depositaram neste representante político. Que ao eleger o mesmo como líder do poder executivo, não elegeram muitos políticos ruralistas.

O que se notou neste governo foi um aliançamento político das mais diversas bases, o que trouxe “à desesperança de ver a democracia avançar no campo” e com isso “eleitores foram às urnas em 2006. Identificaram-se com o discurso fácil dos ruralistas, que pregavam que a reforma agrária é um desperdício de recursos e terras e que agricultura familiar é uma economia de subsistência sem função comercial” (Instituto de Estudos Econômicos p.9, 2007).

Dessa forma as elites agrárias voltam a se fortalecer no cenário político, despontando novas articulações e projetos de impedimento ao avanço de igualdade no campo, abrindo mais veias de penetração das atividades ligadas ao agronegócio. Mantendo assim os interesses agrários no eixo das movimentações políticas em todas as instancias da federação.

## 2.6. Poder e Posse da Terra no Mato Grosso: A familiocracia como legado

O uso da propriedade da terra enquanto meio de legitimação de poder político e garantias de privilégios que emolduram o Estado nacional se fizeram presentes em todas as instancias da federação, dentre elas o estado do Mato Grosso que instituiu as denominadas familiocracias, como expõe Moreno (2007), pesquisadora dessas questões de expansão territorial do estado, que em sua obra aponta “as elites agrárias mato-grossenses” como facções políticas.

A organização do estado pelos proprietários de terra, passa a ter uma configuração expressiva a partir do império, e a posse da terra garantida pela violência “recurso utilizado para a afirmação das oligarquias, que contaram também com o braço armado dos coronéis, e com uma política fundada no sistema de compromissos, própria do federalismo brasileiro” Moreno (p.44, 2007), criando ao que autora coloca como banditismo.

Porém, essas ações violentas possuíam mais de um objetivo, já que até mais da metade do século XX o Mato Grosso se mostrava como um território extenso, sendo que

sua divisão veio ocorrer apenas no período de Ditadura Militar. Assim dada a grande extensão, as disputas pelo espaço se deram pelos grupos do Sul com os grupos do Norte.

Dessa forma, cada grupo se apropriava de práticas bandististas, por razões diferenciadas. Ao Norte essas práticas visavam a garantia política e econômica, enquanto que ao sul tratava-se de uma forma de apropriação e garantia de terras. Instalando, respectivamente, um grupo de usineiros e extrativistas e ao outro extremo comerciantes e pecuaristas.

E apesar de seus interesses distintos dentro do Estado, ambos se manifestavam conforme descreve Moreno (2007), por meio de trocas de favores com o poder público. Tornando essa relação mais acirrada com a decadência do poder privado. Enquanto se mantinham no meio político fazia-se necessário a garantia e fortalecimento de seus papéis, ocorrendo a prática do coronelismo que garantiam a dominação das oligarquias mato-grossenses.

Esses coronéis mantinham por meios de ações paternalistas ou coercitivas influência sobre as demais instâncias da comunidade do estado, garantindo a permanência dos grupos do sul e norte do estado no poder político, por meio dos votos de cabresto. Assim a força política era mantida por meios de deputados, senadores, delegados, que conseqüentemente mantinham relações com o governo federal.

Essas relações ainda permeiam o período entre a República Velha e a Nova República, no entanto é a partir dessas relações que ascende no estado o que Moreno (2007) define de familiocracia, entendido pela união dos interesses das oligarquias junto ao poder político, que se perpetuou no cenário estadual por muitas décadas.

Após a consolidação do poder republicano Moreno (p.49,2007) expõe o modelo político do Mato Grosso sustentado num sistema de compromisso entre o governo federal com o estadual assim “os governadores deveriam garantir que suas bancadas (deputados e senadores) apoiassem os mandatos do Executivo federal, sendo reconhecidos pela Câmara Federal apoiaria as forças políticas e os interesses dominantes nos estados, utilizando, inclusive, da máquina administrativa.

Isso leva ressaltar o caráter das políticas públicas voltadas para o estado de Mato Grosso que de acordo (PEREIRA 1977, p.77) se deram por “ critérios e normas desconhecidas pela maioria da sociedade, direcionados para atender interesses imediatos e modificados ao sabor das conveniências dos grupos influentes” o que justifica as crescentes políticas públicas e investimento nos setores agrícolas e industriais, descritos



por Silva (2008) que foram implantadas posteriormente no Mato Grosso, resultantes dessas relações político - históricas.

Em termos gerais, no Mato Grosso a posse da terra sempre esteve como o poder de barganha dos oligarcas, e mesmo com o “fim dos coronéis” ainda consistiu de base para a manutenção de controle político. Já que os oligarcas, através do clientelismo, advindos da mediação promovidos pelos mesmos com sociedade civil, permaneceram na dominação e controle de cargos políticos e votos.

Os avanços das familiocracias se deram a partir de 1945, através dos partidos, já que muitas das alianças se romperam por divergências de interesses. De modo que surge no Mato Grosso o PSD e a UDN, respectivamente, Partido Social Democrático e Partido Democrático Nacional. Ambos quando em vigência no poder davam ênfase às relações familiares e de compadrios, muitas vezes colocando os desejos pessoais acima das decisões partidárias.

E mesmo após os anos de 1977 quando ocorre a divisão estado de Mato Grosso, que deu origem ao Mato Grosso do Sul, as decisões políticas permaneceram, tendo em vista que o domínio do território permaneceu em posse das famílias donas das grandes propriedades. Decorrendo uma fusão dos partidos UDN e PSD, em Aliança Renovadora Nacional (Arena), que posteriormente veio a dar origem ao Partido Democrático Social (PDS) que até 1986 conseguiram manter o controle político do Mato Grosso, perdendo espaço para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

No entanto, após essas derrotas, muitas dessas lideranças agrárias migraram para o Partido da Frente Liberal, ganhando novamente espaço na política estadual, e garantido a perpetuação do conservadorismo herdados das oligarquias. Em sua pesquisa Gislaene Moreno (2007) aponta uma mudança neste modelo político a partir dos anos de 1970, quando inicia no estado as frentes de expansão agrícola.

Porém, o Estado na sua representação política, no que tange a defesa dos interesses dos grandes detentores de capital e posse da terra continua em ascensão nas estruturas políticas nacionais, tendo em vista que de acordo os estudos do Instituto de Estudos Socioeconômicos (2007), o Mato Grosso juntamente com os demais estados do Centro-Oeste, tem tido um crescimento exorbitante de ruralistas na política, tendo uma representatividade na Câmara dos Deputados de 175% a mais nos anos de 2007.

Dentro da realidade agrária nacional e dessas influências políticas que se encontra a bacia do rio Itiquira e a produção do seu espaço agrário que tem juntamente com a

expansão das fronteiras agrícolas e migração sulista com base na sojicultora, Silva (2009), modernizado seu campo, sendo uma área beneficiada pelas políticas públicas do governo federal e fatores territoriais dada a proximidade com os polos de escoamento de grãos do estado de Mato Grosso.

### 3. UNIVERSO DA ANÁLISE

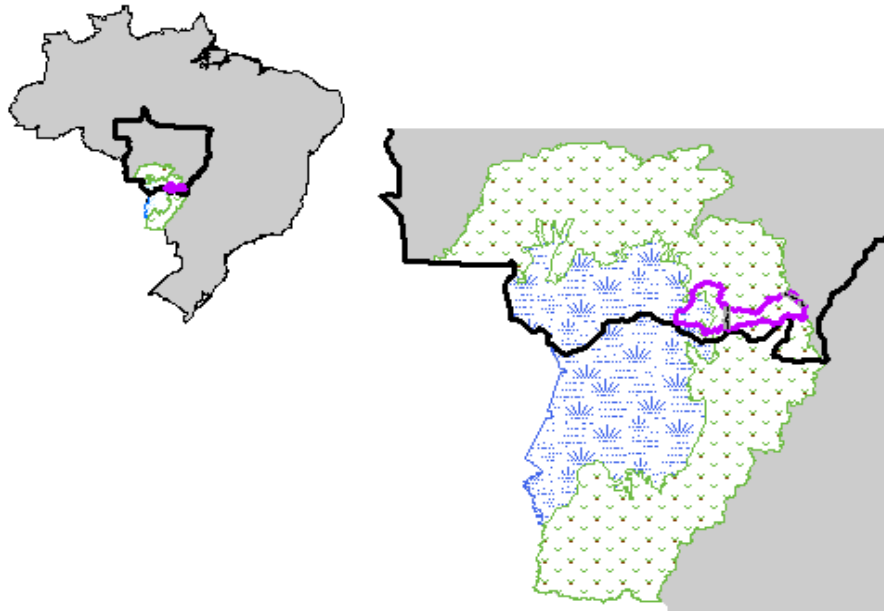
Bacias hidrográficas apresentam singularidades associadas a elementos de sua formação geológica, variação de solos, formas de relevos e fatores biológicos. Devido a isso a grande quantidade de estudos sobre essas áreas, que de acordo Salgado (*et al.*2009), geralmente são abordadas na busca pelo entendimento do ciclo da água e das interferências humanas sobre o mesmo, no entanto a busca por compreender as dinâmicas existentes no interior da bacia hidrográfica do rio Itiquira (MT) exige um entendimento mais complexo pautado na busca por compreender a estruturação do seu espaço agrário e o desenrolar da ocupação como das relações sociais que envolvem o cotidiano, os interesses do capital e as ações e políticas públicas do Estado.

Pertencente a porção brasileira da Bacia do Alto Paraguai a área em estudo apresenta características comuns a essa porção, evidenciadas no que tange a sua topografia dividida em planalto, que de acordo o estudos do Instituto SOS Pantanal (2015), se encontram os principais rios e nascentes da bacia e planície que temporariamente tem partes de sua área alagada pelo rio Paraguai e seus principais afluentes como aponta Allasia (*et al.*2004) sendo uma bacia com baixa densidade demográfica com médias 1-5 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2011) com grau de urbanização inferior a 50% como aponta estudos de 2006 das Escalas do Urbano no Espaço Rural IBGE (2010).

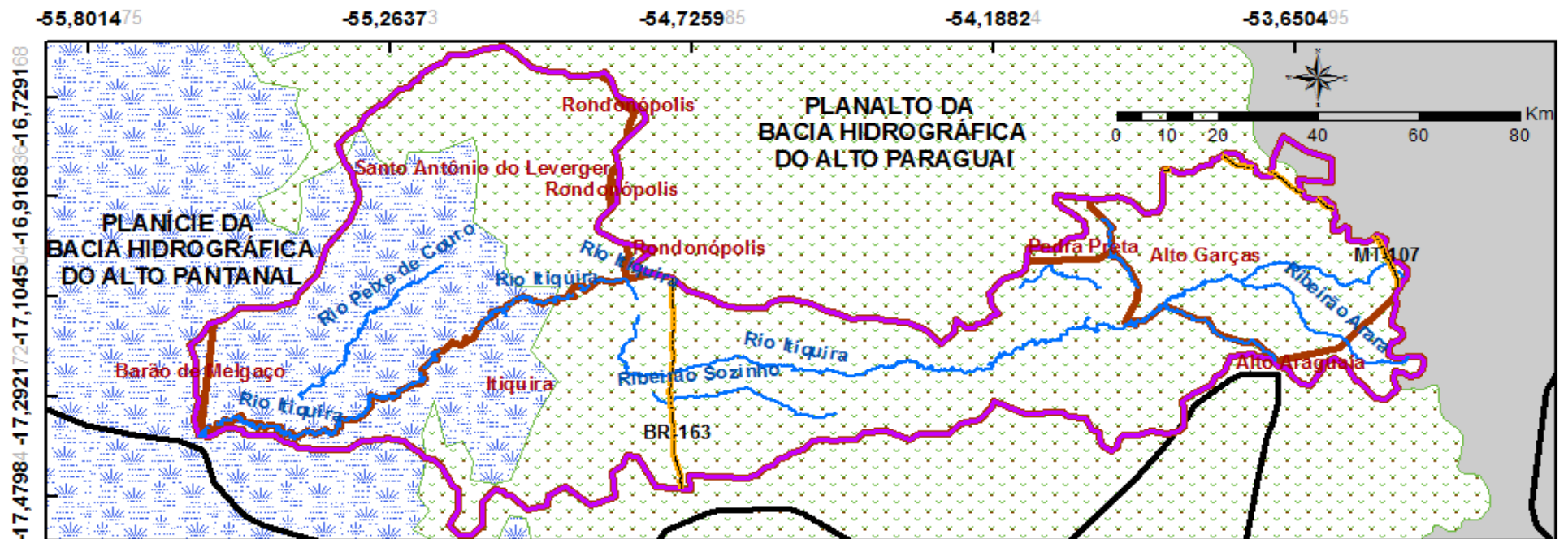
A área compreende os limites de sete municípios, tendo maior extensão Alto Garças com 1.586,09 Km<sup>2</sup>, Itiquira 4.963,42 Km<sup>2</sup> e Santo Antônio do Leverger com 3.517,61 Km<sup>2</sup>. Os demais municípios são Alto Araguaia com 206.34 Km<sup>2</sup>, Barão de Melgaço que participa com 37.63 Km<sup>2</sup>, Pedra Preta, 72.22 Km<sup>2</sup>, Rondonópolis com 39.23 Km<sup>2</sup>. De modo que a bacia possui em sua totalidade 10.422, 53 Km<sup>2</sup>, tendo ainda infraestrutura viária tais como a Br 163 e as rodovias estaduais MT 040, MT 299, MT 070, e um porto seco onde se faz o escoamento da produção pelo eixo ferroviário Rondonópolis- Santos, informações essas possíveis de verificar na Prancha 1 de localização da área.

Dado o uso e conhecimento local Ribeiro (2014) destaca as microbacias mais importantes da margem esquerda e posteriormente direita do rio Itiquira, sendo elas: Margem Esquerda: se destacam sete sendo elas Ribeirão das Araras, Ribeirão Boa Esperança, Ribeirão do Engano, Ribeirão Sozinho, Córrego Mangaba, Córrego Duas

Pontes e Córrego Rio Novos. Margem Direita: se destacam cinco, são elas do Ribeirão da Sobra, Ribeirão da Mata, Ribeirão das Velhas, Córrego Cachoeira e Rio Peixe de Couro.



Fontes:  
 Banco de Dados Geográficos do Exército (2017)  
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017)  
 Agência Nacional das Águas (2017)  
 Sistemas de Coordenadas Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 LABClima - Departamento de Geografia - UFMT/CUR  
 Elaboração: GUIRRA, A. P. M.  
 Organização: SUED, H. A. C



O baixo grau de urbanização da bacia do rio Itiquira (Mt) se explica pelo tipo de atividade dos três municípios com maior área na bacia, Alto Garças, Itiquira e Santo Antônio do Leverger que possuem seus Produtos Internos Brutos pautados na atividade agropecuária IBGE (2010), ou seja as atividades destes predomina em áreas rurais com produções de matérias-primas. Explicando assim os dados do IBGE e da Agência Nacional de Águas (2008) quanto aos usos da água desta bacia para atividades animal e de irrigação.

Informações como as expostas, de acordo (CANO *et al.*p.1, 2011) permitem ao pesquisador compreender que a modernização agrícola trouxe ao campo articulações com as indústrias o que intensifica as disputas no espaço rural podendo ser percebidas pelas estruturas fundiárias em especial em regiões que como aponta O'Neill (2011) tem suas produções voltadas aos mercados nacionais e internacionais, atual realidade do estado do Mato Grosso e dos municípios que estão inseridos na bacia do rio Itiquira (Mt) situada a sudeste deste estado.

A busca pela compreensão da produção do espaço agrário da bacia requer uma caracterização da área de estudo, pois como afirma Dotto (2009), os ritmos dos atributos físicos e o modo de vida expresso pela formação socioeconômica é que torna o lugar singular. De modo que a expressão desses ritmos no alto, médio e baixo curso da bacia, se baseiam nos levantamentos físicos elaborados por Ribeiro (2014), Tarifa (2011) e complementado com os dados do Zoneamento Ecológico realizado pela Secretaria do Estado de Mato Grosso – SEPLAN (2010) e o Plano Diretor de Itiquira (PMDI) de 2014.

### 3.1. Variação Climática

Por estar inserida num território da faixa tropical do Brasil a bacia recebe radiação solar o ano todo e sua pluviosidade tem como fatores determinantes sua extensão e continentalidade, baseado em dados da Cia Ambiental (2010) a média pluviométrica da faixa pertencente a toda a área do município de Itiquira são de 1.600 mm/ano.

As temperaturas variam em toda extensão da área, o PDMI (2014) atribui máximas de 34.4°C para as faixas mais elevadas enquanto as faixas das Depressões e Pantanaís a média máxima de 33.4°C, sendo que a média da bacia é de 24°C com máxima de 32°C como destaca Ribeiro (2014). Em geral o balanço hídrico aponta para uma deficiência de 300 a 350 mm nos meses de abril a novembro e excessos de 300 a 400 mm entre dezembro

e março período chuvoso, no entanto esses dados são baseadas em estudos gerais, pois como salienta Ribeiro (2014) esta faixa do estado possuem poucas estações meteorológicas que permita obter dados mais precisos.

### 3.2. Caracterização Geológica e Geomorfológica

A bacia hidrográfica do rio Itiquira situada em região de interior de áreas continentais sobre uma grande base de sedimentos que formam a Bacia Sedimentar do Paraná, de acordo Brito (1979), é intracratônica, se mantendo num eixo norte-sul do território brasileiro, composta por 5.000 metros de sedimentos proveniente em sua maioria do Período Devoniano, de onde se tem as formações Furnas e Ponta Grossa, os Grupo Tubarão, e do Mesozóico as formações Botucatu e Bauru, e grupo Passa dois da idade permiana.

Inserida em sua maior parte na estrutura deprimida da plataforma formada por espessos pacotes de sedimentos da bacia do Paraná, fazendo contato a oeste com os sedimentos recentes do Pantanal de Mato Grosso. Possuindo doze unidades litoestratigráficas, como afirma Ribeiro (2014), variando o afloramento destas unidades, dada ao tempo e as atividades de transporte e sedimentação em sua maioria com interferência de atividades fluviais. No quadro 2 elaborado por Ribeiro (2014, p.67) permite observar o comportamento geológico da área em estudo.

Dada às composições rochosas o relevo da bacia possui estruturas morfológicas diversas, o PDMI (2014) aponta que da parte central no sentido leste destaca-se o Planalto do Maracaju, permitindo encontrar relevos de cuestas e mais a oeste escarpas mais íngremes dada a ação do tempo sobre as rochas. Outras formas tem forte destaque na bacia do rio Itiquira, derivadas de bordas de outro planalto, tais como Taquari/Alto Araguaia e da extensa planície que se forma na porção oeste da área correspondente ao Pantanal.

Devido se localizar na borda noroeste da bacia sedimentar do Paraná, a área possui um extenso planalto de formas tabulares com baixas declividades, que como destaca Ribeiro (2014), consiste num modelado homogêneo conhecido popularmente na região como os “chapadões”. Na porção leste têm-se áreas com maiores declividades, dada à dissecação não muito acentuada dando destaque assim para formas convexas.

As variáveis geológicas e comportamento do relevo expressam cotas altimétricas muito elevadas na porção centro-leste da bacia o que permite que esteja como um divisor

de águas, dentre elas a do Paraguai, ao qual a mesma se insere, percorrendo trechos de altitudes de 950 no alto curso, chegando a pontos de 619 metros no médio curso, atingindo 520 nas áreas de escarpas até adentrar o seu compartimento mais baixo de 130 metros de altitudes, nas áreas pertencentes à Formação Pantanal.

EON	ERA	PERÍODO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS UNIDADES LITOESTRATIGRÁFICA DA BACIA DO RIO ITIQUIRA- MT	
FANEROZÓICO	CENOZÓICO	QUATERNÁRIO	Ha - Aluviões Atuais: areias, siltes, argilas e cascalhos	
		QUATERNÁRIO	Qp - Formação Pantanal: Sedimentos arenosos, siltico-argilosos, argilo-arenosos e areno- conglomeráticos semi-consolidados e inconsolidados. Localmente com impregnações ferruginosas e salinas	
		TERCIÁRIO PALEOGENO	Tpspl - Superfície Peneplanizada com Latossolização: solos argilosos a argilo-arenosos microagregados de coloração vermelha-escuro. Podem apresentar na base crosta ferruginosa, raramente com nódulos concrecionários de caulinita sotopostos às crostas ferruginosas.	
	MESOZÓICO	CRETÁCEO	Km - Formação Marília: arenitos de granulometria variada, paraconglomerados e arenitos argilosos, calcíferos em diferentes horizontes e, subordinadamente, níveis de siltitos e argilitos	
		JURÁSSICO	GRUPO SÃO BENTO	Jb - Formação Botucatu: arenitos finos a médios, bimodais, com grãos bem arredondados e estratificações cruzadas de grande porte. Podem ocorrer na forma de intertrapes com basaltos. Desenvolvem extensos areais
	PALEOZÓICO	PERMIANO	GRUPO PASSA DOIS	Ppd - Grupo Passa Dois: reúne as Formações Corumbataí e Irati não individualizadas. Pi - Formação Irati: alternância de folhelhos petros pirobetuminosos e fétidos, siltitos, calcários dolomíticos e cherts; Pc - Formação Corumbataí: alternância rítmica de siltitos, folhelhos, argilitos e níveis de calcários.
			GRUPO PASSA DOIS	Pp - Formação Palermo: arenitos finos a muito finos e siltitos com intercalações de sílex oolítico e/ou pisolítico
		PERMO-CARBONÍFERO	SUPERGRUPO TUBARÃO	CPa - Formação Aquidauana: arenitos com níveis conglomeráticos e intercalações de siltitos, argilitos e subordinadamente diamictitos
		DEVONIANO	GRUPO PARANÁ	Dpg - Formação Ponta Grossa: arenitos finos a muito finos com intercalações de siltitos, argilitos e delgados níveis conglomeráticos
		SILURO-DEVONIANO		SDF - Formação Furnas: arenitos ortoquartzíticos de granulometria grosseira a localmente fina. Na base apresentam horizontes conglomeráticos monomíticos de espessuras métricas
		ORDOVÍCIO - SILURIANO	OSri - Grupo Rio Ivaí: arenitos finos em bancos espessos e maciços, ocasionalmente grosseiros e conglomeráticos em posições basais	
	PROTEROZÓICO	SUPERIOR	PScb - Grupo Cuiabá: filitos diversos, metassiltitos, ardósias, metarenitos, metarcóseos, metagrauvascas, xistos, metaconglomerados, quartzitos, metavulcânicas ácidas e básicas, mármores calcíticos e dolomíticos. Presença conspícua de veios de quartzo	

Quadro 2. Descrição Sumária das Unidades Litoestratigráfica da Bacia do Rio Itiquira- MT. Fonte: Ribeiro (2014). Org. SUED, 2017.



O alto curso da bacia do rio Itiquira, drena de acordo **Ribeiro e Vicens (2013)**, as áreas de Alto Garças, Alto Araguaia, Pedra Preta e extremo leste do município de Itiquira, estando nesta porção as maiores cabeceiras que constituem a rede de drenagem da área em estudo. Com variações altimétricas de 650 a 850 metros. Por ter em seu aspecto geomorfológico o Planalto do Taquari/Alto Araguaia.

Sua geomorfologia são sistemas de processos denudacionais e agradacionais, onde conforme os critérios de classificação do relevo por Latrubesse (1988), o primeiro são áreas onde ocorrem processos de esculturação do relevo, estando em rebaixamento contínuo dando origem a diversos tipos de topos, aguçados, convexo, tabulares ou planos, que no recorte em destaque são evidenciados as formas tabulares e alguns pontos de topos aguçados.

Derivado do segundo processo tem-se áreas de acumulação, em geral dada a variabilidade climática, por fatores como água, gravidade e vento, responsáveis pelo transporte desse material. Gerando com isso Sistema de aplanamento, blocos falhados, colinas e morros, e escarpas menores de 100 metros.

As formações de maior predominância nos pontos mais elevados são do Período Jurássico e Cretáceo, respectivamente Formação Botucatu e Marília, a litologia do primeiro se constitui de arenitos bimodais, médios e finos, localmente de acordo o PDMI (2014), são grossos e conglomeráticos, de grãos redondos com coloração que varia de cinza ao avermelhado. A formação Marília, ocorre mais próxima área da cidade de Itiquira, são depósitos imaturos relacionados a áreas médias de atuação dos leques aluviais, com presença de algumas dunas de trabalho eólico sendo um arenito grosso de cores amarelo avermelhado.

Ocorrem de modo mais isolado nesta área a nordeste litologias derivadas do Grupo Cuiabá, do período Superior, próximo aos cursos d'água o Grupo Passa Dois do período Permiano e Aluviões atuais do Quaternário. O grupo Cuiabá possuem rochas metamorfizadas com predomínio de filitos e micaxistos com quartzitos, o grupo Passa Dois ocorre na área associado à Formação Botucatu, estando bastante intemperizado, PDMI (2014), os Aluviões Atuais são encontrados por toda a extensão dos meandros dos cursos que alimentam a rede de drenagem, constituídos por areais, siltes, argilas e cascalhos.

O médio curso que integra em toda sua extensão o município de Itiquira, com cotas altimétricas entre 450 a 650 metros de altitude, **Ribeiro e Vicens e Tocantins (2013)**, aponta que neste trecho ocorre o segundo nível de escalonamento do Planalto Taquari com

uma área de 2.655 km<sup>2</sup>. A geologia da área constitui de sedimentos do fanerozóicos da Bacia Sedimentar do Paraná de estruturas da formação Marília e Furnas, com forte presença do Grupo Passa Dois, Grupo Cuiabá, grupo Rio Avaí e Marília.

Os aspectos geomorfológicos da área são de superfície aplanada e sistema de aplanamento, tendo com isso formas de topos tabulares e convexos com fracos declives. Sendo uma faixa conhecida nas localidades por chapadões, dada a grandes extensões das chapadas contínuas. Ainda nesta faixa tem-se a ocorrência de vales amplos, e vertentes inclinadas. Na porção mais ao norte encontra-se uma faixa de transição do relevo compondo no sentido norte ao centro da bacia vertente escarpada. E em toda a porção central, acompanhando os meandros do rio Itiquira, estruturas acumulativo fluvial.

Da escarpa ao baixo curso a bacia continua a drenar áreas do município de Itiquira, sua porção oeste, e o extremo sul do município de Santo Antônio do Leverger, chegando ao Pantanal de Barão de Melgaço. Constituindo um trecho de cotas altimétricas de 135 a 400 metros de altitudes, ao que Ribeiro e Vicens e Tocantins (2013) apontam como primeiro nível de escalonamento da planície do pantanal mato-grossense. Sendo uma área de pouco conhecimento sobre as relações físicas como afirmam outros pesquisadores da bacia do rio Itiquira:

O baixo curso tem início no topo da Serra São Jerônimo. Corresponde com as áreas mais rebaixadas do Pantanal é marcado por não permitir uma caracterização geral da unidade paisagística. Pode-se dizer que a formação é mal conhecida, principalmente quanto a sua evolução, indubitavelmente interessante como fornecedora de informações quanto ao ambiente tectônico, climático e sedimentar recente. (RIBEIRO e VICENS, 2013, p.17-18).

Nesta porção a bacia adentra ao Pantanal brasileiro numa posição mais elevada, se comparado às demais áreas do pantanal no Mato Grosso, se caracterizando assim de uma grande área de depósitos e espraiamento dos leques fluviais, dada a confluência do rio Itiquira com o rio Corrente. Constituindo uma área baixa, porém seca, sendo inundada apenas em grandes cheias.

Na faixa de transição da Bacia do Rio Itiquira – MT tem-se em primeiro a Escarpa desfeita e a Escarpa, onde na primeira têm-se arenitos paleozoicos da Formação Furnas numa transição para o Grupo Ivaí. No segundo, as rochas são metamórficas derivadas do Grupo Cuiabá. Na extensão das planícies aflora sedimentos arenosos da Formação Pantanal.

A geomorfologia se faz ainda de sistemas de aplanamento, com presença de relevos residuais a sudoeste. Tendo na sua faixa a noroeste a presença de vales encaixados em forma de V, em toda a área central do baixo curso, encontra-se sistema agradacional fluvial e planície com terraços fluviais. Com planície aluvionar meandriforme, com meandros que se deslocam pela planície de inundação, numa faixa transitória da Serra de São Jerônimo com as planícies, onde o rio Itiquira entra em contato com o rio Peixe de Couro, apresentando vários lagos e braços abandonados de rios. E no extremo oeste da bacia tem-se então o encontro de rios com vales aluviais do Pantanal.

### 3.3. Caracterização dos Solos e Vegetação

Evidentemente a combinação dos fatores climáticos, topográficos, geomorfológicos traz uma variabilidade de solos e vegetação, conseqüentemente determinando a densidade da drenagem da área. de modo que na porção mais alta da área da bacia tem-se solos rasos e relevo com maior movimentação, sendo que na porção mais plana o quadro se inverte para solos mais profundos. Essas inter-relações dos aspectos físicos da área vêm a contribuir numa certa homogeneidade em seu alto, médio curso e na sua escarpa e no baixo curso.

Os solos do alto curso da bacia são classificados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN, 2011), como Argissolos, neossolos quartzarênicos e neossolos litólicos. O primeiro tem como principal característica a variação de cascalhos e textura média arenosa, presente em áreas de relevo ondulado. Os Neossolos na área são fortemente arenosos com horizonte A desenvolvido chegando até dois metros de profundidade como aponta Ribeiro (2014), possuem baixa fertilidade, tendo pouco uso agrícola, sendo usando em sua maior parte para o desenvolvimento de atividades de silvicultura e pecuária extensiva.

No médio destacam solos latossolos argilosos vermelhos – escuros e hidromórficos, comuns a áreas planas com textura média argilosa, com pouco nutrientes sendo necessários técnicas de gessagem para a produção agrícola. Baixo curso Os solos são derivados de aluviões quaternários, formado por areias e siltes, logo desenvolvendo áreas com predominância de areias quartzosas hidromórficas, derivado ainda desses materiais (areias argilas e cascalhos) desenvolve ainda os plintossolos e planossolos.

Os tipos vegetacionais em sua composição natural são diversos em toda a extensão da bacia, no entanto a Seplan (2011) e Joaquim Ribeiro (2014), atenta para as atividades econômicas como elementos supressores desta biodiversidade vegetal, de modo que as classificações são feitas com base nos resquícios das porções florestais não exploradas pela pecuária e agricultura mecanizada atividades predominantes na área em questão.

A vegetação natural do alto curso se intercala com pastagens naturais, com a aparição de alguns pontos de formação savânica associada a vertentes, nas porções mais íngremes do relevo, nas demais áreas os resquícios de vegetação natural são classificadas pela Seplan (2011) como são de Savana Arborizada ou cerrado onde as espécies vegetais possuem troncos retorcidos e cascas grossas e dispersas pelo campo, possuindo altura média de 3 a 5 metros , tendo entre esses espaços gramíneas que recobrem o solo com ocorrência de queimadas dado o manejo realizado por pequenos pecuaristas.

Médio curso A vegetação natural são de cerrados, vegetação de savana parque, com suas espécies herbáceas com altura em torno de 1 a 2 metros e savana- floresta – cerradão de espécies com troncos mais grossos e troncos menos retorcidos com altura média de 9 a 12 metros e nas planícies aluviais sazonais tem-se a ocorrência de florestas fluviais com espécies seletivas e pouco lenhosas, sendo as espécies mais preservadas dada as legislações que visam sua proteção.

Nas áreas pantaneiras ocorre a repetição de grupos situados nas demais áreas da bacia tendo maior destaque para as savanas-parque de áreas pantaneiras que se diferencia das demais dada à fisionomia campestre nas faixas inundáveis, conhecida popularmente como murundus, com predominância de espécies arbustivas e arbóreas.

#### 3.4. Formação Socioeconômica

Ao explicitar a importância de estudos sobre bacias hidrográficas Cano (*et al.*2011) afirma estar no interior dessas os diferentes ecossistemas e produção de matéria-prima utilizadas na fabricação de produtos primordiais ao bem-estar do ser humano. Quando essa produção passa a ser percebida no espaço rural de uma bacia se faz necessário pontuar os processos históricos que promoveram as estruturações econômicas no cenário nacional nas suas políticas voltadas ao campo.

Pois persiste até os dias de hoje a dualidade urbano-rural nos moldes tradicionais, não que esses deixaram de existir, mas que os ritmos do primeiro ganhou expressão no segundo O'Neill (2011 *apud* Wanderley 2000). Essa reestruturação se deu juntamente ao processo de industrialização que promoveu o êxodo rural e trouxe o esvaziamento do campo, e a produção agrícola vinculada às necessidades de mercado de modo que o “modelo de desenvolvimento rural, apoiado na produção de alimentos para a exportação, uso intensivo de insumos e mecanização e baixa absorção de mão-de-obra, transformou áreas e criou estreitamento entre a economia” (O'NEILL, p.243. 2011).

Esse estreitamento econômico se percebe no Mato Grosso através das políticas de Estado que a partir de 1964 promove campanhas de ocupação do centro-norte do Brasil. Ao que Pereira (1997) apresenta como uma problemática, já que essa expansão vinha a encontro de interesses imediatos e de beneficiamento de grupos específicos, sendo essa uma característica que passa a permear a identidade rural desse estado, que ganha destaque conforme afirma Silva (2009), pela sua modernização agrícola atrelada produção de sojicultora.

Nesse contexto de ocupação do centro-norte do país e a expansão das fronteiras agrícolas, o Estado do Mato Grosso tem seu território dividido permanecendo na sua porção sudeste a já consolidada economia baseada na agropecuária que atrelada às migrações advindas do sul promovem o surgimento de setores industriais agrícolas. E dentro dessa porção do território mato-grossense se encontra com economia consolidada no modelo agrícola os sete municípios que compõem a bacia hidrográfica do rio Itiquira (Mt).

A formação socioeconômica da extensa área da bacia do rio Itiquira se fez na sua porção do alto e médio curso na atividade garimpeira, enquanto que a sua faixa de planície deste o século XVII data a pecuária. A primeira atividade foi dando espaço ao surgimento de corrutelas e estas com o desenrolar dos anos foi recebendo famílias que passaram a controlar a posses de grandes extensões de terras para atividade pecuária, vindo ser os percursores da modificação estrutural econômica do lugar.

Pode perceber esse caráter das transformações dessa área por meio da elaboração teórica da formação dos municípios mato-grossenses realizada por Ferreira e Silva (2001), que destaca Alto Araguaia, Alto Garças, Itiquira como municípios que foram núcleos da mineração do diamante no sudeste do Mato Grosso. Por outro lado têm-se as áreas que o desenvolvimento tem intrincado ações do governo no fim do século XIX caso de

Rondonópolis que teve seu centro urbano desenvolvido por meio das ações do Marechal Rondon que muito se agradara da área no processo de expansão das linhas teleféricas.

Esses mesmos autores destaca a formação de Barão de Melgaço e Santo Antônio de Leverger situados a noroeste da bacia que também tiveram influência da mineração do ouro por situarem na região aurífera de Cuiabá no século XVII e que paralelo à mineração, sobretudo após a Guerra do Paraguai, desenvolveram a pecuária extensiva.

Diversa dos demais e pertencentes à realidade em estudo, Pedra Preta se forma por meio idealização de um imigrante japonês, Noda Guenko, que se instalou nos anos de 1950 na região do vale do Jurigue, onde planejou a construção da cidade mas que não veio a se concretizar dada as interferências dos demais moradores da região, duas décadas após a chegada de Noda Guenko a área é emancipada recebendo o nome em homenagem as pedras encontradas pelos moradores no leito do rio que cortava o vilarejo de Pedra Preta.

Os municípios que atualmente se distribuem na formação da área da bacia do rio Itiquira tiveram sua emancipação no mesmo período. Com exceção de Pedra Preta, todas as demais foram reconhecidas na década de 1950, a maioria com as primeiras perspectivas das políticas de desenvolvimento nas áreas centrais do país.

Após os anos de 1970 a área passa a receber muitos incentivos governamentais visando a expansão do mercado exportador agrícola, vários programas tiveram influência na porção sul do estado, dentre quais Dotto (2009) destaca para a região da bacia do rio Itiquira o Polocentro, Prodepan e o Corexport, e os mesmos expressam finalidades diversas, porém com objetivo de expandir o desenvolvimento econômico do Brasil.

**POLOCENTRO:** chefiado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, obteve resultados positivos dado o investimento em sementes das mais variadas culturas, sobretudo da soja e expansão das áreas de pastagens, conforme aponta Dotto (2009) o programa visava ainda amenizar a pobreza que afetava em sua maioria os migrantes sulistas, que na década de 1970 respondia pelo acréscimo populacional na faixa do município de Itiquira, Ribeiro (2014).

**PRODEPAN:** Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, de acordo Abreu (2009) foi um dos programas pioneiros no Centro- Oeste por meio do Sudeco, criado em 1974 quando o estado do Mato Grosso ainda não havia sido dividido, visava trazer uma infraestrutura viária para as faixas do Pantanal brasileiro, ABREU (2000, p.03) aponta outros objetivos deste programa:

É o caso, também, da construção de poços artesianos e de canais-tronco e vicinais visando ao saneamento rural; da construção de armazéns e frigoríficos que foram contemplados na programação do PRODEPAN, além da criação de uma fundação universitária. Para execução do Programa, a SUDECO elaborou um elenco de projetos envolvendo a ação direta do governo federal e o estímulo à iniciativa privada.

Parte das propostas deste programa não chegou a ser executadas, pois como afirma Abreu (2000) parte das obras não considerava as cheias do Pantanal, de modo que aquelas construídas vieram a sofrer danos. Apesar do conjunto de problemas ocorreram transformações em muitas das faixas do Pantanal mato-grossense como melhoria nas pastagens e manejo pecuária e a introdução de tecnologias e o desenvolvimento industrial de corte.

**COREXPORT:** este programa visava os Corredores de Exportações e como Dotto (2009) afirma, recebia apoio do Projeto de Fomento Agrícola do ministério da Agricultura, que assegurava ofertas dos produtos agrícolas, da área em estudo o município contemplado foi Rondonópolis. Em geral, o programa garantia a instalação de infraestruturas de produção e comercialização de produtos agrícolas com a finalidade de aumentar o consumo de interno de produtos agrícolas, programa tinha como meta firmada aumentar em 4 milhões de toneladas a capacidade de exportação e viabilizar o acesso aos quatro pontos principais de escoamento.

Efetivados, esses programas determinam a atividade agropecuária e os serviços voltados à manutenção e distribuição de insumos como a matriz econômica dos municípios de todo o estado, realidade esta que rege todas as relações do interior da bacia do rio Itiquira, tendo em vista que a agropecuária rege todo o espaço econômico da mesma, tendo a indústria destaque apenas no município de Rondonópolis, porém o IBGE (2016) permite apreender que as divisas geradas são mal distribuídas na área, tendo em vista que o rendimento domiciliar da maioria não ultrapassa dois salários mínimos.

## 4. METODOLOGIA

### 4.1. Delimitação da Área de Estudo

Para o desenvolvimento da pesquisa realizou-se primeiro a delimitação da área da bacia, adotando com isso a codificação de vetores disponíveis na ANA – Agência Nacional de Águas de otobacias. Sistema que como aponta Gomes (2011) possibilita uma maior percepção das relações humanas, sobretudo pela otocodificação tratar se um método hierárquico simplificado baseada na topografia do terreno e rio com maior drenagem.

Organiza-se me subdivisões de maior a menor possibilidades de compartimentação sendo a bacia hidrográfica do rio Itiquira (MT) pertencente ao nível 4 da otocodificação, inserida na Bacia do Alto Paraguai. Dada à diversidade de sistemas de referencias na elaboração do banco de dados, buscou-se padronizar para o Sistema Sirgas2000, Zona 21 de projeção UTM e Sirgas\_2000.

A área delimitada equivale a 10.422, 53 Km e passou por um processo de conversão dos vetores shp para kml, onde realizou-se a correção desse limite, tendo em vista que os dados retirados da ANA ao ter o sistema de referência padronizado apresentaram distorções. As correções foram realizadas manualmente o que justifica alguns traços grosseiros percebidos na linha que demonstra os limites da área na Carta de Localização da Área de Estudo – Prancha 1 e as demais cartas elaboradas para nesse estudo.

Estabelecido os limites da bacia buscou-se delimitar os municípios inseridos dentro da área, de modo que os dados das Unidades da Federação, limites municipais foram obtidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística e da infraestrutura viária do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte.

### 4.2. Do Método e Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica se faz com base na concepção de ritmos que se baseia na crítica marxista que percebe a transformação da natureza pelo trabalho humano. Os ritmos consistem de acordo Portela (2016) numa possibilidade de desvendar a lógica dos



processos naturais e socioeconômicos na produção do espaço sem se restringir ao caráter planejado de sua produção.

A perspectiva da produção do espaço por meio do entendimento dos ritmos está calcada na Ritmanálise definida em TARIFA (2002 *apud* LEFEBVRE, 1992):

Como método e teoria, que persegue esse duro trabalho milenar de entender polirritmias dos corpos (respiração, circulação, desejo, sono, alimentação) e do espaço (físico, biológico, humano e social), de modo sistemático e teórico, agrupando práticas muito diversas e de saberes muito diferentes: medicina, história, climatologia, cosmologia, dendrocronologia, poesia (poética), música, sociologia, psicologia e geografia. (LEFEBVRE, 1992 *apud* TARIFA, 2002)

Há por meio desse método-teoria apresentado a possibilidade de desvendar as relações do homem social em seu cotidiano, valores, desejos e aspirações, como a supressão destes pelos interesses e discursos do Estado e suas instituições. Preza-se a vida contida neste espaço Lefebvre (2006) destaca que na busca por compreender o espaço não se pode pautar apenas em como está sendo concebido, vazio, passivo ou como produto a ser trocado com tendência a desaparecer.

O que torna essa perspectiva singular não é só a produção do espaço pelas suas novidades, mas também permitir ao próprio pesquisador (ritmanalista) se inserir na pesquisa. De modo que as percepções deste são vistas como uma fonte do conhecimento científico considerando a relação do mesmo com seu objeto. O espaço não se faz produzido por outros o pesquisador está nele e o sente e dessa vivência percebe as novidades contidas nele.

Buscou-se então por meio desta teoria-método estabelecer um estudo agrário onde a produção do espaço se faz pautado nas disputas de classes inseridos no campo, no entendimento dos ritmos das organizações socioeconômicas sua atuação no controle do espaço agrário da bacia do rio Itiquira, as relações produtivas e de trabalho e ações do Estado no cuidado dessas questões.

Para isso construiu-se um aparato teórico para a compreensão do método, em especial das obras de Lefebvre teórico fundamental na elaboração dos demais pontos da pesquisa. Partindo das orientações do método se delineou o caráter histórico das relações agrárias brasileiras e suas intervenções e heranças que modelam as tomadas de decisões

que induzem as contradições do campo. Sendo essa realidade afunilada para a formação e constituição do espaço agrário mato-grossense, e enfim adentrando ao objeto estudado, a bacia do rio Itiquira.

A bacia escolhida possui poucos estudos sobre sua área de modo que os dados documentais foram obtidos em sua maioria em órgãos governamentais como o INDEA e CONAB e secretarias municipais que prestam assistência aos produtores da região sudeste do estado de Mato Grosso.

Referente aos assentamentos de agricultura familiar e pequenos produtores da área da bacia foram procurados a SEAF e INCRA, ambos não possuíam registros documentais, onde o primeiro orientou entrar em contato com os presidentes dos assentamentos e o segundo declarou que não poderia repassar informações dado o pouco tempo de instalação da superintendência responsável pela área que a bacia abrange. De modo que parte do material documental foi obtido por meio de entrevistas.

#### 4.3. Entrevistas e Obtenção de Dados Históricos

Por se tratar de uma investigação social de caráter exploratório, dado o limitado arcabouço bibliográfico acerca da área estudada, foram realizadas entrevistas para a coleta de dados referentes à ocupação e uso do solo como da apropriação de terras na bacia do rio Itiquira, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. As mesmas foram elaboradas sem estrutura, porém focalizada, onde foi possível explorar e levantar em diálogo aberto como recomenda Gomes; Oliveira; Alcará (2016), com os residentes, pioneiros, gerentes de fazendas, trabalhadores, presidentes das associações e assentados.

O padrão das entrevistas foi mantido para todo o público e esferas procuradas desde a comunidade aos representantes do poder público e responsáveis pelo setor privado, tendo evoluções a medida que temas poucos conhecidos aproximavam do problema pesquisado, no entanto com constantes retornos ao tema central, sempre enfatizando a comunicação da vida cotidiana.

#### 4.4. Trabalho de Campo

Numa busca complementar a proposta conceitual que valoriza a experiência e vivência do pesquisador com seu objeto de estudo, adotou-se como primordial as práticas

de trabalho de campo, como uma metodologia de superação das amostragens. Foram elaborados três roteiros para melhor interpretação dos dados. Os dois primeiros se deram em localidades do alto e médio curso da bacia e o terceiro realizou-se exclusivamente nas faixas da escarpa e baixo curso da bacia como pode ser visto no quadro 1 da organização do campo:

<b>ROTEIRO</b>	<b>ÁREA DA BACIA</b>	<b>LOCALIDADES</b>	<b>ALTITUDE</b>
Roteiro II (14/07/2017)	Alto curso e Médio curso	Fazenda Mineirinho	506 metros
		Fazenda Pontal	571 metros
		Fazenda Maringá	619 metros
		Fazenda Palmares	603 metros
		Fazenda BDM	603 metros
		Beira- rio	497 metros
		Grupo Apê - Fazenda Aruanda	619 metros
		Trecho de acesso ao Assentamento tio Elias.	508 metros
		Assentamento tio Elias	508 metros
		Sítio Bom Jesus	505 metros
		Sítio Terra Preta	493 metros
		Terminal ALL	649 metros
		Grupo Polato – Fazenda Ana Paulo	
Roteiro II (17/08/2017)	Alto curso e Médio curso	Grupo Amaggi	479 metros
		COOPSOB– Assentamento PAF	483 metros
		Fazenda Marajoara	713 metros
		Trecho acesso ao Assentamento Adriana	526 metros
		Assentamento Adriana	539 metros
		Trecho acesso ao Assentamento Santa Ana	541 metros
		Assentamento Santa Ana	622 metros
Roteiro I (24/08/2017)	Escapa/ Baixo curso	Mineirinho	517 metros
		Grupo Resende	213 metros
		Pedreira	415 metros
		Rancho do Ceará	363 metros

Quadro 3. Roteiro de trabalho de campo. Org: SUED, 2017.

Os dois primeiros roteiros priorizaram visitas a fazendas de produtos voltados a exportação e os pequenos produtores de agricultura familiar por meio de contatos e conversas informais. Numa perspectiva de valorizar os relatos e experiências dos moradores residentes na área, entendidos como uma forma coerente de absorver as cotidianidades presentes em suas vivências e que trazem a novidade ao que está sendo pesquisado. E ao pesquisador estabelecer a mediação do que está externo, sendo levantado em bibliografias e o interno, a realidade vivida.

O trabalho de campo permitiu também perceber as alterações das paisagens e suas implicações no uso e ocupação do solo e as destinações das políticas públicas e o acesso que cada produtor vai tendo ao mercado e as implicações da localidade na própria produção. Nesse sentido, o campo permitiu absorver as interações num contexto de totalidade abrindo as possibilidades de apreender as implicações práticas da produção do espaço da bacia do rio Itiquira.

O terceiro trajeto teve enfoque na escarpa e baixo curso da bacia, neste trecho o campo foi de caráter exploratório, o roteiro foi planejado previamente por imagens do Google Earth, devido a falta de conhecimento da área pela pesquisadora. De modo que foram obtidos contato com apenas um residente.

As demais localidades visitadas foram conhecidas na medida em que se seguia o trajeto planejado e ao contrário das áreas do alto e médio curso ocorre nesta porção da bacia extensas áreas de matas e pastagens e poucas sedes de fazendas, a paisagem muda um pouco a medida que se aproxima das margens do rio Itiquira onde contamos moradores residentes nos ranchos e pesqueiros. Dado a isso se teve visita a menos localidades, se comparado aos dois primeiros campos.

Ainda no trabalho de campo foram realizados os registros fotográficos dispostos na pesquisa. A medida que era observado uma mudança de paisagem de interesse da pesquisa era realizado uma parada onde se registrava as coordenadas geográficas e a altitude do ponto, com uso apenas de um GPS Garmin portátil map64, câmera fotográfica profissional e de smartphone.

#### 4.5. Organização e confecção de material cartográfico.

Na busca por estabelecer uma análise detalhada dos atributos físicos da bacia e suas implicações na espacialização das relações socioeconômicas foram construídas quatro

cartas, dispostas no decorrer da pesquisa como Prancha 2 – Carta Topográfica, Prancha 3 – Carta Pedológica, Prancha 4 - Carta de Uso e Ocupação do Solo e Prancha 5 – Carta da Estrutura Fundiária. A elaboração e organização desses documentos cartográficos foram feitas no ambiente do Sig ArcGis10 e padronizados quanto a impressão na folha A3, na escala de 1:250.000 no sistema de referência Sirgas2000 na Zona 21 de projeção UTM e Sirgas\_2000.

Os dados usados na elaboração foram todos vetores e a metodologia de organização de cada documento respeitou as propostas do órgão que forneceu o banco de dados com exceção para a prancha 1 e 5 como está descrito abaixo:

- *Prancha 2 – Carta Topográfica:* Para a confecção dessa carta foram utilizadas imagens SRTM do banco de dados da Embrapa, no formato Geotiff (16 bits), com resolução espacial de 90 metros com sistema de referência WGS-84. Essas imagens foram “mosaicadas” no Sig Qgis 10 de onde foram extraídos os vetores das curvas de nível com equidistância de 1 em 1 metro.

As demais etapas da elaboração foi realizada em ambiente do ArcGis 10, as curvas obtidas foram organizadas em numa equidistância de 100 em 100 metros. Após essa etapa fez-se a identificação da maior e menor altitude encontrada na área da bacia. Feita essa identificação optou-se por estabelecer seis classes sendo elas : < 150 m, 150,1-200 m, 200,1-400 m, 400,1 – 600 m , 600,1 – 800 m e > 800 metros. Onde para cada classe foi atribuída uma cor a fim de proporcionar na análise a variação do comportamento do relevo.

- *Prancha 3: Carta Pedológica:* O banco de dados para a produção desta carta foi fornecido pela Secretaria de Planejamento do Mato Grosso, mantendo na pesquisa a metodologia do órgão que se faz baseado no Sistema Brasileiro de Classificação do Solo, 1999 no 1º nível categórico (ordens), onde conforme a Embrapa (2006) é um nível de generalização que ou abstração que incluem todos os solos que satisfazem determinada definição.

Quanto a questão temática da carta foi mantida as mesmas cores utilizadas pela Seplan (2013) no mapeamento dos solos do estado de Mato Grosso e a fim de complementar a interpretação utilizou-se siglas que permitem identificar o horizonte do solo, a vegetação e formas do relevo.

• *Prancha 4 - Carta de Uso e Ocupação do Solo*: A elaboração desta carta visa fazer a relação da topografia com o solo e seus usos, para isso foi usado o banco de dados da Embrapa em seu estudo denominado BAP – Bacia do Alto Paraguai que desde o ano de 2002 vem monitorando as alterações do uso e cobertura do solo.

Algumas problemáticas estão implicadas nesta carta, devido os dados organizados contemplarem às alterações ocorridas entre 2012-2014 o último estudo divulgado, o que dá uma diferença de uso de três a seis anos. Outro ponto a ser apontado na interpretação da mesma é escala do estudo, tendo em vista que o mapeamento foi realizado numa escala de 1: 1.000.000 e aplicados na área da bacia numa escala de 1:250.000 o que possibilita uma margem de erro significativa. No entanto dada a necessidade de comparar aos outros dados foi mantido a fim de ilustrar.

Quanto à metodologia de elaboração preservou a mesma adotada pela Embrapa no estudo, onde se adota um padrão de legenda que agrupa a vegetação em sete classes naturais com base nos aspectos fitogeográficos sendo elas: Formação Florestal (FF), Savana Florestada (SF), Savana Arborizada (SA), Savana Gramínea (SG), Savana Estépica (SEC), Savana Estépica – Chaco Úmido (SEU) e Vegetação de Influência Fluvial (VF). Outra classe usada é a Alteração Natural/ Manejo (anm) e está relacionada ao uso de determinadas áreas naturais para fins produtivos como a prática da pecuária extensiva comum nas áreas do pantanal.

Para demonstrar as influencias sociais no uso, ocupação e alteração da vegetação aplica outras cinco classes denominadas Classes Antrópicas definidas como Agricultura (AC), Pastagem (AP), Degradação por Mineração (IM), Influencia Urbana (IU) e Reflorestamento (R).

• *Prancha 5 – Carta da Estrutura Fundiária*: Elaborada com a finalidade de representar a distribuição das propriedades por ordem de tamanho na área da bacia do rio Itiquira, essa carta foi feita com os dados do SICAR – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural de onde foram extraídos arquivos vetores de todas as propriedades dos municípios inseridos na área. Posteriormente foram selecionados apenas os estabelecimentos presentes no interior da bacia, conservando aqueles que extrapolavam os limites da área dada a percepção da totalidade dessas propriedades na análise final.

Para estabelecer os critérios de classificação dos tamanhos das propriedades, foi organizado numa tabela do Excel as propriedades rurais de cada município pertencentes à

área da bacia e posteriormente ordenadas em ordem crescente. De modo que pode ser estabelecida uma frequência fundiária pela verificação das proximidades dos valores encontrados.

Assim foram criadas sete classes, com a unidade de medida em hectare, de propriedades: <100 ha, 101 – 200 ha, 201 – 500 ha, 501 – 1000 ha, 1001 – 5000 ha, 5001 – 10.000 ha e > 10.001. Dado o fato de no momento da construção do banco de dados o processo de cadastramento ambiental rural estar em andamento, faltaram dados de algumas propriedades, identificadas na legenda da carta como *CAR não registrado*.

## 5.RESULTADOS

### 5.1. Políticas Nacionais e o Despontar Da “Rainha Da Soja” na década de 1980.

De acordo Silva (2005) desde os anos de 1730 já havia o desenvolvimento da pecuária nas faixas dos tributários do rio Paraguai na sua porção mais elevada (Alto Paraguai). No Pantanal da bacia do rio Itiquira já se encontrava vaqueiros oriundos da miscigenação com índios que também eram trabalhadores nas grandes fazendas de gado que foram se instalando nas mediações de Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger.

No final do século XIX que o médio e baixo curso da bacia do rio Itiquira passa a registrar a chegada de expedições vindas da região do Vale do São Lourenço lideradas por Antônio Cândido de Carvalho visando à exploração das terras na região do rio das Garças e Correntes, tidas como excelentes para a atividade de pecuária, como aponta o levantamento histórico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

A pecuária levou a abertura de novas áreas contribuindo para o povoamento da bacia hidrográfica do rio Itiquira, que nas primeiras décadas do século XX torna-se um corredor econômico ligando o sudeste brasileiro com o sul de Goiás. Correspondendo a faixa de escoamento do sal vindo de Santos para Goiás e do gado de corte levado para São Paulo, neste momento a pecuária extensiva inicia seu desenvolvimento nos trechos correspondentes aos municípios de Itiquira e Alto Garças.

No início dos anos de 1940, ocorre uma forte alteração no modelo econômico da área, o modelo produtivo passa por mudanças no sentido das relações, que até o momento atuava no sentido de área de escoamento da produção e fixação temporária. Ocorrem novos agrupamentos de pessoas dessa vez atraídos pelo garimpo do diamante que atinge seu auge em 1940.

Neste momento a bacia do rio Itiquira passa a receber todo grupo de migrantes desde o nordeste do país até imigrantes europeus como destaca Ribeiro (2014), neste ciclo econômico que se fixa as primeiras residências de fato na área, nas margens dos tributários do rio Itiquira onde se funda os primeiros grandes garimpos da região como a Goiabeira, e o Cavoqueiro.

O declínio do garimpo ocorre no final da década de 1970, e a década que se inicia vem permeada de fortes transformações no quadro econômico brasileiro e essas atingem os municípios da área. Os anos de 1980 despontam com as grandes aquisições de terras na



bacia do rio Itiquira, Campos (1999) afirma que nesta década que se tem a entrada dos empresários do campo vindos do Sul e Sudeste do país, estes compram as propriedades por meios de títulos definitivos do governo do Estado. As grandes fazendas que até então eram áreas de moradia e agricultura de subsistência vai perdendo seu caráter de relações coletivas se tornam novas e extensas áreas de pecuária e os garimpeiros na necessidade de manter suas famílias tornam-se trabalhadores destas fazendas.

A década de 1980 vem com fortes transformações na composição rural da área da bacia, neste momento o estado do Mato Grosso passa por sua recente divisão, o Mato Grosso do Sul com suas atividades agropecuárias mais consolidadas deixa seus resquícios de crescimento nas bordas sul do antigo estado inserida definitivamente nas políticas de desenvolvimento territorial do governo federal.

Esses incentivos serão sentidos na área da bacia como levanta Ribeiro (2014), nos cinco primeiros anos da década de 80 esta área recebe incrementos extraordinários, elevando a produção das lavouras soja a mais de 9 %, tornando a porção que pertence a Itiquira a maior produtora deste grão em todo o estado do Mato Grosso, passando a ser conhecida nas décadas seguintes como a “rainha da soja” dada a grande produção.

Os mesmos incentivos que foram transformando a porção sudoeste com a abertura dos espaços da seringueira Michelin vão inovando o espaço da bacia do rio Itiquira, sendo que as maiores mudanças deriva do programa do governo federal implantado em 1975 o Programa de Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO – uma medida para o desenvolvimento das novas fronteiras agrícolas, com ele visava criar polos de expansão agrícola nas áreas centrais do Brasil “Com esta filosofia de polos, escolheram-se algumas áreas e partindo delas, buscou-se desenvolver a ocupação dos cerrados” (PEIXINHO, 1998, p.39), agregando grandes extensões de terras, totalizando em todo o projeto 1.800.000 hectares de área para lavouras, 1.200.000 hectares para pecuária e 700.000 hectares para reflorestamento.

Com o Polocentro a produção no campo e as novas áreas vão se transformando, sobretudo que a “abertura” das terras voltava-se ao mercado internacional, e estabelecimento de novas infraestruturas para a formação dos corredores de exportação. Ocorrendo a expansão e asfaltamento das rodovias federais BR 364 e 163 como de outras rodovias estaduais atraindo pessoal interessado em adquirir e ocupar terras até as faixas amazônicas, incluindo a faixa sudeste do estado de Mato Grosso.

Dentro deste programa o que vai de fato adquirindo corpo e chamando a atenção são os incentivos por meio de subsídios aos produtores agrícolas que vinham adentrando. De acordo Peixinho (1998), a distribuição de créditos era feita pelo Banco do Brasil que se encarregava também de acompanhar e fiscalizar os novos investimentos. Paralelo a essas concessões de créditos para a aquisição de terras tem-se a abertura de outras instituições concentradas no desenvolvimento de pesquisas voltadas a exploração econômica nas áreas do cerrado.

Os incentivos federais dentro das propostas de estimular grupos a adentrar aos grandes espaços disponíveis, instaura mais precisamente no último ano da década de 1970 com início das atividades em 1980 o primeiro grupo de forte representatividade no espaço econômico da bacia, a empresa francesa de cultivo e produção industrial de seringueiras, de propriedade de Eduard Michelin, numa área correspondente a 10 mil hectares (PMDI, 2015).

Equipada de toda uma estrutura de beneficiamento, a Michelin possuía em seu interior todos os equipamentos industriais de modificação da matéria-prima na borracha. Juntamente a sua estrutura industrial, instaurava-se uma estruturação social organizada em seu interior por um conjunto de vilas residenciais para os trabalhadores, organizadas numa vila para os funcionários encarregados de atividades administrativas, havia uma segunda vila para os funcionários que chefiavam as atividades produtivas no campo, e por fim a vila de moradias mais simples para os trabalhadores das funções diversas vindo posteriormente a influenciar na ocupação demais áreas.

Paralelo à implantação da seringueira tem um forte marco no desenvolvimento agrícola do médio e alto curso do rio Itiquira que se dá com a entrada do Grupo Maggi em 1979, sendo os pioneiros na produção de soja no cerrado do Sudeste do novo estado do Mato Grosso como expõe Silva (2003), tratava-se de um grupo com um crescimento consolidado, com experiência em construção de silos e estocagem de grãos. Vindos do oeste paranaense compra sua primeira fazenda SM1 de 2, 4 mil hectares, nas proximidades do atual Ouro Branco do Sul, distrito de Itiquira, porém cabe ressaltar que estes adentram a área sem incentivo fiscal proveniente dos programas nacionais que estavam em curso no país.

O grupo Maggi se estabelece por compra direta com proprietários em dificuldades financeiras, representado pelo patriarca André Maggi a empresa assumia a dívida do antigo proprietário junto ao Banco do Brasil que lhe concedia um maior prazo para a quitação dos

débitos. E a terra era vista pelos mesmos como um bom negócio devido já estar desmatado, o que requeria menor uso de mão-de-obra, e embora já tivessem experiência com a lavoura os mesmos se arriscavam nessa nova terra, de produtores de soja o grupo viria se tornar uma grande corporação no transcorrer do processo produtivo.

Pois como pioneiros da produção da soja no Mato Grosso e exclusivamente na área da bacia do rio Itiquira, os Maggi's foram incorporando outras terras, e tornando-se cada vez mais influente já que se estabelecia como banco para os produtores descapitalizados Lima (2007), com isso o grupo Maggi vai adquirindo mais corpo devido à incorporação da produção daqueles produtores com menor representatividade e grandes dificuldades na área. A negociata descrita por Silva (2003) se dava pelo comprometimento do pequeno e médio produtor em repassar entre de 30 a 40% da produção para o Grupo Maggi, cabendo ao primeiro ainda o pagamento da dívida registrada em cartório.

Outras famílias de produtores vendo-se marginalizados e endividados terminaram por buscar meios de vender suas fazendas e migrar, fortalecendo o império latifundiário que ia se instaurando numa demonstração da dominação de grupos econômicos com suas fazendas de infraestruturas modernas que os tornavam grandes empresários rurais funcionando como chamariz aos investimentos e, sobretudo na concentração fundiária que tornava as terras úteis a especulação e não mais a produção.

Paralelo a essa ascensão do Grupo Maggi no sudeste do estado de Mato Grosso e os investimentos do POLOCENTRO toda a área estudada passa a ter uma transformação decisiva do seu modelo agrário. Pois fica estabelecido o fim das relações de subsistência, com parcerias, de comodato onde coexistiam mais de uma família nas terras de um mesmo posseiro.

A bacia do rio Itiquira adentra definitivamente ao corredor de exportação agrícola do cenário econômico brasileiro e como consequência disto, a prevalência de um “fetichismo tecnológico” demonstrado por Peixinho (1998), onde ganha quem estava intencionado ao trabalho agrícola, enquanto os antigos proprietários se encontravam cada vez mais encurralados com dívidas ou isolados dentro da bolha que se cria em torno de sua forma de se sustentar.

De acordo relatos neste momento que se tem a entrada dos sulistas na área e a formação de outros grupos em sua maioria provenientes do Paraná, como o Grupo Giongo, Família Mattei-Zamboni, BDM (Brisot D'Marco), Petrovina, ADM, Adriana, Carolina, Polato, dentre outros. Concretizando o ideal anteriormente disseminado por Vargas que

incentivava a tomada dos “espaços vazios” do país por sulistas, que eram vistos pelo então presidente, como afirma Lima (2007, p.129) “possuidores de mentalidade empresarial, do tipo europeu, e, sobretudo, porque além de terem experiência com a terra possuíam também organização do empreendimento”, de fato estes organizam toda a extensão da área da bacia em torno de seus interesses comerciais, se estabelecendo enfim como verdadeiros “farmers modernos”.

Embora as terras destes grupos e grandes proprietários estejam todas legalizadas, ou as relações de arrendamento e outras formas de usar a terra ocorram de modo que respeite as normas legais de regime de trabalho. Nos anos de 1980 com a chegada dos sulistas nas mediações as disputas por terras passaram a ocorrer com alguns embates, pois os primeiros posseiros não realizaram registros de suas posses, permitindo que esses novos “colonos” alegassem junto ao INCRA que as terras eram devolutas, de modo que o Estado repassava áreas de posse de outro para os novos proprietários.

Os antigos posseiros ao perceberem as transformações que estavam em curso passaram a buscar junto aos órgãos oficiais na capital do estado meios de validar as suas posses, se surpreendendo com as perdas para os sulistas. Decorrente disso os posseiros se vêm compelidos a aderirem as transformações ou venderem suas propriedades para ampliar os espaços incorporado pelo mercado agrícola, pois a economia pautada na mineração e agricultura de subsistência definhava e uma nova estrutura fundiária e agrária se firmava.

Corroborando com essas perspectivas os dados apresentados por Campos (1999, p.35-36) onde no final dos anos de 1980 ocorria a total ausência de parcerias no campo, e os posseiros com uma representatividade infirma de 0,5%, as faixas pertencentes a Itiquira possuíam 85% das terras com proprietários legais, e 10% arrendadas. Essas terras possuíam em sua maioria extensões que variavam entre 100 a 500 hectares, como pode ser visto no quadro abaixo para o município de Itiquira:

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE ITIQUIRA-MT	
Até 10 ha	54 imóveis
11 – 50 ha	87 imóveis
51 – 100 ha	135 imóveis
101-200 ha	140 imóveis

201 – 500 ha	180 imóveis
Acima de 500 ha	60 imóveis

Quadro 4. Tamanho das propriedades em hectare no município de Itiquira em 1980. Fonte: Campos (1999). Org: Sued, 2017.

A década de 1980 se encerra com a consolidação e instalação de empresas agrícolas na área em estudo, mantendo o corredor de exportação instaurado em todo sudeste mato-grossense, e a posse efetiva das terras. Por outro lado os antigos posseiros devido à ausência de benefícios e a incipiência de suas terras passam a se ausentar do processo produtivo, com a venda da maior parte de suas terras alguns se mantiveram como pequeno produtor pecuaristas, Campos (1999), resistindo com base na atividade leiteira se inserindo numa economia de escala regional, enquanto as grandes áreas ficaram a cargo da especulação e entrada de capital estrangeiro.

## 5.2. O Perfil Socioeconômico da Bacia do Rio Itiquira nos Anos de 1990.

O espaço da bacia do rio Itiquira na década de 1990 apresenta novas configurações, sobretudo na sua faixa ao sul, pois após duas décadas de sua inserção na área da bacia a Michelin passa a desfazer sua organização de moradores na área interna da fazenda, criando uma nova reestruturação. Neste momento a família Raposo, que tinha suas terras sobre administração dos filhos e não possuíam interesse em produzir nelas, abre-as a especulação. De modo que a Michelin passa a comprar parte das fazendas dessa família para os trabalhadores da sua área interna, criando uma nova vila, posteriormente denominada Ouro Branco do Sul.

Parte das fazendas de Jorge Eduardo Raposo, torna-se a nova vila de trabalhadores, e diferente do modo em que foi concedido na abertura da indústria seringueira, as casas eram pagas. Os franceses, como eram conhecidos na região, recortavam as áreas das fazendas construía as casas e vendia aos funcionários, por meio de descontos nas folhas de pagamento. O Sr. Álvaro que acompanhou a abertura da seringueira na localidade reitera que essa reestruturação que a Michelin traz na área no final da década de 1990 tem intrínseca a preocupação de perder a área para o povo dada à proximidade do vencimento do prazo do contrato de incentivos.

Outros determinantes vêm a representar o processo de consolidação do agronegócio na bacia do rio Itiquira, pois de acordo o IBGE (1996) por meio do Censo Agropecuário

permite apreender as transformações nos aspectos da estrutura fundiária que já se percebia fortemente concentrada como das próprias relações sociais onde se perde a identidade de subsistência e de relação direta entre os indivíduos. Neste momento se tem a saída dos posseiros para o estabelecimento definitivo dos proprietários.

A década de 1990 compreende então o fortalecimento do setor agrícola, as antigas famílias de posseiros migram de suas terras para os centros urbanos das mediações, como o caso dos Cajangos e Carvalhos que foram se estabelecer nos municípios de Alto Garças e Rondonópolis, outras famílias conseguiram preservar parte de suas posses tornando-se médios produtores. Ficando geralmente nas porções de baixadas ou em faixas de solo arenosos do alto curso da bacia onde passaram a prática da pecuária leiteira, atividade esta que propicia o resguardo financeiro destes antigos posseiros.

O município de Itiquira que possui toda a sua área inserida na bacia em estudo, reflete essa década com maior precisão, pois torna-se área de exportação de matéria prima “in natura” tendo uma arrecadação superior à média do estado, se elevando no cenário brasileiro, Campos (1999), toda a área produtora de grãos e em alta com o algodão adentra para a geração de divisas em dólares para o governo brasileiro. Concretizando os ideais político-econômicos do Brasil, que buscava se estabelecer no mercado externo por meio da soja, minérios e pecuária bovina, Gancho e Lopes e Toledo (1991), tendo a interferência direta das medidas governamentais de valorização do agronegócio.

O perfil socioeconômico baseado nos dados dos municípios de maior representatividade na área permite compreender melhor as interferências das políticas econômicas governamental para tal período, a necessidade de competitividade no mercado internacional demonstra sua expressão na distribuição espacial das relações entre os indivíduos. Pois já ultrapassada a fase de abertura, com a derrubada do cerrado por máquinas e as correções necessárias do solo, as áreas das fazendas efetiva seu caráter agrícola, com a ausência de plantio de subsistência.

Tal perspectiva é perceptível em Itiquira onde se estabelecem de acordo o Censo Agropecuário de 1996, IBGE (1996) 357 unidades de proprietários individuais representando uma área de 653, 145 hectares. Tendo áreas concedidas a arrendamentos somando 34 estabelecimentos totalizando 21, 554 hectares, e apenas 4 estabelecimentos somando 2, 040 hectares com produtores ocupantes.

A população rural deste município em 1996 possuía uma baixa participação nas atividades rurais, pois da população de 7.703 habitantes apenas 2.205 se encontravam em

estabelecimentos rurais, expressando o fortalecimento agrícola, tendo em vista a saída das famílias do campo associada ainda a ausência de associações ou cooperativas rurais ou qualquer tipo de relação baseada na justiça social no campo.

Em Santo Antônio do Leverger e Alto Garças que compartilham com Itiquira as maiores áreas da bacia, a realidade agrária nos anos 1990 são similares. Situada na porção do alto curso, Alto Garças inserida no circuito agrícola do país, dispunha de uma população rural extremamente pequena em relação a urbana, tendo apenas 1.231 pessoas no campo, quando a sua população urbana chegava a 6.463 habitantes. Em Santo Antônio do Leverger situada nas áreas de planícies da bacia, com forte atividade pecuária, a contraposição entre o campo e cidade se mantém, tendo em vista que a população do município em 1996 chegava 9.132 e destas apenas 3.095 pessoas se encontravam ocupados nos estabelecimentos rurais.

A questão agrária da bacia do rio Itiquira na década de 1990 aflora pela forte concentração fundiária, a total estabilização do modelo agrícola e a supressão dos trabalhadores tradicionais e a ausência de representatividades sociais. Trata-se de uma década de ausência de organização de trabalhadores do campo, pois em toda a extensão da área não haviam associações, cooperativas ou famílias assentadas. Realidade esta que passa a ter pequenas alterações a partir de 1997 quando se tem as primeiras ocupações por meios de organizações de trabalhadores reivindicando seu espaço no campo.

A primeira dessas ocupações teve início em 1997 tendo êxito, pois foram as primeiras famílias assentadas pelo Incra na área, popularmente conhecidos na área por Assentamento Santa Ana. A outra ocupação se deu em meados de 1999 numa área de fazenda no trecho da MT 070, nas mediações do denominado Pé de Galinha, porém não atingiu o objetivo dado o proprietário alegar possuir documentações legais e falta de interesse em negociar a ocupação, levando a expulsão dessas famílias da área.

Após esses incidentes de ocupação e organização de grupos com interesse em possuir uma parcela da terra para o desenvolvimento econômico e de subsistência é que se tem as primeiras formações de associações e assentamentos com intuito de promover uma reestruturação da organização do espaço agrário da bacia do rio Itiquira. De modo que, ao finalizar dos anos de 1990 e a entrada dos anos 2000 se terá o estabelecimento do conjunto de produção familiar no interior da área, em pequenas expressões de uma “reforma agrária”, que será delimitada por diante.

### 5.3. Políticas de Reforma Agrária e a Formação das Associações e Cooperativas de Produção Familiar – década de 2000.

A década de 2000 desponta na perspectiva agrária da área em estudo, como a década de consolidação e formação das primeiras estruturas de implantação de uma agricultura familiar. Apontando para o que Bergamasco (1996) demonstra ser uma medida estratégica de propor reforma agrária e de reestruturação fundiária da propriedade no Brasil.

Cabe considerar que embora vise atenuar as disparidades fundiárias e os conflitos derivantes dessa estrutura, o estabelecimento de assentamentos não consiste numa política de atendimento à população rural, o que gera muitas problemáticas, como pode ser percebido na própria constituição das associações instauradas no município de Itiquira, único município com famílias assentadas na área da bacia.

As associações visando o assentamento de famílias na atividade rural foi adquirindo espaço, sobretudo pelas políticas voltadas a esse setor, vindo a ter maior representatividade entre os agricultores da bacia do rio Itiquira o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ambos iniciados na década de 1990, porém atingindo maior representatividade na área em foco, nos anos 2000, sendo políticas de financiamento e de complementação as propostas de reforma agrária no Brasil.

A formação de cinco dos seis assentamentos apresentados no quadro 5, pertencentes ao município de Itiquira teve investimento do Crédito Rural com suas bases pensadas ainda nas políticas voltadas ao campo dos órgãos internacionais ligados ao desenvolvimento social, porém implantado sobre essa denominação em 2003. organização produtiva em forma de associações e cooperativas descritas no quadro 6, numa constante de controle social.

<b>Assentamentos</b>	<b>Data de Fundação</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>Nº de Lotes</b>	<b>Tamanho Dos Lotes (ha)</b>	<b>Área Total Do Assentamento (ha)</b>	<b>Agroindústria</b>
Apri I / Apri II	16/12/2002	32	60	16	960	01 Abatedouro De Frango



						(Desativado)
Nossa Senhora Aparecida	28/11/2008	15	15	12	180	
Adriana	04/04/2007	15	15	12	180	
Santa Ana	-/ 08/1998	50	80	70	5.600	01 Agroindústria De Leite E 01 De Iogurte (Desativado)
Paf	2011	110	110	16	1.760	01 Abatedouro De Frango
Total:	6	222	280	_____	8.680	3

Quadro 5. Assentamentos na Bacia do Rio Itiquira<sup>7</sup>. Fonte: Secretaria de Agricultura de Itiquira. Org: Sued, 2017.

<b>ASSOCIAÇÕES/ COOPERATIVAS</b>	<b>Nº DE COOPERADOS ASSOCIADOS</b>	<b>PRODUTORES</b>	<b>PRINCIPAL ATIVIDADE PRODUTIVA</b>
APROSA- Associação dos Produtores do Sapé	46	Pequenos produtores de leite de Itiquira e região.	Agroindústria de Doces Queijo e Mandioca
ASPLI – Associação dos produtores de Leite de Itiquira	48	Pequenos e médios produtores de leite e associados da APROSA..	Laticínio
COOPERUNA – Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores Rurais de Itiquira e região	Variável	Apri I / Apri II - Nossa Senhora Aparecida – Adriana -Santa Ana	Horticultura

<sup>7</sup> Os dados fornecidos pela Secretaria de Agricultura de Itiquira são baseados no atual contexto de moradia e participação dos assentados nas atividades organizadas pela gestão municipal.

COOPSOB – Cooperativa dos Seringueiros de Ouro Branco.	87	PAF – Produtores de Agricultura Familiar de Ouro Branco do Sul.	Seringueira (látex)
---	----	---	------------------------

Quadro 6. Associações e Cooperativas na Bacia do Rio Itiquira. Fonte: Secretaria de Agricultura de Itiquira. Org: Sued, 2017.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, também tem forte representação na renda dos agricultores que destina frutas legumes e verduras e leite sobre fiscalização da Secretaria de Agricultura de Itiquira, foto 1, para as escolas do município de Itiquira e para Rondonópolis, porém não se manifesta de forma ampla entre os associados, é concentrado entre os grupos familiares, não sendo todos contemplados por essa política..



Foto 1. **Alimentos da Agricultura Familiar destinados ao PNAE.** **A:** Entrega dos produtores a Cooperativa. **B** acompanhamento da qualidade por fiscais da Secretaria de Agricultura. **C:** Alimentos preparados para distribuição. **D:** Alimentos entregue nas escolas. Itiquira – MT. Fonte: Secretaria de Agricultura de Itiquira. Org: SUED, LabClima, 2017.

Junto ao Crédito Rural têm-se outros programas agregados dentre eles: Luz para Todos, Água para Todos, Pronatec, Bolsa Família, Pronaf, Paa, PNHR entre outros. Destes o Pronaf e o Pnae são os mais presentes no cenário agrário em questão, o primeiro responde pela maior parte das infraestruturas encontradas nas áreas das famílias

assentadas, especialmente das associações que tem sua base produtiva em laticínios, como se torna possível apreender no histórico de sustentação dessas associações, assentamentos e cooperativas.

### *5.3.1. Assentamento Santa Ana*

A Associação dos pequenos produtores rurais vitória da União conhecido no município de Itiquira como Assentamento Santa Ana, esta associação é a única assentada por mediação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), embora a ocupação da área tenha se dado em meados de 1997 e reconhecido em agosto de 1998, data de sua fundação, os mesmos só vieram a se consolidar enquanto produtores no ano de 2000 quando receberam o primeiro investimento do governo federal e verba para a construção de suas moradias.

De acordo o presidente da associação a ocupação da área do atual assentamento se deu por meio de propostas de um fazendeiro com a terra hipotecada pelo Banco do Brasil, este com problemas financeiros recorreu por meio de sua procuradora promover a organização de um grupo de famílias com interesse em produzir na terra. Conseguindo 80 famílias interessadas em ocupar a área de sua fazenda o que permitiu organizar e formar a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Vitória da União que passaram requerer junto ao INCRA direito a terra ocupada, obtendo êxito um ano e meio após a ocupação.

Na negociação o INCRA partilhou a área da fazenda em 70 hectares para cada família, os incentivos para a produção e construção de moradias só foram liberados três anos após a consolidação do assentamento, o que levou a evasão de muitas famílias. De forma que da fase inicial permaneceram desde a ocupação da área até os dias atuais apenas 13 famílias, pois além do processo lento de concessão de créditos para subsidiar as atividades outro fator contribuiu na evasão das famílias como a ausência de orientação e vocação do produtor com a terra.

Muito dos produtores que abandonaram seus lotes possuía o interesse em estar na terra, mas não possuíam conhecimento de manejo ou medidas estratégicas de gerar uma produção na terra, outros utilizaram as verbas liberadas para a instauração de infraestruturas em negócios alheios o ideal do grupo como compra de casas na cidade, carros ou materiais de baixa qualidade que comprometia a eficiência produtiva.

Mas apesar dos impasses, este assentamento consiste num dos mais bem-sucedidos da área, pois desde a ocupação as famílias tinham determinado a pecuária como fonte de renda, de modo que a produção de leite consiste na renda central dos assentados, chegando a tirar por mês uma média de 70 a 90 mil litros de leite, que são repassados a COMAJUL situada no município de Rondonópolis. Adquirindo por meio dessa atividade uma renda para a associação superior a de alguns médios produtores individuais do município, como afirma o presidente do grupo.

Embora tenha a pecuária leiteira como o pilar da geração de renda existe produtor que não participa da atividade optando por arrendar suas áreas de pastos ou desenvolver tarefas que não exija necessariamente um contato com a terra, como a produção de artesanatos ou atividades de costura.

Outros se dedicam a horticultura para comercialização nas feiras ou repasse para as cooperativas ou até mesmo para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Itiquira e Rondonópolis, por meio do cultivo de folhosas e plantação de mandioca, realizando a venda na feira municipal como também promove a venda nas residências, onde conquista sua própria clientela.

A associação em seus vinte anos entre muitas dificuldades tem obtido êxito na sua produção, no entanto muitos impasses se apresentam a esses produtores que encontram no leite sua garantia de subsistência, já que os demais produtos por eles produzidos ainda não adquiriu uma distribuição fixa. Tendo sempre muitas oscilações, perdendo muita das vezes produtos como legumes, verduras, dada a fraca atuação das cooperativas, que como afirma a produtora Vicentina, os gastos com a produção ainda são maiores que o retorno “ não temos apoio da Prefeitura, não temos o apoio de todo mundo como se fala” apontando a ausência efetiva de políticas públicas eficientes.

### *5.3.2. Assentamento Tio Elias e Chico Bortolini*

Fundada em dezembro de 2002 o Associação dos Pequenos Produtores Tio Elias e Chico Bortolini, conhecida no município de Itiquira por Assentamento Tio Elias, conta com dois grupos de associação, no entanto com a intenção de atuarem em conjunto. Situado nas terras da antiga fazenda Cachoeirinha, a área pertencia a um dos membros da família dos primeiros posseiros goianos da área, que de acordo antigo funcionário da Prefeitura de Itiquira não possuía os registros legais de posse, de modo que por meio de

relações políticas o então proprietário conseguiu transferir essas terras para interesse do estado e receber um valor pela mesma.

De modo que o Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT) realizou a compra da terra repartindo a área entre trinta famílias onde cada uma ficava com uma área de 16 hectares, sendo seis para reserva legal. A atuação da política municipal teve grande contribuição na consolidação desta associação, pois foram por meio desses representantes que se instituíram as associações, que para tal era exigido que cada grupo atendesse alguns critérios como não ter cargos políticos, não ser funcionário público, com forte preferência para quem possuía experiência com a terra.

A demora na liberação de verbas levou a muitas desistências e abandono dos lotes se deram de forma abrupta, de modo que nos primeiros anos após a fundação os lotes já estavam tendo o terceiro proprietário. Sobretudo porque boas partes dos donos dos primeiros lotes aplicaram o dinheiro financiados pelo PRONAF em questões alheias a produção, como compra de casas, carros ou animais de produção inferior ao declarado na obtenção do crédito.

Um ponto que exerce forte influência nas dificuldades da associação está na própria constituição legal da área que foi estabelecida pelo denominado Aval Cruzado, onde um produtor fica de avalista do outro. Gerando um círculo de inadimplências e essas dificultam o recebimento de auxílios e veta a participação dos produtores em programas de assistência ao pequeno produtor, à dependência entre produtores acirra disputas e desestimula outros, quando o que não quita sua dívida abandona o lote.

No momento, existem menos de cinco famílias da primeira composição da associação, pois muitos proprietários venderam terras para seus vizinhos, o que permitiu a incorporação de novas áreas e o aumento da propriedade de outros reduzindo a área anteriormente de 30 famílias, para a média de 17. O senhor Zé Rufino<sup>8</sup> membro da primeira leva de moradores do Tio Elias, afirma ter aumentado sua área com a inserção de mais três lotes, de vizinhos que abandonaram suas terras.

Aparentemente só resistiu na área aqueles que de alguma forma possuía uma renda complementar, pois como assegura seu Zé Rufino à aposentadoria foi o que lhe serviu de sustento, enquanto esperou por quatro anos para receber o primeiro PRONAF para a

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida em 06 de agosto de 2017, em sua residência no Assentamento Tio Elias – Itiquira-MT.

compra de vaca leiteira, atividade ao qual se dedica. As dificuldades são diversas, pois por mais que possua 64 hectares para a criação de gado o mesmo não pode se dedicar a uma atividade complementar, pois trabalha sozinho na terra, tendo em vista que a família mora na cidade para que o filho possa estudar.

A associação possui dentre as 15 famílias ainda assentadas apenas dois produtores de leite que fornecem para COMAJUL uma Cooperativa de Laticínios localizadas em Rondonópolis, os demais tentam sobreviver da horticultura. O presidente da associação afirma que já se tentaram desenvolver uma série de outras formas de alavancar a produção, como a construção em comodato com a Prefeitura de um abatedouro de frangos para que as famílias pudessem retirar uma renda, mas que depois de construído teve que ser fechado, pois não atendia aos critérios do sistema estadual de inspeção.

Outra implicação no desenvolvimento econômico da associação está na própria localização do assentamento, distante das vias de escoamento o que leva muito dos comerciantes e cooperativas de outros municípios darem preferência para produtores que lhes reduzam os custos de transporte. De forma que a produção deste grupo de assentados com caráter de geração de renda é infirma, tendo uma maior expressão no fornecimento de legumes e verduras para o PNAE do município de Itiquira, e para a subsistência, foto 2.



Foto 2. **Produção de subsistência no Assentamento Tio Elias. A:** criação de gado leiteiro. **B:** plantação de hortaliças e legumes. Itiquira – MT. Fonte/Org: SUED. LabClima, 17/08/2017.

As condições deste assentamento são de ausência de assistência, atualmente a prefeitura distribui sementes de hortaliças e faz a adubação da terra e cuida da estrada que dá acesso, porém é uma participação muito pequena na história do grupo, que dentre os 15 anos de instauração veio a ter essa assistência nos últimos 5 anos. O que leva a área a

concentrar pouquíssimos residentes a maioria dos donos de lotes moram na cidade indo por períodos as suas propriedades, enquanto que os mais desprovidos de renda insistem na terra para produzir o básico para sua subsistência.

### *5.3.3. Assentamento Adriana*

Popularmente conhecido como Assentamento Adriana a Associação dos pequenos produtores rurais grupo amigos, criada em 2004 e legalizada em 2007, assim como a anterior partiu da iniciativa do poder público municipal que buscava fortalecer a agricultura familiar, num período em que o governo federal prometia por meio de políticas de governo reformar o campo brasileiro. A área destinada ao assentamento dessas famílias era de um antigo produtor, sendo o processo de organização realizado por uma empresa privada com contrato com o governo.

Este assentamento dentre os demais da área da bacia do rio Itiquira apresenta grandes dificuldades em todo o município. Pois a inserção das 12 famílias em forma de assentados fez se por meio do Crédito Fundiário e assim como no caso da associação anterior careciam de atender aos critérios socioeconômicos do programa. Porém com a entrada dos mesmos nos lotes não ocorreu à liberação do Pronaf para que se iniciasse uma atividade produtiva, os assentados chegaram a receber um auxílio alimento pelo período de três meses que sucederam sua instalação após esse período foi encerrado qualquer outro auxílio.

As áreas dos lotes concedidos às famílias desta associação em relação aos demais assentamentos são menores, pois dos 12 hectares quatro são de reserva legal, dois para reserva coletiva e para o próprio produtor seis. Sendo que a reserva coletiva possui pouco uso por parte dos assentados, pois os mesmos não conseguiram desenvolver uma proposta em conjunto para o uso da terra.

A evasão dos primeiros produtores ocorreu ainda no período inicial de entrada das famílias na área, tendo em vista as dificuldades de infraestruturas que permitissem o acesso a localidade. Pois como destaca o presidente da associação não havia pontes sobre os córregos que dá acesso à região do assentamento, como também não havia luz, água entre outros recursos básicos que permitisse constituir qualquer forma de continuidade do projeto inicial da associação.

Os poucos avanços existentes na localidade, se deram por muitos embates e pressões mediante contato com figuras políticas com representação em outras esferas do poder e tomada de medidas drásticas por parte dos produtores, o presidente da associação afirma que muitas vezes que contorna situações para conseguir o mínimo de auxílio por parte dos programas de auxílio a pequeno produtores. Isso pode ser apreendido na própria exposição dos representantes da associação ao descrever como tiveram que mudar a destinação de uma verba para a produção de horta para conseguir fazer primeiramente a encanação de água para as famílias que ainda resistiam:

Primeiro eles falaram que o governo ia liberar um dinheiro para plantar horta, aí disse: como que nós iremos plantar horta se não temos água? Era 450 reais na época. Aí eu disse: que tal a sugestão de pegar esse dinheiro da horta e encanar a água? – No vira e mexe todo mundo concordou, aí colocaram na ata, documentou e conseguimos encanar a água. (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO GRUPO AMIGOS, 2017)

Passada a dificuldade de instalação da água os grupos familiares desta localidade tinha ainda a ausência de pontes no trajeto de acesso e carência de energia elétrica, onde a primeira foi solucionada por meio de cobranças ao poder político municipal, que após muitas lutas construíram pontes de madeira facilitando o trânsito dos produtores. A segunda questão só veio a ser resolvido por meio das pressões que foram geradas entre os produtores com os políticos de representatividade no cenário nacional, pois os mesmo já haviam tentado receber energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos, porém não conseguiam ser contemplados, vindo a ter êxito após a situação que se configurou no embate do presidente da associação em parceria com um vereador local e um deputado estadual com funcionários da Cemat<sup>9</sup> em Cuiabá, como pode ser descrito no trecho abaixo:

Não tínhamos energia e tinha um vereador aqui na época que estava no Luz para Todos, perguntei a ele se tinha a possibilidade dele conseguir marcar uma audiência pra nós na CEMAT em Cuiabá, na época o Riva era deputado. Ele disse que poderia agendar e que iríamos juntos – fomos juntos eu, ele e mais um vereador e mais dois produtores do assentamento – chegamos lá na reunião e vai e vai e o deputado Riva junto. Estávamos no mês de outubro e eles disseram que só poderia instalar energia em maio do ano seguinte – foi quando o vereador que nos acompanhava me chamou e disse: vamos inventar que vocês estão com um Pronaf aí para construir um laticínio e que vocês vão precisar de um resfriador e que vocês vão perder o Pronaf – aí soltamos lá. Aí a pessoa que nos atendia disse: deixa eu fazer uma ligação – aí ligou lá na Superintendência

---

<sup>9</sup> Empresa distribuidora de energia elétrica no estado do Mato Grosso até o ano de 2016, atual Energisa.



de Brasília, e voltou dizendo para nós aguardarmos a resposta, mas antes da gente entrar no elevador ele chamou dizendo “mês que vem nós vamos descer para lá”. (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO GRUPO AMIGOS, 2017)

No entanto mesmo após a instalação da energia elétrica para a associação por intermédio da política, as dificuldades com a instalação permaneceram, pois, as estradas muito ruins dificultavam a entrada do caminhão da empresa na área. Os mesmos chegaram a organizar o retorno a sede ameaçando deixar o serviço pela metade deixando os produtores apreensivos o que levou os mesmos a recorrerem, novamente, aos vereadores, onde um deles emprestou seu maquinário, um trator esteira, para auxiliar na instalação da rede elétrica, concluindo a tempo o serviço na área.

Em meio às tantas dificuldades e demora da efetivação dos programas de assistência aos pequenos produtores somado a ausência de infraestrutura, tornou o desenrolar produtivo da associação vagaroso, levando os produtores a desistir de seus lotes dada a ausência de retorno financeiro necessários à sua manutenção. De modo que, são poucas as famílias do início da associação que persistiram na área, a maioria dos lotes já tiveram mais de cinco donos, todos com inadimplência com os bancos financiadores.

Atualmente a localidade não possui produtores inseridos na perspectiva comercial, os moradores em sua maioria possuem uma renda proveniente de aposentadorias, outros são funcionários públicos ou prestadores de serviços, que usam os lotes como área de lazer, alguns plantam hortaliças e tem alguma criação para atender suas necessidades, quando tem algum excedente para comercializam na feira municipal, mas no geral a área não possui o caráter inicial do seu projeto de fundação.

#### *5.3.4. Assentamento PAF/ Coopsob*

A Associação dos produtores rurais de Ouro Branco do Sul, conhecido no município de Itiquira como PAF, de acordo os representantes da Secretaria de Agricultura de Itiquira essa associação, fundada em 2011, teve maior êxito que as demais, pois o projeto de sua formação se deu diferente dos demais assentamentos aqui apresentados. Trata-se de um grupo de produtores, anteriormente funcionários da Michelin, que tiveram acesso a parte da terra usada por esta empresa entre os anos de 1979 a 2009.

De acordo o presidente da Associação, quando a Michelin encerrou suas atividades a mesma demonstrou interesse em desenvolver um “projeto social”, de modo que ofereceu

parte da área ao Estado que por meio do Crédito Fundiário comprou 1.100 hectares divididos entre 110 famílias. O projeto distribuía 10 hectares de terra mais uma casa, da antiga vila da empresa e uma área coletiva, e todos os funcionários contemplados passaram por uma entrevista prévia com finalidade de estabelecer a vocação com o tipo de atividade.

A entrevista, realizada por uma comissão da própria Michelin buscava analisar a intuição do candidato e sua experiência com a terra, de maneira que só podia concorrer funcionários com mais de cinco anos de empresa, e que não estivessem em cargo administrativo, dando preferência aqueles que atuavam no campo com contato direto com cultura da seringa, como a sangria, extração do látex. Após a aprovação desse grupo de 110 famílias a empresa empreendeu uma parceria com o Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, para a realização da formação dos mesmos em todos os aspectos produtivos da atividade agropecuária.

O incentivo no campo das atividades agropecuárias tratava-se de uma proposta da empresa em mudar de cultura tanto que complementar ao processo de instrução dos produtores havia uma empresa de assistência técnica que cuidava da ação de substituição da lavoura permanente de seringas para outro segmento da agropecuária. No entanto este desejo da Michelin foi contrariado, dada a insistência dos novos cultivadores em manter a atividade de extração do látex da seringueira vindo a ter êxito.

Dos fatores que tornaram a insistência dos pequenos produtores na extração do látex bem-sucedida foi a alta da borracha no mercado em meados do ano de 2011, nesta época o quilo da borracha estava em torno de quatro reais e um produtor conseguia explorar numa média de 20 dias 1.000 a 1500 kg da borracha. Trazendo assim para os produtores desta associação um fortalecimento financeiro muito bom, sobretudo pelo clientelismo estabelecido entre os mesmos com a Michelin, que tornou a maior compradora do látex da associação.

Atualmente cada produtor tem em sua área uma média de 5.000 seringueiras, como essa cultura não é utiliza muito maquinário foto 3 exige maior mão-de-obra o que eleva o trabalho com a participação familiar. Algumas vezes dependendo da demanda um produtor contrata o trabalho de outro, mas em geral cada produtor responde a sua área, sobretudo aos cooperados da COOPSOB – Cooperativa dos Seringueiros do Ouro Branco do Sul, que desde 2012 atuam em colaboração a fim de manter-se seguros frente aos atravessadores econômicos.



Foto 3. Associação dos Produtores de Seringa de Ouro Branco. A: Logo da Cooperativa dos assentados B: Instrumentos de trabalho dos seringueiros. Itiquira – MT. Fonte: TARIFA. Org: SUED. LabClima, 24/08/2017.

A associação se mostra próspera em seus seis anos de formação, pois, contam além da área de plantação de seringueiras e a cooperativa com 87 cooperados, um trabalho na área coletiva, onde cultivam espécies folhosas, melancia, como praticam a pisciculturas, e como prevenção das possíveis quedas produtivas da seringueira, os mesmos plantam nas áreas sombreadas espécies de bananas e limão e o restante da área em que não trabalham os mesmos arredam para produtores agrícolas do entorno.

Da produção complementar os assentados retiram uma renda extra proveniente da participação da associação no Programa Nacional de Merenda Escolar de Itiquira e Rondonópolis. Sendo em parte otimistas, pois como aponta o presidente da associação e da Coopsob, não houve espaço para a evasão de nenhum produtor já que possui o diferencial de ter uma população jovem com experiência no cultivo da seringueira e trabalho com a terra, e o mercado garantido.

### 5.3.5. Associação dos Produtores do Sapé e Engano

A formação desta associação inserida na área da bacia do rio Itiquira se deu pela organização de pequenos produtores herdeiros de terras das primeiras famílias que se estabeleceram nas proximidades da área. Muitos pertencem à terceira geração da família na terra, os mesmos não possuem propriedades próximas umas das outras como nas associações que deram origem aos assentamentos, mas a maioria residem nas mediações do núcleo urbano de Itiquira, numa distância que varia entre 15 a 30 quilômetros.

O tamanho das propriedades difere, a menor área possui 4 e a maior chega a 950 hectares como relatou o presidente da associação. Este grupo deu início as suas atividades

em 1995 como a Associação dos Produtores de Leite de Itiquira pois visando o fortalecimento dos mesmos no mercado, pois possuíam fortes dificuldades para vender o leite que produziam, para obter algum recurso os produtores buscaram ajuda por meio do Crédito a Fundo Perdido conseguindo um repasse no ano 2001.

Com o dinheiro proveniente do acesso ao Fundo Perdido a associação adquiriu dois resfriadores, uma ensiladeira, um botijão de sêmen e 3.000 metros de rede de energia, assim a associação iniciou em 2001 com 25 produtores de leite que passaram a ter bons retornos chegando a 2007 com uma produção mensal de 80.000 litros de leite. Posteriormente a Aspli aumentou o número de associados desenvolvendo parceria outros produtores de leite da Associação dos produtores do Sapé e Engano.

Essa ampliação da associação elevou o número de produtores que inicialmente de 25 passaram para 48 famílias abrindo espaço para que os mesmos conseguissem participar do Pronaf, obtendo crédito para ampliar a produção que atualmente é destinada a COMAJUL em Rondonópolis e ao PNAE do município de Itiquira. Mas esses produtores têm passado por muitas dificuldades, tendo uma queda expressiva na produção que de 80.000 litros de leite em 2007 produzem atualmente 46.000, essa queda tem como principal fator o endividamento de alguns dos associados gerando inadimplência com os bancos que fornecem crédito.

Apesar da queda na produção os associados ainda conseguem manter um preço acima dos custos, somando com produtores do assentamento Santa Ana a maioria da denominada bacia leiteira existente no município de Itiquira. E embora tenha muitas dificuldades dadas às burocracias e ausência de isenção os mesmos resistem na área, mantendo a terra entre a família ou parentes.

#### 5.4. O Perfil Socioeconômico da Bacia do Rio Itiquira nos Anos de 2000

A década de 2000 na bacia do rio Itiquira se mostra como a década de incentivos a formação de assentamentos, associações e cooperativas, no entanto como aponta Fernandez e Ferreira (2004) essas reestruturas são irrisórias frente à estrutura produtiva consolidada na reprodução da agricultura patronal, de modo que pouco se muda na realidade estrutural do campo as associações e assentamentos, tanto no caráter populacional quanto no social e econômico.

Realizando um paralelo entre os dados dispostos nos quadros 6 e 7 a seguir, dos municípios de maior área, com base nos censos agropecuários 1996 e 2006, IBGE (1996; 2006) é notável que alterações na estrutura agrária são pequenas, sobretudo nas faixas mais aos extremos da área da bacia., pertencentes a Alto Garças e a Santo Antônio do Leverger .

RELAÇÃO POPULAÇÃO URBANA E RURAL - 1996	MUNICÍPIOS (Dados de População – Número de Habitantes)					
	Alto Garças		Itiquira		Santo Antônio do Leverger	
	População Rural	População Urbana	População Rural	População Urbana	População Rural	População Urbana
	1.231 hab	7.694 hab	2.205 hab	7.703 hab.	2.672 hab	15.173 hab
CONDIÇÃO DO PRODUTOR (Número de Estabelecimentos/ Área em Hectares)						
MUNICÍPIOS	Alto Garças		Itiquira		Santo Antônio do Leverger	
	Número de Estabelecimen- tos	Área (há)	Número de Estabelecimen- tos	Área (há)	Número de Estabelecimen- tos	Área (há)
<b>Proprietários Individuais</b>	232	214.100	357	653.14 5	439	716.064
<b>Arrendatários</b>	16	10.396	34	21.554	8	3.937
<b>Posseiros</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Parceiros</b>	1	52	-	-	-	-
<b>Ocupantes</b>	3	1.675	4	2.040	-	-

Quadro 7. Perfil Socioeconômico dos maiores municípios da bacia do rio Itiquira na década de 1990. Fonte: Censo Agropecuário 1996, IBGE, 1996). Org: Sued, 2017.

RELAÇÃO POPULAÇÃO URBANA E RURAL - 2006	MUNICÍPIOS (Dados de População – Número de Habitantes)					
	Alto Garças		Itiquira		Santo Antônio do Leverger	
	População Rural	População Urbana	População Rural	População Urbana	População Rural	População Urbana
	3.095 hab	9.132 hab	8.571 hab	12.159 hab.	2.672 hab	19.197 hab
CONDIÇÃO DO PRODUTOR (Número de Estabelecimentos/ Área em Hectares)						
MUNICÍPIOS	Alto Garças		Itiquira		Santo Antônio do Leverger	
	Número de Estabelecimentos	Área (há)	Número de Estabelecimentos	Área (há)	Número de Estabelecimentos	Área (há)
<b>Proprietários Individuais</b>	219	213.375	686	575.145	1.846	522.284
<b>Arrendatários</b>	24	29.687	40	48.350	11	16.475
<b>Posseiros</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Parceiro</b>	-	-	5	116	4	629
<b>Ocupantes</b>	5	392	3	1.323	17	646

Quadro 8. Perfil Socioeconômico dos maiores municípios da bacia do rio Itiquira na década de 2000. Fonte: Censo Agropecuário 1996, IBGE, 2006). Org: Sued, 2017

Iniciando a análise por Alto Garças, situada no alto curso da bacia possui uma maior logística rodoviária na rota do escoamento da produção para Santos, via porto seco localizado em Alto Araguaia a sudeste da área da bacia. Um município com fraca população rural e que não teve muitas mudanças na sua concentração de terras entre os anos de 1996 a 2006, o número de proprietários rurais individuais reduziu o número de estabelecimentos de 232 para 219, pouco mais de 1 hectare nessa transição.

Por outro lado, o número de propriedades arrendadas aumentou, tendo o fim das relações de parcerias e redução drástica no número de produtores ocupante. Uma década

após o censo de 1996, a área deste município permaneceu sem representações de organizações de pequenos produtores, pois não se teve abertura de nenhuma cooperativa, associação ou assentamentos. Expressando a concentração de terras e a ausência de medidas que buscassem modificar essa realidade, sendo um município de residência de muitos patrões e proprietários de terras, o que o diferencia dos demais inseridos na área.

O município de Itiquira apresenta entre os demais o maior responsável pela reestruturação do espaço agrária da bacia do rio Itiquira, pois embora tenha se concentrado mais o número de terras, e dobrado as suas áreas sobre o regime de arrendamento, esse conseguiu estabelecer dentro desses dez anos uma área de 5.353 hectares de assentamento, conforme dados do IBGE (2006).

Porém parte desta reestruturação tem estado em processo de regularização e os contemplados não possuem ainda títulos definitivos das propriedades, a participação de pequenos produtores se restringem a área de assentamentos, tendo pouquíssimas relações de parcerias e produtores ocupantes nos demais estabelecimentos, no entanto é evidente que a maior parte da população reside na zona rural, totalizando 8.571 moradores, entre crianças, homens e mulheres, dos 12.159 habitantes do município.

Ao fim dessas tentativas de abrir espaço para o pequeno produtor foi constituída duas Cooperativas na área, a Coopsob dos produtores de seringa, e a CooperUna voltada a atender as demais associações que conforme o presidente da mesma e produtores associados não se tem um bom rendimento dentre os motivos está ausência de uma regularidade produtiva dos assentados, as trocas de donos das propriedades que usualmente muda o que está sendo produzido, logo a CooperUna não consegue organizar um mercado para os produtores.

Os produtores apontam outros fatores para o fracasso da cooperativa, dentre eles a ausência de um acordo entre os feirantes que não conseguem estabelecer preços justos para seus produtos, de modo que gera muitos conflitos quando um produtor faz um valor diferente dos demais. Outro ponto exposto é a falta de aceitação dos próprios clientes com o que é produzido pelos assentados, em geral acham os valores muito elevados, e isso se torna mais acirrado devido à presença a mais de 10 anos da feira vinda de Alto Garças que traz verduras, frutas e legumes com preços mais baixos e realizando sempre um dia antes da feira dos produtores, levando muitos a desistirem da comercialização do que cultivam.

Dentre os muitos desafios, e a pequena representatividade que as associações possuem frente aos grupos que comandam o agronegócio o poder público municipal vem

realizando medidas complementares aos interesses destes pequenos produtores. Conforme relatório cedido pela Secretaria de Agricultura de Itiquira (2017), esses produtores recebem assistência técnica veterinária, desenvolvem conhecimentos de suplementação de rações e sais minerais para o aumento da produção leiteira, são orientados em questões voltadas ao melhoramento genético e inseminação artificial.

Nas questões ligadas diretamente a terra, a assistência municipal se dá por incentivos a produção de alimentos, por meio de orientação sobre os sistemas produtivos de interesse de cada produtor, tendo recomendações agronômicas de calagem, adubação, preparo do solo e de plantio de acordo as épocas de cada cultura. Promove ainda acompanhamento da colheita como acompanhamento dos pecuaristas quanto ao manejo de rotacionamento, de vedação da pastagem, produção silagem e a diversificação de culturas, como aplicação alternativa para o controle de pragas e doenças.

No campo do melhoramento da infraestrutura, a prefeitura disponibiliza horas/máquina para cada produtor com uma diversidade de maquinários como tratores, roçadeira, grade niveladora, pulverizador, carreta, tanque, espalhadeira de calcário e de sementes e adubos, ensilhadeiras como o cuidado com as estradas que dão acesso aos assentamentos, com o intuito de desenvolver a agricultura familiar do município.

De acordo os representantes, o Projeto Patrulha Agrícola que permite todas essas benefícios aos produtores está agregado a outras medidas de órgãos maiores tais como a CONAB e visa atender as políticas nacionais que no município é expresso pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Embora a política local de encorajamento ao pequeno produtor disponha informações, maquinários e assistências, os presidentes das associações e outros produtores elaboram algumas críticas.

Dentre as reclamações estão a liberação desigual dos benefícios dessas políticas, pois alguns grupos de produtores recebem mais assistência que outros passando por cima dos acordos estabelecidos. Existem produtores que ficam mais de um semestre esperando a maquinário enquanto outros recebem mensalmente, criando com isso uma dependência política entre os produtores, que passam a estabelecer relações com representantes do poder público municipal e suas secretarias para ter acesso a essa política de assistência, que por sinal oscila a cada troca de prefeito ou secretário.

No baixo curso da área da em Santo Antônio do Leverger que historicamente dada a pecuária concentrou-se muitas terras para a atividade, na análise dos dados de 1996 a 2006 algumas mudanças foram percebidas em seu espaço agrário. Em 10 anos houve uma



redistribuição da área teve um aumento no número de proprietários individuais que em 1996 eram de 439 estabelecimentos ocupando 716.064 hectares passando para 1.246 numa área de 522.284 hectares.

Por outro lado, essa faixa da área não se tem muita abertura a arrendamento como ocorre no médio curso onde prevalece a agricultura de mercado, estando atrelada a condição dos pastos e a qualidade do solo onde o proprietário necessita de áreas muito extensas para manejo do gado criado em regime semi-intensivo voltado a exportação.

Nas questões das reformas estruturais das relações no campo o município promoveu algumas iniciativas com a abertura de área de 10.115 hectares para três cooperativas e mais 6.344 hectares para assentamentos com 191 unidades, IBGE (2006). São medidas irrisórias, dada à extensão dos latifúndios existentes, onde um produtor possui propriedade de mais de 100 hectares, o que pode ser reforçado quando analisado a presença de produtores sem área para cultivar como aponta o Censo Agropecuário realizado no município em 2006.

#### 5.5. O Uso e Ocupação do Solo e as Relações da Grande, Média e Pequena Produção na Bacia do Rio Itiquira.

O atual contexto da bacia do rio Itiquira após seu histórico de ocupação e as propostas de reestruturação do seu espaço agrário mediante políticas públicas nacionais contribuíram em seu caráter desigual seja na sua estrutura fundiária, seja na forma em que se estabelecem as relações de trabalho ou na própria distribuição e acesso ao mercado. Tendo em vista que o aumento do acesso aos insumos e pacotes tecnológicos e aos subsídios de valorização do crescimento agrícola permitiu que corporações e grupos adquirissem maior destaque e excluísse outros da disputa de mercado expressando como uma combinação “moderno –colonial”, Camacho (2010).

Tais aspectos podem ser percebidos na bacia do rio Itiquira na distribuição desigual da produção, sobretudo, pelas condições físicas. A **prancha 2 – topografia** representa o comportamento do relevo e por meio da mesma tem se a possibilidade de perceber o alto, médio e baixo curso da bacia. Onde o alto curso apresenta pontos que ultrapassam os 850 metros de altitude, mas em sua maioria as curvas apresentam valores de 700 metros, e a medida que se aproxima da sede do município de Itiquira as atitudes cai para 500 metros.

De modo, que as áreas que inserem os limites de Alto Garças Pedra Preta e parte de Itiquira possuem terrenos mais acidentados com vários morros e solos mais pobres, pois como pode ser apreendido na **prancha 3– Pedologia** os solos que prevalecem são neossolos quartazênicos ou Areias quartzosas conforme (Embrapa 2006). Que são comuns a terrenos ondulados ou com murundus, sendo solos de baixo teor de micronutrientes e de textura argilosa não tendo muita resistência a intemperismo, os aspectos descritos podem ser percebidos na foto 4 capturada em trabalho de campo:

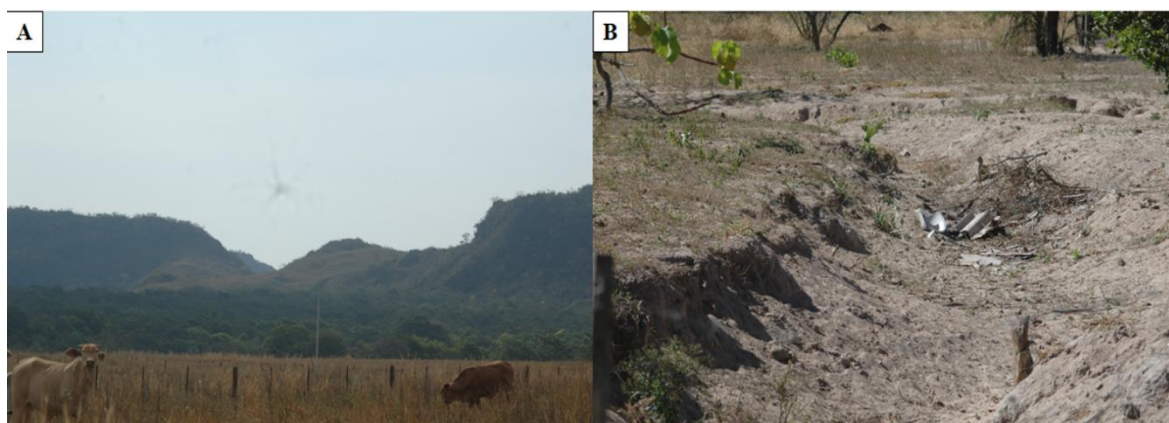


Foto 4. **Relevo e solo do alto curso da bacia do rio Itiquira.** **A:** relevo forte ondulado situado nas mediações do Assentamento Santa Ana. **B:** Solo arenoso encontrado no Assentamento Tio Elias. Itiquira – MT. Fonte: TARIFA. Org: SUED. LabClima, 17/08/2017.

Outro tipo de solo encontrado no alto curso da bacia já nas proximidades do núcleo urbano de Itiquira são os podzólicos vermelho-amarelo, atualmente denominados de Argissolos (Embrapa, 2006). Os argissolos são de acordo (LEPSCH, 2011, p. 327) “solos intermediários para outras ordens principalmente dos Latossolos, com os quais muitos ocorrem associados, uma vez que se desenvolvem também em condições de um ambiente tropical úmido” sendo essa a realidade da área tendo em vista que os mesmos estão aflorados nas áreas de contato entre os terrenos acidentados com o chapadões da bacia.

Os atributos físicos citados do alto curso da bacia apontam o uso desta área para a pecuária, expresso na **prancha 4 – Uso e Ocupação** como pastagens, tendo em vista que nestas faixas situam cinco assentamentos rurais e outros pequenos e médios produtores pecuaristas e que criam o gado em caráter extensivo, outras atividades paralelas são encontradas no alto curso como a aquicultura, apicultura e criação de caprinos.

Alguns grupos maiores tentaram em anos anteriores desenvolver o plantio de soja, mas acabaram migrando para outros estados como veio a ocorrer com o Grupo Petrovina,

tendo em sua área a substituição do plantio de soja por pastagens para a criação de gado de corte, o plantio da soja apenas para renovação do pasto e produção de ração.

Dada a proximidade com vários córregos, rios e ribeirões encontra-se resquícios de cerradão e savanas gramíneas e vegetação de influência fluvial e dada o terreno acidentado e a técnicas rudimentares de trato da terra tem-se vários pontos de alteração antrópica, como aponta o Embrapa, 2014, em sua maioria sendo ações de queimadas para limpeza do pasto das pequenas e médias propriedades situadas nesta faixa.

Uma atividade que vem obtendo espaço nesta porção da área da bacia desde 2010, sobretudo nas faixas de neossolos quartzarênicos tem sido atividades de reflorestamento pelo uso do eucalipto, a silvicultura baseada no cultivo desta cultura incorporou mais de 8.000 hectares da área da bacia, IBGE (2015).

Porém, de acordo técnicos agropecuários<sup>10</sup> que atuaram no manejo do eucalipto do Grupo Apê, empresa situada na área e com experiência nesta modalidade de cultivo, o plantio do eucalipto já ultrapassou o tamanho de área apresentadas nos dados da Produção Agrícola de Itiquira, IBGE (2015), os mesmos apontam que já chega a aproximadamente a 300 hectares de terras voltadas a esta produção.

O plantio do eucalipto no alto curso da bacia é visto como um modo de utilizar as terras ruins para a agricultura de grãos, para outra finalidade agrícola voltada ao mercado. Os técnicos agropecuários entrevistados afirmam ser a cultura do eucalipto “uma forma de ampliar os lucros” de aproveitar o “solo ruim” situados nas áreas de terrenos com maiores declives.

Dessa forma a expansão do eucalipto nas faixas mais elevadas da bacia não tem incorporado apenas as grandes propriedades, já encontra na área pequenos produtores com propriedades situadas em terrenos acidentados e arenosos, investindo no plantio desta modalidade de lavoura permanente, pois representa a possibilidade de uma “ poupança futura” tendo em vista que o preço pago pelo metro cúbico da madeira torna o negócio viável.

O médio curso composto de uma extensa chapada com altitudes entre 500 e 600 metros, que se estende até o primeiro nível da escarpa da bacia onde as altitudes chegam a 400 metros – **prancha 2 Topografia**– vem favorecer a ocorrência mais uniforme do solo.

---

<sup>10</sup> <sup>10</sup> Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2017.

Tendo nesta faixa o predomínio de Latossolos vermelho-escuro e manchas de Neossolos Quartzarênicos – **prancha 3 Pedologia**.

Com textura argilosa a muito argilosa os latossolos do chapadão da bacia são friáveis e de alta porosidade, e ao que aponta Lepsch (2011), ao descrever os solos do Brasil Central, esse tipo de solo tem uma estrutura composta de agregados não muito compactos e estáveis que estão arrançados de modo tal que deixam eles um grande espaço poroso, o que proporciona uma alta permeabilidade.

Essas características do solo permitem compreender a forma de uso e ocupação do médio curso da área, que se faz estritamente pela agricultura mercado– **prancha 4 Uso e Ocupação do Solo** – pois, os latossolos tem sido muito utilizado para as atividades agrícolas:

Tal fato deve-se à aplicação de resultados de pesquisa agrícolas e avanços tecnológicos relacionados ao uso adequado de corretivos da acidez do solo (rocha calcária moída) e de adubos de tipos adequados e em quantidades adequadas. Os que hoje estão sendo intensivamente utilizados para a agricultura e manejados com métodos estabelecidos pela moderna pesquisa agrícola são muito produtivos do ponto de vista econômico, com lavouras diversas, tais como soja, milho, sorgo e algodão. (LEPSCH, 2011, p.325)

O mesmo autor aponta que os latossolos para o uso agrícola exigem maiores gastos com correções nos primeiros anos do plantio, o que torna o investimento vantajoso, outro fator que condiciona o uso deste solo para a agricultura de exportação está no fato do relevo onde os mesmos são encontrados serem pouco acidentados o que permite o maior uso de maquinários.

Na bacia do rio Itiquira todas as “terras vermelhas”, como são conhecidos os latossolos, se encontra nos limites do município de Itiquira e este tem suas lavouras temporárias baseada no milho, sorgo, soja e algodão como pode ser constatado nos dados de Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2005; 2015). Essas culturas exigem toda uma demanda de maquinários e de processamento, de modo que em toda a extensão do médio curso são encontradas instalações industriais nas sedes das fazendas, informações essas constados em campo, foto 15.



Foto 5. **Ocupação do médio curso da bacia do rio Itiquira.** A: Plantação de milho na Fazenda Mineirinho. B: Colheita da soja na Fazenda Ana Paula. C: Algodão embalado para processamento – Grupo BDM. D: Instalação industrial de processamento de grãos da Fazenda Maringá. Itiquira – MT. Fonte: TARIFA. Org: SUED. LabClima, 25/07/2017.

Devido a extensa área de chapadão, a presença de latossolos e as relações do mercado agrícola internacional têm levado ao encarecimento das propriedades, de modo que terra no médio curso se tornou difícil de ser comprada dado os valores estarem superior ao que os agentes de especulação do mercado conseguiriam pagar, por outro lado aqueles que conseguiram a utilizam como um imóvel de garantia de acesso a produtos e financiamentos.

Em entrevista com gerenciadores dos grupos que se estabelecem no interior da bacia acerca da valorização da terra, foi percebido que o valor da mesma se baseia na qualidade e obviamente no barateamento dos custos. De forma que terras “vermelhas” chegam a custar 600 sacas de soja o hectare, que na cotação atual do mercado deste produto eleva o hectare a aproximadamente 30.000 reais, demonstrando que o acesso à mesma não se faz com base na realidade nacional, mas dentro da própria demanda internacional.

Outro fator relacionado ao acesso à terra na bacia tem sido o fortalecimento de Grupos do setor agrícola que vem incorporando as terras dos produtores que adentraram a área nos anos de 1970/80 que não puderam lidar com as volatilidades do mercado. Muitos desses produtores se perderam no próprio negócio ao optar por aumentar seu maquinário e investir em maiores tecnologias sem atentar aos riscos de perda da produção.

De modo que, quando o mercado veio a entrar em crise esses produtores se endividaram, já que os bancos fornecedores dos créditos estipulam seus juros no valor de cotação real do produto no momento do empréstimo, tem-se um aumento de demandas financeiras e pouco lucro levando muitos a pedir recuperação judicial, e neste contexto os grupos fortalecidos na área compram ou arrendam as terras destes produtores em crise.

Essa realidade pode ser notada no trecho da fala do gerente de uma das fazendas do Grupo BDM ao comentar as implicações do Impeachment da presidente Dilma em 2016 na economia nacional e as consequências no mercado agrícola. Levando grupos com três a quatro décadas na área a não se reestabelecerem mais, entrando em estado de falência salvo alguns que terminaram por arrendar suas propriedades a grupos estrangeiros, como o caso do Grupo Giongo que a fim de manter a posse da propriedade e reduzir gastos arrendou para o grupo argentino Otelhar:

Quando cassou a Dilma o que aconteceu com o dólar? Foi a 4 reais, alguns grupos que não estavam protegidos, casados com o que produz e o que vendem sofreram. O grupo que tinha captado muito dinheiro viu de repente uma dívida feita com o dólar em R\$1,80 tendo que pagar quatro reais. Ele não estava protegido e o valor das commodities despencou, e aí os bancos vieram e executaram e o grupo não teve para onde correr teve que pedir recuperação judicial, pedir falência, porque é impagável. (GERENTE GRUPO BDM<sup>11</sup>, 2017).

Essa volatilidade do mercado de acordo com os grandes produtores da área sempre existiram, e no decorrer dos anos foi o agente responsável pela retirada de agricultores menos subsidiados pela política de governo da área, fato muito comum no Mato Grosso como ressalta Lima (2007) ao expor que a expulsão pelo agronegócio no sudeste mato-grossense não se deu apenas dos grupos tradicionais aqui existentes, mas também das famílias dos primeiros migrantes que terminaram sendo trabalhadores das fazendas incorporadas pelos grupos agrícolas.

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 17 de agosto de 2017.

A ausência de perspectivas em longo prazo e a terra com valor de especulação tem tornado a agricultura brasileira, como salienta os residentes, a um negócio difícil para agricultores nacionais, pois até mesmo os grupos agrícolas mais estabilizados possuem dificuldades para comprar mais terras na bacia do rio Itiquira e demais áreas da expansão da fronteira agrícola no Mato Grosso, ocorrendo nos últimos anos uma migração dos produtores para os estados amazônicos.

Os grupos que ainda estão estabilizados na área têm subsistido mediante o aproveitamento de todas as etapas da sua produção, por meio do que os técnicos agrícolas denominam de consórcios, onde “não se perde nada” na mesma fazenda que se planta algodão coexiste a pecuária extensiva “para aproveitar tudo quanto é resíduo, você vai tentando cercar, vai virando um negócio cada vez mais intensificado, você faz um monte de coisas para tentar fechar” (GERENTE FAZENDA BOM RETIRO<sup>12</sup>, 2017)

Assim numa área plantada de algodão após a colheita ou nas proximidades onde por algum fator geográfico o algodão não venha a ser plantado é integrado rebanhos bovinos foto 16, para aproveitar o pasto que vai criando, neste interim no interior da fazenda tem-se uma algodoeira onde se faz o processamento do algodão para o beneficiamento.

Do caroço desse algodão que sobra após todos os processos é realizada a moagem para a produção de ração, que será utilizado em complementação na dieta dos animais, por se tratar de uma produção consorciada as empresas mantem seu fluxo comercial constante e estável dada à variedade de produtos que lhes garantam a segurança no mercado.

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida na sede da fazenda em 17 de agosto de 2017.

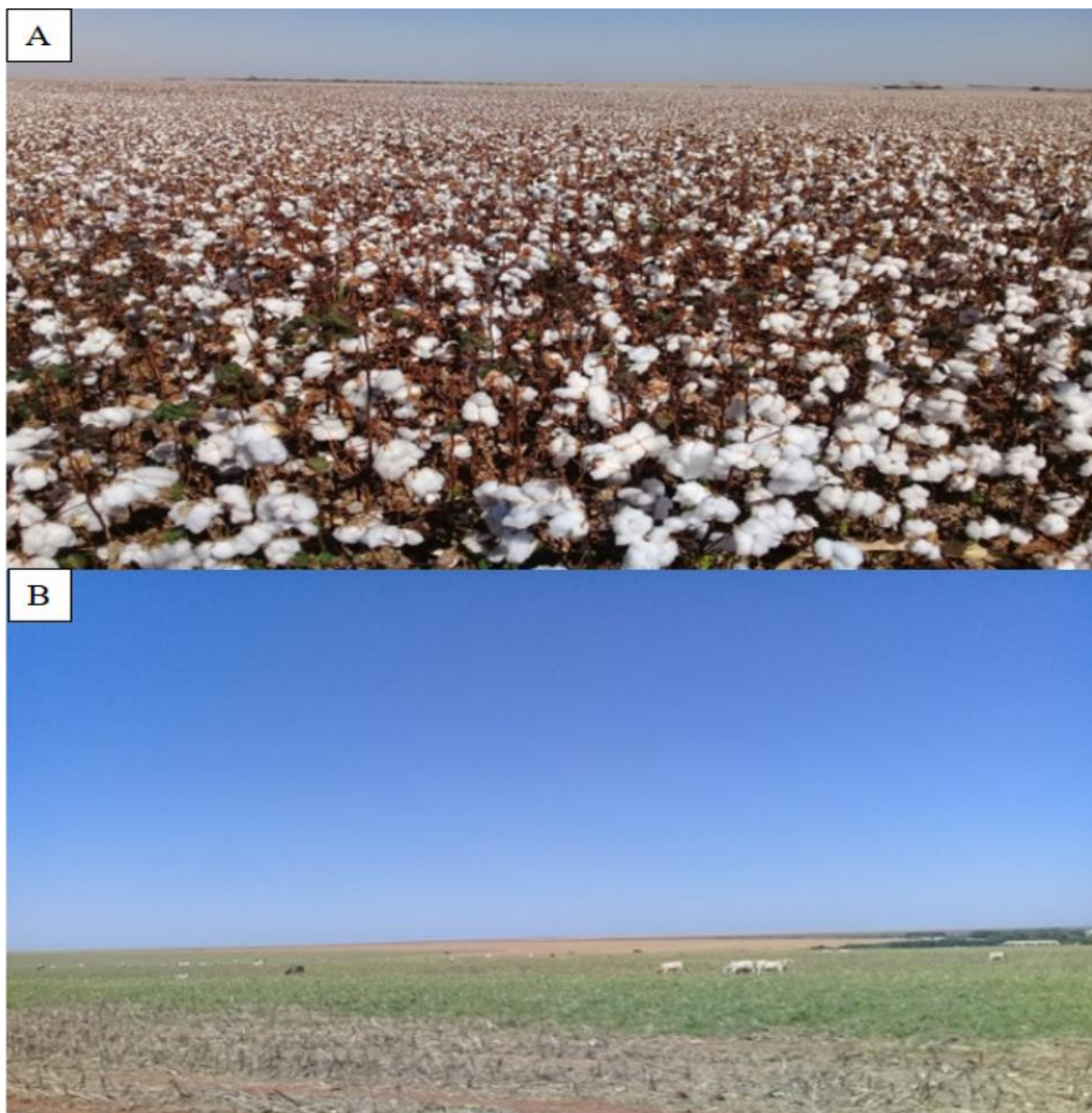


Foto 6. Fazenda com consorcio algodão – pecuária. **A:** Lavoura de Algodão. **B:** Criação de gado de corte em regime semi-extensivo. Local: Itiquira – MT. Fonte: SUED. Labclima, 2017.

Outras formas de produção encontradas no médio curso da bacia, e que garantem a permanência no mercado são as fazendas - sementeiras de transgênicos, ou seja, multiplicadoras de empresas voltadas a modificação genética de sementes, neste ramo tem destaque os grupos Adriana e Polato, existindo outros, porém o primeiro se destaca na própria produção sendo um grupo de acesso restrito a concessão de informação, e o segundo se destaca pela produção individual e também das marcas Monsoy e da Tropical Melhoramento e Genética (TMG).

Devido ao pouco tempo de uso de sementes transgênicas esses grupos permanecem porque a demanda é constante, como afirmou um dos técnicos do grupo Polato, uma



semente transgênica serve para dois plantios, o terceiro já não pode ser usado sendo destinado à indústria.

O baixo curso que compreende toda a área da bacia a partir da escarpa onde as altitudes variam gradualmente entre 400 – 200 metros. A escarpa apresenta solos litólicos com maior exposição da rocha, à medida que atinge os 200 metros de altitude e vai se adentrando a área plana tem-se um primeiro contato com solos podzólicos vermelhos-amarelo, atualmente denominado Argissolos.

São solos texturas graduais ou abruptas e o relevo em que são encontrados são variados, no entanto como ressalta Lepsch (2011) se encontrados próximos a áreas de transição de relevo, como ocorre na bacia do rio Itiquiria, esses costumam ser mais ácidos e pobres em nutrientes. Juntamente a esses tem-se os Planossolos que costumam apresentar teores elevados argila no seu horizonte B ao que em condições de umidade cria um lençol d'água sobreposto a este horizonte, embora apresente limitações a agricultura, esses costumam ser usados para plantios de arroz e pastagens.

Isso explica o uso dos mesmos exclusivamente para a pecuária na bacia onde a terra tem sido historicamente concentrada, conforme estudos de Silva (2005) e relatos de pioneiros para a prática pecuarista estabelecidos nos séculos passados pelos paulistas. Realidade permanece como pode ser percebida por trabalho de campo e análise da – **prancha 4 – Uso e Ocupação** - tendo alterado apenas o modo de conduzir o manejo da produção, que exige dentro das recomendações do mercado pecuarista determinados usos de insumos para as pastagens, sendo a produção em quase toda esta faixa de pecuária semi-extensiva com eficientes sistemas de irrigação para o cuidado do pasto e dos bovinos, foto 7:



**Foto 7. Fazenda de criação de gado em sistema semi-extensivo.** - Itiquira- MT. Fonte/Org: SUED. LabClima, 2017.

Nas proximidades das margens do rio Itiquira o solo que ganha expressão são os nessesolos quartazarênicos e Gleis Pouco Húmicos Distróficos – **Prancha 3- Pedologia** - comuns em áreas de baixada e próximo a drenagem, possuem partículas provenientes de solos de posições mais elevadas, já que são encontrados em áreas de recepção ou de trânsito de sedimentos. Esses solos não possuem fins agrícolas dada a deficiência de oxigênio e por serem muito úmidos não abre espaço para uso de máquinas, Embrapa (2017).

Em alguns casos esses solos, em especial o Gleis Húmicos são usados em caso de maior necessidade de comunidades próximas ao mesmo para o cultivo de arroz, horticultura e pastagens, no entanto por estarem presentes em áreas de várzeas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2006) recomenda que esses sejam mantidos preservados por meio da conservação de sua vegetação original.

Ao uso e ocupação das áreas próximas as margens do rio Itiquira, foto 8, onde esses dois solos aparecem no baixo curso são feitas por os ranchos. Essas residências de fins de lazer em sua maioria distribuídas no entorno do rio têm tido um crescimento nos últimos 20 anos, como informou caseiro de uma dessas propriedades.

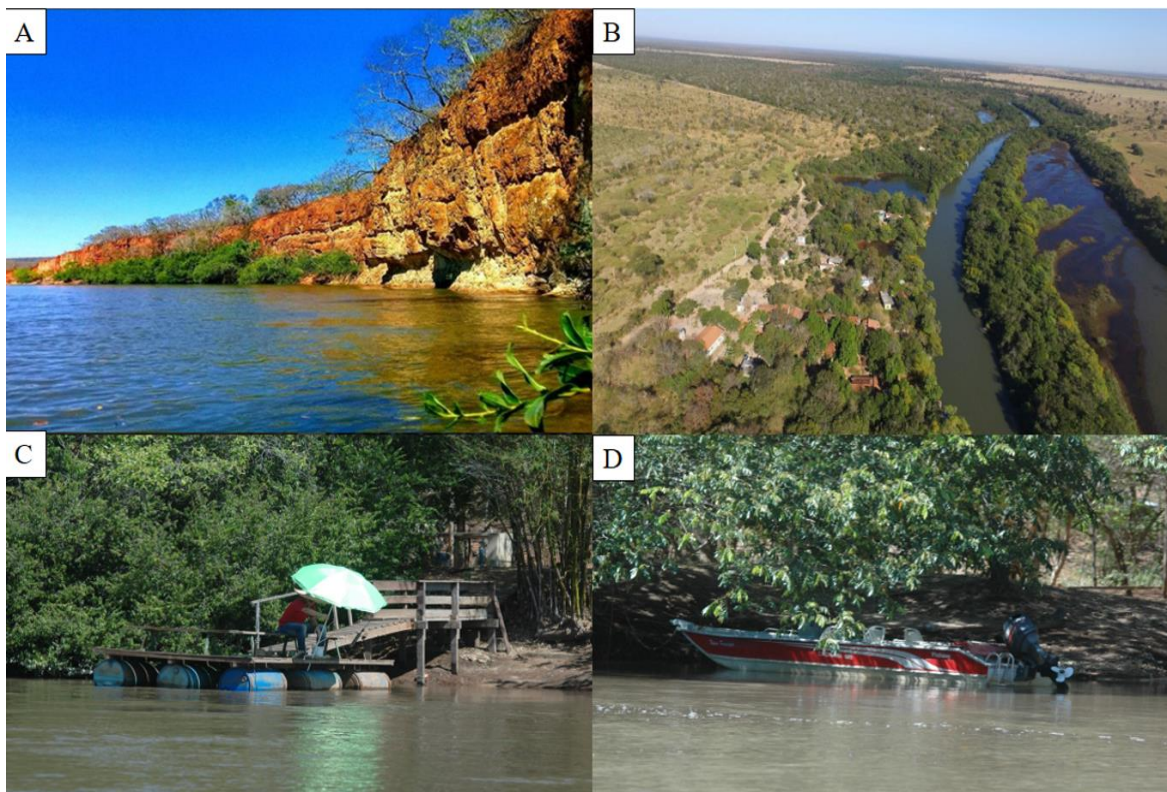


Foto 8. **Uso e Ocupação das margens do rio Itiquira.** **A:** Rio Itiquira no baixo curso da bacia **B:** Vista aérea dos ranchos situados as margens do rio Itiquira **C:** Morador pescando as margens do rio Itiquira **D:** barco à motor de uso de moradores – Itiquira-Mt. Fonte: Moradores, SUED, TARIFA. Org: SUED. LabClima, 2017

Nesta faixa que envolve as margens do rio Itiquira destoa das demais áreas da bacia, nela a finalidade do lazer torna-se primordial sendo locais de acesso restrito, sobretudo por ser de posse de grandes figuras nacionais e políticos do estado. Não tem nenhuma finalidade produtiva, de modo que as relações existentes são de patrões com seus caseiros, essas propriedades muitas das vezes não recebem a visita de seus proprietários, consistindo num imóvel como reserva de valor, já que possuem preços exorbitantes.

As demais faixas do baixo curso apresenta Plintossolos, com distribuição mais uniforme, esse solo apresenta muitas concreções com aparência e textura mais endurecida de modo que em toda a sua extensão no interior da bacia não apresentar muitos usos de finalidade agrícola ou pecuária. Em consulta a carta de uso e ocupação do solo da bacia, é possível notar que em alguns pontos ocorre a alteração natural para manejo, Embrapa (2014), no entanto prevalecem nas faixas de Plintossolos as savanas arborizadas e formações florestais.

## 5.6. Distribuição Fundiária e as Relações Sociais no Alto, Médio e Baixo Curso

Atualmente a bacia do rio Itiquira conta com 965 propriedades distribuídas em seus 10.422, 53 Km<sup>2</sup>, Alto Garças, Itiquira e Rondonópolis concentram o maior número de propriedade, os três municípios totalizam 888 propriedades. A extensão das fazendas em Alto Garças variam, ao contrário de Rondonópolis que a maior parte das propriedades inseridas na área da bacia chegam a 100 hectares.

A distribuição das fazendas na área municipal de Itiquira possui extremos, de um lado tem-se 182 propriedades de tamanhos que chegam até 100 hectares de extensão e por outro lado tem-se 162 com tamanhos que variam de 1.000 a 5.000 hectares, de forma que pode-se encontrar pequenos e grandes produtores distribuídos em toda a bacia.

Embora os três municípios supracitados tenham o maior número de propriedades, cabe ressaltar que a estrutura fundiária apresentam disparidades, Rondonópolis com suas 156 fazendas não possui a expressão que Santo Antônio do Leverger com 55 possui o primeiro representa apenas 39, 23 Km<sup>2</sup> da área em estudo, enquanto que o segundo representa 3.517, 61 Km<sup>2</sup>, o segundo maior limite municipal de toda a área da bacia.

Os municípios com menor número de propriedades na área são Alto Araguaia, Barão de Melgaço e Pedra Preta, o primeiro concentra suas terras entre 1.000 a 5.000 hectares, totalizando 11 propriedades. Barão de Melgaço possui apenas uma propriedade de até 100 hectares, sendo um dos municípios com maior concentração fundiária após Santo Antônio do Leverger, pois das sete propriedades inseridas na área seis possuem tamanho superior a 10.000 hectares. Já Pedra Preta possui apenas quatro propriedades bem distribuídas, como poder ser consultado no quadro 9 da Estrutura Fundiária da Bacia na página 107:

DISTRIBUIÇÃO DE PROPRIEDADES POR HECTARE NA ÁREA DA BACIA DO RIO ITIQUIRA - MT								
MUNICÍPIOS	ALTO ARAGUAIA	ALTO GARÇAS	BARÃO DE MELGAÇO	ITIQUIRA	PEDRA PRETA	RONDONÓPOLIS	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	ÁREA TOTAL
CLASSES								
< 100 Ha	-	17	1	182	1	134	1	8943,46
100,1 – 250 Ha	-	18	-	58	-	2	1	14.449
250,1 – 500 Há	3	38	-	71	1	4	1	42.763,06
500, 1 – 1000 Ha	1	34	-	79	1	4	1	84943,1
1000,1 – 5000 Ha	7	43	-	162	1	9	23	534.620,49
5000,1 – 1000 Ha	-	3	-	18	-	3	12	257.691,54
> 10000 Ha	-	2	6	7	-	-	16	743.255,65
Total de Propriedades	11	155	7	577	4	156	55	965
Total de área em hectare	25.184	178.838,62	244476,41	735.528,75	3531,98	46.370,32	452735,97	1.686.666,3

Quadro 9..Estrutura Fundiária da Bacia do Rio Itiquira – MT em 2017. Fonte: SICAR. Org: SUED, 2017.

Os municípios que compõem a bacia do rio Itiquira se destacam pela atividade econômica baseada na agropecuária com populações rurais significativas. Sendo o município de Itiquira destaque no total de população no campo como na dimensão de sua estrutura fundiária. Contando ainda com uma logística que influencia no escoamento da grande produção a BR 163 próxima a faixa de transição do seu cerrado com o Pantanal, sendo a via mais importante na área da bacia.

As demais vias de escoamento são estradas sem asfalto o que inviabiliza um acesso fácil as áreas situadas nos extremos da bacia, de modo que os pequenos mercados não desenvolvem já que se torna mais barato investir em produtores próximos as vias de escoamentos. Por outro lado, a agricultura e pecuária de mercado progredem em quase toda a área do município já que esses fatores logísticos não constituem em impedimentos cruciais a sua circulação.

A logística os fatores físicos e socioeconômicos implicam na espacialização das relações sociais, e, sobretudo na espacialização das propriedades como pode ser apreendido na **prancha 5**, onde o Mapa da Estrutura Fundiária permite visualizar como estão dispostas as propriedades ao longo da bacia e as maiores concentrações de terras, o que permite descrever as relações sociais provenientes desta.

No alto curso onde pode ser percebida as pequenas e médias propriedades, e onde estão situados os assentamentos de reforma agrária as relações de produção e a terra se reproduzem em menor expressão das voltadas à agricultura de mercado, mas tem os meios que visam concentra-las. Informalmente, produtores que evadiram dos programas de assentamentos apontam a questão da tentativa de representantes da política em ter acesso a terras por via daqueles que se candidata a terra, sendo comum em programas de reforma agrária a procura por famílias que possam se cadastrar e posteriormente repassar o lote a outros.

Em visita a alguns assentamentos torna-se possível perceber a questão da ampliação da área dos assentados onde um pequeno produtor foi incorporando a área dos vizinhos que foram evadindo. Muitos dos representantes destes grupos não se enquadram nos critérios estabelecidos pelo programa de reforma agrária do governo, mas muitas das vezes são donos informais de três a quatro lotes numa única área de assentamento, isso interfere também no acesso aos benefícios das políticas municipais que visam pequenos produtores, essa questão da busca por concentrar terras e as relações políticas pode ser percebida na fala de um assentado na região:

Lá na Santa Ana que é pelo INCRA tem uma mini - fazenda inclusive de um pessoal amigo meu que pegaram lote, inclusive na época eu ajudei, eu era amigo do prefeito. Eles tinham falado comigo pra ver se eu conseguia um lote pra eles, pois eles não tinham se inscrito, aí cheguei no prefeito e pedi um lote pra família, disse que era uma família grande e tal, e o prefeito já os conhecia. Era uma família que já tinha morado lá o rapaz inclusive tinha nascido lá, e ele teve a sorte de pegar o lote onde era a sede velha, por ironia do destino estão lá até hoje, é um dos únicos hoje eles já tem uns cinco lotes e compraram mais quatro. (ASSENTADO, 2017)

Em proporções, as terras incorporadas entre pequenos produtores não se assemelham aos latifúndios de posse dos grupos agrícolas que comandam área da bacia, mas as mudanças no controle da posse terra por meio da tentativa de ampliar as propriedades “redistribuídas” pelos programas de reforma agrária apontam para a realidade agrária atual que visam o controle da propriedade como meio de acumulação e ampliação do capital.

Nas partes mais elevadas da bacia que engloba os municípios de Alto Garças e Itiquira e parte de Pedra Preta as propriedades em sua maioria superiores a 500 hectares. Nas proximidades do município de Alto Garças tem-se a prevalência de culturas de mercado e áreas de pastagens naturais. Os estabelecimentos deste município ficam mais próximos as infraestruturas viárias e ferroviárias com maior acesso aos serviços de manutenção das atividades agropecuárias.

Quanto aos trabalhadores as fazendas dispõem de transportes diários, de modo que os mesmos retornam as suas residências ao fim do dia. No caso das propriedades mais distantes do núcleo urbano são dispostos alojamentos para os funcionários, em sua maioria do sexo masculino, tendo dias específicos da semana ou do mês para ir à cidade.

Ao adentrar o município de Itiquira têm-se novas formas de relações de trabalho, pois os solos possuem uma qualidade ruim para a agricultura de grãos, exigindo maior maquinário e insumos o que encarece a produção. Tem-se então nessa porção a presença de proprietários individuais de áreas menores que as encontradas nas demais faixas da bacia, nela em toda a extensão da MT 299 no sentido Alto Araguaia, se estabelecem as propriedades dos primeiros posseiros que conseguiram legalizar a terra e que já estão na terceira geração.

Agricultura de mercado ligada a grãos não tem destaque nesta faixa da bacia, sendo os produtores ligados à horticultura, piscicultura e a maioria pecuaristas leiteiros, correspondendo às propriedades inferiores a 1.000, a maioria tem a produção distribuída

em laticínios e o trabalho é realizado em família. A participação familiar se dá devido à renda retirada desta atividade ser pequena, não podendo empregar funcionários.

Neste grupo inserem os produtores ligados as cooperativas que criam suas alianças para obter vantagens na comercialização, tendo em vista que os próprios comerciantes das mediações dos municípios não recebem produtos dos mesmos, ao que a Secretaria de Agricultura Municipal (2017) declara se dá pela falta de sazonalidade na produção destes.

As propriedades de maiores áreas no alto curso dedicam a pecuária semi-extensiva onde se reveza o gado no pasto e em confinamento. As empresas que trabalham com o reflorestamento e a pecuária mantêm as relações de trabalho assalariados, sendo que a maioria não possui alojamentos, sendo mais viável para os mesmos providenciarem o transporte dos funcionários diariamente, independente da função que os mesmos exerçam.

As demais propriedades situadas no alto curso são divididas entre áreas de reflorestamento onde se tem extensas áreas de eucalipto. Em termos das relações de trabalho nestas fazendas silvicultoras, a maior parte das contratações se dá no período da planta, a partir do momento em que se tem a floresta uniforme/adulta o quadro de funcionários é reduzido permanecendo um pouco mais 10% do pessoal necessário no plantio.

Anualmente tem-se contratação temporária que corresponde em média a quatro meses de trabalho, no período da seca, quando ocorrem as possibilidades de incêndio. A lavoura de eucalipto só virá a exigir, de acordo técnico agropecuário a contratação de mais pessoal no período de corte que neste caso vem a empregar por todo o ano. Se o corte for realizado no período certo um novo plantio só virar a ocorrer 12 anos depois.

Nas mediações do núcleo urbano do município de Itiquira tem-se destaque a propriedades inferiores a 250 hectares, sendo a faixa de moradia dos sítiantes tradicionais no município, nesta engloba as áreas de quatro assentamentos de agricultura familiar no sentido nordeste tem-se os Assentamentos Santa Ana e Nossa Senhora Aparecida e a sudeste mais dois assentamentos integrados sendo eles Chico Bortolini e Tio Elias. Provenientes destes grupos familiares que se somam aos pecuaristas de pequeno porte e formam a bacia leiteira do município.

Os demais produtores terminam por produzir apenas para a subsistência, colocando o excedente a venda nas feiras ou clientes já estabelecidos na cidade. Embora vise à agricultura familiar a participação desta no que se produz é muito baixa, sobretudo que os mais jovens saíram dos lotes, e os próprios moradores não possuem residência fixa na área,



o máximo que vem a ocorrer é de um proprietário trocar favores ou arrendar parte da sua terra para aqueles um pouco mais próspero.

À medida que se afasta da sede municipal no sentido oeste os tamanhos das propriedades se tornam crescentes, intermediando pelas bordas da área ou em aparições isoladas aquelas terras de até 500 hectares, em geral são fazendas nas porções de relevo mais acidentados sendo também resquícios das primeiras famílias de posseiros da área também dedicados a pecuária ou sendo pequenos produtores de soja, esses em geral comercializa sua produção de grãos para grupos maiores, caso que ocorre com o Grupo Sementes Maggi que compram a produção de produtores que tenham propriedades de no máximo 300 hectares como aponta Silva (2003).

As propriedades de área superior a 5.000 hectares concentram as lavouras de algodão, soja, milho e outros, e o desenrolar das relações sociais nestas tiveram grandes modificações, a princípio com a chegada dos sulistas na faixa foi estabelecendo núcleos familiares no interior das sedes destas fazendas, em estudo realizado por Campos (1999) a pesquisadora destaca essa relação ao demonstrar como essas famílias movimentavam o comércio local com suas idas mensais a cidade para fazer compras.

Isso se dava pelo fato dessas fazendas serem propriedades de famílias que estavam tentando entrar para mercado agrícola, de modo que as relações se davam em nível de parentesco e empregados próximos aos produtores em outras situações o fazendeiro morava fora do estado, sendo conveniente manter pessoas que garantissem o andamento da propriedade. Dada a essa realidade construíam-se moradias para essas famílias, onde os homens ficavam nas lavouras e as mulheres trabalhavam em serviços domésticos ou setores como copa, limpeza e outras atividades semelhantes na sede da fazenda, pois era viável ter os funcionários disponíveis para o trabalho 24 horas.

Nas décadas seguintes com maior incorporação da área pelo mercado e com a rigidez das leis trabalhistas essa realidade foi se modificando. A presença de muitas famílias levaram as relações a saírem do campo do trabalho para o pessoal levando os administradores a mediar situações para além das ligadas a produção da fazenda, como também no ato da dispensa do funcionário os proprietários eram levados a realizar pagamentos por manter esses funcionários no interior das sedes, ou seja, a presença de trabalhadores no interior das fazendas passou a gerar muitos custos aos empresários do campo, de modo que atualmente as propriedades situadas no médio curso já não cedem

casas para os funcionários, preferindo realizar o transporte diário dos trabalhadores à cidade.

Paralelo tem-se o próprio aprimoramento tecnológico que foi levando a substituição da mão-de-obra, o que exigiu a redução do quadro de funcionários nestas fazendas, visto que uma máquina agrícola realiza o trabalho de média de onze funcionários como indica o gerente da Fazenda Bom Retiro, sendo necessário contratar um maior contingente de trabalhadores apenas nos períodos de colheitas quando as instalações industriais destas fazendas passam a funcionar no processamento da matéria prima.

Mesmo exigindo um número maior de funcionários a proporção do tamanho da propriedade e a demanda de trabalhadores é destoante, levando em consideração que uma “fazenda-algodoeira” como a do Grupo Brisot D’Marco, Foto 9, de 8.000 hectares tem atuando no administrativo, no maquinário na lavoura, e na rede de beneficiamento do algodão onde tem maior concentração de pessoal, um total de 180 colaboradores.



Foto 9. **Organização produtiva de uma “fazenda-algodoeira”.** A: algodão in natura. B: trabalhadores no interior da algodoeira. C: Algodão separado por sua qualidade. D: Plumas embaladas para a distribuição. Itiquira – MT. Fonte/Org: SUED. LabClima, 2017.

Nas “fazendas-sementeira” como foi presenciada em campo, uma área de 4.900 hectares trabalha-se 20 funcionários na entre-safra, um dos técnicos agrícolas do Grupo Polato aponta a variável entre uma década e outra e a implicações do maquinário na substituição da mão-de-obra, onde na década anterior no período da carpa se empregava média de trinta homens e mais cinquenta na colheita, hoje para essa mesma atividade com máquinas de grande porte são necessários apenas dois operadores, um bombeiro, um mecânico e o encarregado (foto 10), realidade esta que se estende até as proximidades da escarpa da bacia.



Foto 10. **Colheita da soja em “fazenda-sementeira”**. **A:** Maquinário na colheita da soja. **B:** Trator-bomba na prevenção de incêndios. **C:** Encarregado de produção. **D:** Distribuição do grão. Itiquira – MT. Fonte: SUED. LabClima, 2017.

O médio curso da bacia finaliza com a escarpa que não só representa a transição de relevo como a própria distribuição fundiária, na porção pertencente a território itiquirense tem-se ainda propriedades até 1.000 hectares, a maioria concentrada nas mediações do rio e seus afluentes são ranchos pertencentes a grupos de empresários e políticos em sociedades.

Estes utilizam a área para lazer ao que exige a presença de um cuidador da terra, são os caseiros com suas famílias, muitas vezes a relação com o patrão se faz mediada por outros, tendo em vista que muitos dos moradores não conhecem pessoalmente os proprietários, em alguns estabelecimentos esses funcionários tem a pesca autorizada de onde retiram uma renda extra.

No baixo curso nos limites de Santo Antônio do Leverger tem-se a expressão mais concentrada de terras da bacia, tendo em quase toda sua totalidade propriedades superior a 5.000 hectares onde prevalece à pecuária de corte semi-extensiva e as relações sociais são expressa diferente daquelas do alto curso, dada extensão das propriedades e a distância dos núcleos urbanos.

De modo em toda essa faixa da bacia, onde imperam estabelecimentos ligados à pecuária de corte é fornecido para os funcionários moradias e estas são distribuídas em pontos específicos, a fim de manter o controle da criação e se distribuição das atividades, as questões operacionais destas fazendas são muito diferenciadas das demais áreas da bacia, o gerente da Fazenda Rezende explica a questão:

O operacional é diferente aqui, exemplo: uma carga de adubo na hora que você chegar está lá te esperando, porque lá na faixa mais alta se mexe com peças mortas, aqui você mexe com peça viva. O animal não é assim, o animal está ali, mas você chega lá tem que ver um por um, ver se está tudo reunido se tem algum faltando, peça viva é muito complicada é diferente. (GERENTE DA FAZENDA REZENDE, 2017)

Por essa razão a faixa do Alto Pantanal da bacia tem suas características produtivas diferenciadas do restante da área no que tange a questão das relações pessoais, conserva-se ainda o perfil tradicional. Porém, no campo dos avanços tecnológicos essas propriedades estão em conformidade com as demandas de mercado e suas exigências, o pasto é mantido a base de grandes quantidades de herbicidas, possuem maquinários avançados para o setor, são reprodutores genéticos e trabalham com as raças de maior demanda.

## 6. DISCUSSÃO

No transitar do capitalismo no campo ocorre uma imobilização deste espaço, em sua originalidade, numa constituição do reproduzível e repetitivo, como demonstra OSEKI (1996, p.114) “anulando as diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e os tempos naturais”. Intencionalmente cria-se um ideal econômico fetichizado, numa interminável vereda política de exploração absoluta, de despreziosa preocupação com o fundamento vivo do espaço e sua destruição.

Inserindo nos grupos um cotidiano, de gestos e atos, aparentemente representativos. Enquadrando os ritmos sociais, desde suas expressões mais simples às mais significativas, organizando a sequência da vida humana em todas as esferas:

Como resultado dessas intervenções tem-se, constantemente, alterado os ritmos de trabalho, de ação e de vida dos atingidos, seja pela guerra, seja pela implantação de um grande projeto, como também por todo projeto decidido externamente ou, ainda, de cima para baixo. “Ocorre a destruição da cotidianidade quando milhões de pessoas são arrancadas a este ritmo” KOSIK (2002, p.81 SILVA e SILVA, 2004, p.166).

Ao que Oseki (1996), aponta como o espaço da tragédia, da catástrofe, da propriedade. Não só da terra em si, mas do seu subsolo, de todas as propriedades do espaço. Estando o espaço, por meio da acumulação capitalista, à beira da catástrofe, já que o referido modo produtivo “torna caótico, atomiza, pulveriza e esfacela o espaço preexistente”, (Oseki, 1996, p115), não só na desarmonia dos ritmos, mas da própria desintegração dos mesmos.

E por mais que se demonstre mecânico e entediante, sobressaem especificidades que permite extrair, os ritmos que estão implícitos nas discussões fragmentárias das ciências sociais. A privação da vida moderna, e incrementos de novos ritmos, aos naturais, que torna atraente as sucessões de afazeres, numa robotização do homem, Silva e Silva (2004), ainda não superaram as apreensões totalizantes da sociedade.

E por mais que se percorra na busca de compreender e apontar meios de superação da contradição existente em torno dos interesses individuais e as necessidades universais, Azevedo (2012), este se reduz a fatores estruturais das forças produtivas, e os conflitos reais do trabalho e o capital. Dado a isso a análise dos ritmos sociais da bacia do rio

Itiquira, considera a cotidianidade como elemento atrelado as relações de produção e as privações da vida moderna como componente da produção do espaço:

[...] afinal “a vida cotidiana como forma de entendimento do espaço geográfico, parte da nossa convicção de que esta vida cotidiana se refere a uma vida marcada por ritmos, os quais não se confundem com a mera repetitividade. O ritmo que a define em uma sociedade é composto pela repetitividade, mas, também, pela novidade e, acima de tudo, os fatos que a constituem são os mesmos que produzem o espaço social (SILVA e SILVA, p.165, 2014)

A perspectiva lefebvriana na análise do fenômeno agrário da área em estudo passa a ser entendido pela produção o espaço que passa pela tríade da prática espacial, que como designa Schmid (2012) se dá pelo espaço percebido, concebido e vivido, onde o espaço e o tempo não são apenas relacionais como históricos, levando a análise a considerar as relações sociais de poder, as ações sociais e conflitos relevantes de cada situação.

Desse modo, a bacia do rio Itiquira vai traçando seu perfil agrário à medida que o território mato-grossense foi se expandido, consistindo numa faixa anteriormente de ocupação de comunidades tradicionais indígenas que desde o século XVII atuavam como trabalhadores nas extensas fazendas pecuarista no extremo a oeste da área.

Embora ocorresse a supressão de muitos grupos tradicionais pelas comunidades que foram se aportando desde o império brasileiro na província do Mato Grosso, as relações no campo do interior da bacia baseavam-se na necessidade de subsistência, as comunidades em geral mantinham relações de trabalho e de poder possuíam menos conflitos, sobretudo porque se tratava de uma faixa de transição, com poucas residências fixas e contato entre os ocupantes. Campos (1999).

A realidade passa a adquirir novas formas a medida que a comunidade residente em Mato Grosso passa a aspirar o modelo de vida das faixas litorâneas o caráter ideológico vai sendo alterado conforme as aspirações da sociedade mato-grossense pelo modo de vida das elites do sul-sudeste do país, despontando uma transformação na realidade do espaço em questão, tem –se um movimento dentro deste pensamento social, uma expressão contida nas coisas vindo a potencializar e transformar o contexto da vida no campo no interior do país.

À medida que o estado do Mato Grosso passa incorporar os trejeitos da capital por meio de criação de novas infraestruturas muitas vezes encomendadas por moradores para

demonstrar semelhanças com os centros mais desenvolvidos, tem-se uma transformação da matéria por esses novos movimentos apontados por Garcia (1993) como inerentes as transformações sociais, como é possível apreender na descrição realizada por (SANTOS, 2012, p 123) acerca dos grupos dominantes na província do Mato Grosso:

As elites locais procuravam investir em meios que favorecessem a ligação com a Corte, tornando essa comunicação mais rápida, investido na construção de pontes, estradas e acordo de livre navegação. Eram empreendimentos que iam além dos recursos da esfera pública, considerados escassos e muitas vezes insuficientes para viabilizar tais obras. Contavam, dessa forma, com doações e apoio dos próprios moradores, que desejavam o “progresso” do local onde viviam.

Tem-se assim uma modificação na prática sensível na formação do pensamento local, urge com isso o interesse de uma classe que visa o desenvolvimento e o crescimento econômico, tem-se a impregnação do ideal de transformação do espaço, ao que Castanho (1996) denomina como petrificação do ideológico e que propicia alterações em todas as esferas, promovendo ações sobre sentidos e sensações.

Porém, a repercussão dessas ações possuem movimentos próprios inerentes a sua própria contradição, o que desponta algumas especificidades e a essência das coisas, sendo que na proporção em que se expandiam as relações socioeconômicas do estado, a bacia do rio Itiquira adquiria um caráter de corredor produtivo, afinal a principal via de escoamento entre sudeste e a porção central do estado ocorria nesta faixa a sudeste do atual Mato Grosso, a via salineira onde se passava o sal para o gado e se fazia o comércio da carne para São Paulo, Campos (1999).

Cabe com isso ressaltar, que a própria rota do escoamento estabelecida na área se fez por encomenda de interessados locais em expandir sua faixa de comercialização, a transformação se dava por necessidade de expandir os negócios pretendidos e incentivados pelo Estado nacional, que implicaram na produção do espaço em estudo. Porém as alterações nas relações sociais existentes na bacia do rio Itiquira vêm a ocorrer num tempo diferenciado, tendo em vista que como aponta Garcia (1993) o homem em suas atividades ultrapassa a questão do complexo e linear, pois a realidade não está congelada essa tem seus saltos e interrupções e suas estagnações.

Dessa forma até o fim do século XIX na bacia do rio Itiquira coexistiam duas realidades conhecidas, em seu extremo oeste na faixa, denominada Alto Pantanal, uma

pecuária desenvolvida iniciada paralela à exploração do ouro na província do Mato Grosso, com relações de trabalho rural consolidadas, pois como apontado por Silva (2005), já se tinham grandes propriedades com desenvolvimento de atividades agrícolas com nativos compondo o quadro de funcionários rurais e domésticos. Enquanto que no seu médio e alto curso persistia uma pecuária extensiva e agricultura de subsistência, e ocupantes temporários.

É possível afirmar por meio dos resultados obtidos que a ocupação da bacia se iniciou no baixo curso da mesma e se expandindo a medida que as técnicas foram se aprimorando e o Estado foi estabelecendo projetos de ocupação e subsidiando os mesmos. Isso é claramente percebido, quando o médio e alto curso da área passa por alterações evidentes no fim do século XIX com a chegada da Comissão do Marechal Rondon quando este constrói nas proximidades de um dos tributários do rio Itiquira um armazém.

E juntamente com sua comitiva constrói posteriormente, um porto no rio Ponte de Pedra nas proximidades da área, trazendo maior visibilidade ao lugar que passa enfim a ser visada como espaço de produção para fins capitalista, pois passa a ser cotada para pecuária, e como aponta Jovam Vilela Silva (2005) desenvolve os fazendeiros em Mato Grosso.

Que contavam com a abundância de pastagens nativas, o clima, poucas elevações de terreno, vegetação propícia de campos, rios de fácil navegabilidade e terras férteis para roças nas margens dos veios de água, e sobretudo a expansão dos frigoríficos paulistas interessados em ampliar o mercado pecuário e de exportação, tendo a consolidação das interferências do capital estrangeiro na bacia.

As primeiras décadas do século XX, pode-se afirmar que o enfoque econômico se fazia estável, pois enquanto corredor de escoamento produtivo a lógica de mercado prevalecia na bacia, mas as relações sociais simbólicas e de trabalho dos grupos com a terra são mantidas em caráter de subsistência e de trabalho em parcerias, ou seja um espaço físico e social com finalidade de trabalhar e morar.

E embora Gomes Lopes Toledo (1991, p. 9), aponte que “a classe dominante, em todas as épocas, determinou o valor da terra, na medida em que manipulou (e ainda manipula) os fatores que tornam uma terra mais valiosa do que outra” até os anos de 1950 a terra não consistia num fator de disputa. A terra vista como abundante, sobretudo nas porções dos municípios de Itiquira e Alto Garças mantinham relações camponesas por consistirem em “famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolviam seus problemas reprodutivos” (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 115), de modo



que mantinham seu sustento numa garantia do cumprimento do ciclo vital mediante uma produção rural, com o uso de técnicas manuais e trocas de favores.

As famílias como um grupo social das áreas abrangidas pelos limites da bacia estavam liberadas das amarras burocráticas e estatais de certo modo, pois mantinham uma libertação produtiva e pessoal, pois embora o estado Mato Grosso avançasse no seu caráter desenvolvimentista, no interior dessa área os posseiros e agregados ainda se apropriavam da natureza do seu trabalho, ao que ideologicamente pode ser visto com base em Garcia (2003) como indivíduos dotados de expressão:

Um indivíduo que se pode determinar ele próprio desde o momento que é capaz de se apropriar da natureza do seu trabalho. Assim ele é proprietário de si mesmo porque tem bens que colocam fora dessas situações de dependência das pessoas que nada tem que não podem ser indivíduo por si próprio. (GARCIA, 2003, p. 157)

Ao passo que a área foi incorporando maiores atividades econômica têm-se as rupturas neste modelo de relações, a ascendência da atividade garimpeira vem a interpor essa realidade, pois embora ainda se mantivessem relações de natureza coletiva e familiar, surgia uma dependência de produtores que buscavam sustentar seus garimpos a base do cultivo nas terras de outros posseiros.

Ao termino dos anos de 1950, têm-se as primeiras linhas de conflitos entre posseiros e agregados, a terra passa a representar neste encaço uma propriedade com valor, devido à disputa se tratar da busca dos pequenos núcleos familiares residentes nas áreas cedidas pelos posseiros pela parcela de terra em que haviam trabalhado. No entanto, as áreas da disputa transpassa o caráter de sustentáculo da vida, já que em Campos (1999), é possível apreender que existiam grandes extensões de terras sem concorrência pela posse das mesmas por serem vistas como improdutivas.

Os conflitos pela posse da terra se deram de formas pontuais, sobretudo devido a atividade garimpeira ter apresentando maior potencial para a acumulação financeira que a agricultura, de modo que a década de 1960 será marcada pela transformação do espaço agrário da bacia do rio Itiquira, ao passo que os camponeses e garimpeiros vão sendo colocados pra fora da sua intimidade com a terra, afinal as políticas públicas do governo federal vai entranhando o território mato-grossense e consequentemente incorpora a faixa correspondente a área estudada.

A adentrada efetiva do Estado “órgão responsável por trazer a ordem à sociedade, amenizando os conflitos entre as classes por meio da ideia de neutralidade. No entanto, o Estado está a serviço da classe dominante” Silva (2016, p. 4-5) e que tem atrelado a isso a lógica latifundiária já que atende a elites agrárias, Xavier (2015), transformando os camponeses e garimpeiros da área em trabalhadores assalariados na medida em que as terras foram apropriadas pelos migrantes sulistas sob incentivo do governo federal.

Criam-se novas resistências e a questão agrária enquanto um problema social desponta, a este momento ocorre em escala nacional a distinções entre inquietos com as relações do campo e aqueles interessados na diferenciação espacial das áreas favoráveis a agricultura, o último consegue avançar e alcança destaque ao que PAULINO (2007, p. 340) expresso:

Que a questão agrária não apenas é uma expressão das contradições decorrentes da apropriação privada dos bens e riquezas socialmente produzidos, como também a terra é o sustentáculo de toda a riqueza, razão pela qual a racionalidade capitalista, supostamente indiferente ao que se passa no campo, sucumbe ante a eminência de sublevação dos princípios impostos como legítimo.

Desprendido então de princípios legítimos, de valorização da sociedade e de suas bases sociais e coletivas como naturais, o modo de capitalista de produção adquire uma velocidade descomunal na sociedade global, e conseqüentemente, atinge a produção no campo. Elevando o grau da questão agrária, que agora passa a evidenciar a disposição dos atributos naturais inóspitos para pequenos produtores, ou exigindo que os mesmos consumissem insumos, para elevar sua produção.

A entrada da década de 1970 rompe com o cotidiano dos residentes da área da bacia do rio Itiquira, Elden (2004) aponta que os sentimentos e os significados são diferenciados quando não estão sendo incorporados pelo Estado e outras instituições. O tempo histórico que contempla de forma linear até metade do século XX na bacia permite contemplar compassadamente essas alterações, no entanto Lefebvre atentas para o tempo abstrato na produção do espaço, ao que torna nítido por meio do modo de vida das comunidades serem bruscamente modificado com a chegada da agricultura de mercado que vai se instalar a partir desta década.

O capital na promoção do controle da propriedade privada da terra na área da bacia aponta uma supressão dos ritmos sociais, pois embora a abertura do estado do Mato Grosso ainda no início do século XVIII para o “modus vivendi” da capital brasileira apresentasse

seu caráter de transformação dos hábitos por uma necessidade de sentimento de pertencimento nacional, Santos (2012), no interior de suas áreas as relações convivência e de trabalho preservava a coletividade, a própria terra era vista como o sustentáculo da vida em conjunto.

Pois, embora consistissem desde o século XIX num corredor de escoamento produtivo, vital as relações do Sudeste com as áreas centrais do país, e posteriormente recebesse diversos grupos interessados na mineração diamantífera a organização social baseada em núcleos familiares da área não se diferia das demais áreas do interior, onde conforme Santos (2012, p. 173):

A ordem social estruturada para esses agrupamentos familiares foi o da família extensa com obediência ao chefe do clã. Constituíram – se em unidades de produção rural, no caso, fazendas de criar gado bovino, cavalar, pequenos animais, desenvolvendo roças de subsistência, pomar e extrativismo animal e vegetal, que complementavam a dieta necessária a sobrevivência das pessoas e quando havia excedente o vendiam se as condições de proximidade com centros consumidores o permitissem.

Enfim, com a chegada dos migrantes em sua maioria do Sul do país como aponta Campos (1999), essas relações vão sendo gradualmente encerradas, sobretudo porque no Mato Grosso como afirma Moreno (1999) a regularização de terras era de responsabilidade daqueles que residiam na mesma, dada a ausência de pessoal nas instituições regularizadoras de propriedades no estado. Mas, pelas “leis fundiárias” estaduais criadas ainda no fim dos anos de 1880 consideravam posseiros como invasores, todavia dado o fato dos mesmos serem responsáveis pela colonização do estado não eram “punidos”.

Tal condição contribuiu para a perda de terras dos posseiros da bacia para os migrantes que chegavam, pois somada a ineficiência dos órgãos responsáveis pela distribuição de terras em todo o estado, Moreno (2007) ressalta que já se arrastava no Mato Grosso o controle e distribuição das mesmas por jogos partidários, tendo em vista que o estado contava com grandes quantidades de terras devolutas, o que fazia com que muitos grupos políticos e econômicos já manipulassem a documentação das posses e favorecessem famílias mais “chegadas”

Dessa forma, os posseiros existentes na bacia do rio Itiquira perderam aos poucos suas terras por intermédio dos vantajosos incentivos e acesso à terra que Estado nacional em parceria com a política estadual estabelecia. Este momento a entrada de migrantes era

tratado nos discursos governamentais como uma necessidade de povoamento e desenvolvimento do Mato Grosso, essas campanhas aparentemente apelativas levaram a uma acomodação nas regularizações.

O Mato Grosso em sua condição de “fronteira inexplorada” recebe diversas correntes de migrantes, a área em estudo numa posição privilegiada recebe novas famílias estas obtêm vantagens sobre os residentes, já que chegavam com os títulos de posse das terras e expulsava os posseiros, que passaram a ocupar as áreas de terrenos acidentados e terras arenosas que até então não interessava ao novo grupo.

Todos esses fatores, políticos, econômicos e institucionais contribuíram no fortalecimento do latifúndio na bacia do rio Itiquira como torna possível observar em fala de Moreno (1999) quando a autora argumenta a origem do latifúndio na segunda metade do século XX no Mato Grosso:

A expansão da pequena propriedade naquele momento histórico mostrava ser utópica, uma vez que toda a política fundiária estadual estava voltada para a expansão da grande propriedade, adequada ao sistema produtivo vigente e vinculada aos desejos oligárquicos. Os governantes tentavam conciliar a expansão da pequena produção, a partir de uma colonização espontânea, sem que o Estado arcasse com ônus econômico e sem riscos políticos às suas lideranças. (MORENO, 1999, p. 73)

O Estado que estimulava a ocupação e apropriação das terras era o mesmo que se ausentava da regularização e distribuição justa das propriedades. Por outro lado, eram muitas terras apropriadas por poucas famílias e as que já residiam não somavam contingente significativo de resistência. De modo que ao fim de 1980 a concentração de terra e estabelecimento da agricultura de mercado se consolida na área e novas relações são estabelecidas e o agronegócio vai despontando em sua essência de predador da sociobiodiversidade, como define Camacho (2010).

O desenvolvimento agropecuário como aponta Moreno (1999) até o fim de 1980 responde pela colonização empresarial e serviu de pretexto para a privatização de grandes áreas. Na bacia do rio Itiquira esta realidade é percebida pela privatização do médio curso e algumas faixas do alto curso pelos migrantes sulistas que se tornaram grandes empresários agrícolas contribuindo com as balanças comerciais do país.

Esses capitalistas rurais entendidos em Oliveira (2013, p.59) como “todos aqueles que, possuidores de capital, o destinam à produção. na agricultura, adquirem terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para trabalharem para eles em troca de um

salário” evidencia as relações capitalistas na bacia por meio das instalações de suas agroindústrias a chegada do Grupo Maggi e Michelin expressa essa consolidação.

As agroindústrias não só despontam como a afirmação da expansão como do capitalismo como seu caráter conservador sustentado pelas políticas de desenvolvimento do governo federal que dava aos latifundiários incentivos e garantia de “financiamentos para a criação de suporte físico e tecnológico adequado as transformações do cerrado” (SILVA, 2003,p.66), e aqueles que não receberam incentivos a inicio da instalação como ocorreu com o Grupo Maggi se beneficiaram de infraestrutura viária e pesquisa proveniente do II PND, Polocentro e Prodoeste.

O fortalecimento da agricultura de mercado na bacia do rio Itiquira não só se percebe na ascensão da área como “rainha da soja” do estado como no próprio esvaziamento do campo como indicou os dados agropecuários de 1996 do IBGE. Os dados permitem interpretar que ocorria em todo o alto e médio curso um rearranjo das relações, que serão expressos pela saída de muitos posseiros destituídos de terras para os núcleos urbanos das cidades de Rondonópolis, que já se fortalecia como polo industrial e Alto Garças que abriu vários setores de serviços agrícolas, Ferreira (2001), tendo aqueles que para outros migraram para outros estados.

Realidade esta muito comum nos espaços rurais incorporados pelo capital que em sua expansão vai desestruturando os camponeses tornando insustentável a permanência destes apenas por seu trabalho, Christoffoli (2012), posteriormente nos demais censos, sobretudo de Itiquira onde se tem a maior concentra as propriedades de fins agrícolas tem-se um retorno da população rural.

Esse retorno da população ao campo se dá em sua maioria por pequenos e médios produtores que conseguem com suas famílias e associações retirar algum rendimento de suas terras localizadas nos terrenos acidentados e terras inóspitas para agricultura no alto curso da bacia; pelas fazendas que passam a dar residências a seus trabalhadores no interior de suas sedes; e pela abertura de assentamentos de agricultura familiar. Este último surge representando uma possibilidade de renovação da realidade agrária da bacia do rio Itiquira.

A origem dos assentamentos na bacia do rio Itiquira segue como uma extensão do que já vinha ocorrendo no Brasil desde os anos 80 após a modernização agrícola no campo brasileiro iniciada nos anos 60. Bergamasco (1996) destaca os trabalhadores assentados como uma categoria que surge das contradições introduzidas pelo capitalismo no campo

que destruiu as formas de relações coletivas do camponês com o latifúndio, seja por parcerias, meações e colonatos.

Nesse contexto as primeiras manifestações efetivas de interesses de trabalhadores por acesso à terra ocorrem no município de Itiquira e se faz por acampamentos meio de oposição salientado em OLIVEIRA (1996, p.14) como “formas de lutas de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito da terra livre e ao trabalho liberto”, no entanto as terras ocupadas não foram terras devolutas e sim propriedades de capitalistas em dificuldades financeiras.

A formação de assentamentos em toda a área da bacia tem como essência a compra de terras de capitalistas e embora se tenha a frente da formação das associações, cooperativas e assentamentos inseridos na bacia do rio Itiquira um discurso baseado em ideais de reforma agrária, a mesma não vem a ocorrer, pois como torna evidente Filho (2009, p.248) “a reforma agrária deve proporcionar uma alteração na estrutura de propriedade da terra” o Estado tem que se incumbir da desapropriação como determina a Constituição Federal.

O que se observa na realidade em estudo é mais uma forma de estreitamento das instituições públicas responsáveis por instaurar a justiça social no campo com os capitalistas rurais. Ocorre que esses órgãos governamentais repetem suas ações negligentes, pois como expressa os documentos dispostos nos resultados desta pesquisa, os trabalhadores familiares assentados estão localizados em áreas de fazendas de proprietários locais que concentraram terra, mas que não tiravam renda.

São terras que desde as primeiras ocupações foram marginalizadas pela sua “inutilidade” aos interesses primeiramente dos posseiros e posteriormente aos migrantes sulistas. De modo que os agricultores familiares, dentro dessa aparente abertura econômica, estão sendo desde as primeiras ocupações, degradados em suas intenções, aspirações e participação na economia local e regional, dado o estado de abandono que os mesmos foram e estão inseridos.

Pois, como salienta BERGAMASCO (1996, p.10):

a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social ( saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio crédito e comercial) que leva ao sucesso dos assentamentos, bem como de qualquer outro produtor rural.

Pois, no Brasil é responsável por assegurar tais condições de infraestrutura social e produtiva as instituições e organizações da sociedade garantindo a eficiência das políticas públicas de governo e de Estado, Fernandes (2015). Mas no contexto do pequeno produtor e agricultor familiar na bacia do rio Itiquira o que se tem são inadimplências, abandonos, troca continua de donos de lotes e por vezes perda de produtos por falta de comércio.

Toda essa condição ineficiente da pequena produção compromete a qualidade das relações e fortalecimento das associações e cooperativas dos assentados e pequenos produtores da área dado ao que Oliveira; Santos (2015) afirma ser a finalidade dessas duas modalidades de produção coletiva no Brasil, atender as demandas do Estado em função do desenvolvimento do capitalismo, e ressalta baseadas em Marx o caráter negativo dessa mediação:

A participação do Estado no fomento às cooperativas desestrutura ainda mais seus objetivos e as transforma em movimentos de caráter puramente mercadológico. Para Marx (2000), as cooperativas só têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses. (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p.129)

Reside nessa mediação às dificuldades que fragilizam a pequena produção na bacia, a negligência do Estado que não cumpre com os prazos, fomentos e incentivos deixando muitos a mercê por vários meses e quando estes tentam se organizar para fortalecer sua representatividade o mesmo Estado por meio de suas instituições termina por favorecer uns em detrimentos de outros.

Somado a esses fatores, tem-se também a própria questão fundiária que envolve esses pequenos produtores e assentados. Acerca dos tamanhos das propriedades dos assentamentos de agricultura familiar em Mato Grosso Alves (2012) afirma que há pouca diferenciação no tamanho dos lotes, embora sejam pequenas áreas a diferenças são por vezes alarmantes como ocorre entre os produtores familiares da área. Pois muitos como no assentamento Adriana possuem livres para cultivar seis hectares, enquanto que o assentamento dos Seringueiros de Ouro Branco do Sul conta com 110 ha, implicando assim na capacidade de geração de renda dos produtores.

Todas essas problemáticas e insatisfações são aplacadas por ações paliativas dos órgãos municipais dos quais os assentados são dependentes na tentativa de fazer valer seus projetos de vida como determina Fernandez; Ferreira (2004). Esses mesmos autores ao discorrer sobre a formação dos assentamentos no Mato Grosso evidenciam que a qualidade dos mesmos só poderá ser conquistada por lutas políticas, e essas na bacia do rio Itiquira

vêm sendo contidas de governo em governo por políticas públicas de soluções rápidas e pontuais.

Assim os assentamentos rurais que poderia ter representado a democratização do espaço agrário da bacia do rio Itiquira, despontou como mais um favorecimento ao modelo hegemônico do capitalismo no campo, pois se fez dentro dos moldes da política fundiária do Estado que não valoriza de fato as relações sociais da agricultura camponesa como reforça FERNANDES, 2015, p. 20.

a agricultura camponesa ou familiar não foi protagonista do modelo do agronegócio do qual são dependentes e marginais, de modo que alguns movimentos camponeses procuram criar outro modelo de desenvolvimento a partir de suas relações sociais: do trabalho familiar, associativo ou cooperativo, da pequena escala, do desenvolvimento local, na economia solidária etc.

Além de elevar a questão da pequena produção e familiar a um campo de embates a própria distribuição aquisição das terras trouxe custos elevados, pois como afirma Bergamasco (1996) quando se dá a compra de terras de particulares e não desapropriação, como ocorreu na bacia, para distribuição entre trabalhadores rurais se tem um maior gasto de dinheiro público.

A questão agrária que produz o espaço da bacia do rio Itiquira não se fez apenas por questões históricas de concentração de terras, mas também pelas políticas neoliberais que reforçam essa questão estrutural e que a mais de duas décadas forjam as políticas governamentais de distribuição de terras no Brasil.

A reforma agrária tem sido realizada predominantemente como uma política de subordinação e os resultados estão aquém das proposições dos movimentos. Isso não significa que ela não possa ser uma política emancipatória, mas, para ser, precisa dos elementos constituintes, como a participação das partes interessadas com autonomia e poder de decisão. (FERNANDES, 2015, p. 33)

A participação das partes nas decisões é ínfima e o caráter de subordinação dos assentados permanece, sobretudo pela criação de todos os assentamentos situados na área da bacia do rio Itiquira terem ocorrido posterior as medidas do Banco Mundial nas políticas públicas no campo brasileiro, implementadas nos primeiros anos de 1990 como aponta Filho (2009) na denominada MRAM - Modelo de Reforma Agrária de Mercado.

É possível perceber as influências da MRAM na área em estudo pela forma de acesso a terra que com exceção do Assentamento Santa Ana, todos os demais tiveram a



frente das compras, regularizações e partilhas empresas privadas e muitas delas os produtores não chegaram a conhecer. Todas essas intervenções ocorreram num momento em que a reforma agrária assumia um caráter mercantil e era defendida por ruralistas como uma alternativa pacífica Filho (2009) e o acesso à terra pautava-se na lógica do mercado.

Essas formas “pacíficas” de estabelecer assentamentos são apontadas por Pereira (2009) como políticas não nocivas ao mercado e ao mesmo tempo de subordinação camponesa aos grandes capitalistas e suas agroindústrias, ao que Oliveira (2016) demonstra como processos contraditórios e distintos:

De um lado, está a industrialização da agricultura, ou seja, o desenvolvimento da agricultura capitalista abriu possibilidade histórica aos proprietários de terras ou aos capitalistas/prorietários de terra para a apropriação do lucro e da renda capitalista da terra. É por isso que o capital, os monopólios se territorializaram. De outro lado, porém, está o processo de expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista procura desenvolver liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a, metamorfoseando-a em capital. Nesse caso, o capital, os monopólios não se territorializam, mas monopolizam o território marcado pela produção camponesa. P. 20

E esses camponeses muitas vezes guiados por discursos ideológicos terminam por concordar com os “direitos dos capitalistas” gerando o caráter contraditório, Ianni (2012). Dessa forma o atual contexto da bacia tem sido do fortalecimento dos grupos e corporações agrícolas que a cada dia amplia suas instalações por meio de suas agroindústrias e asseguram a armazenagem, processamento e destinação da produção do médio produtor que não possui instalações industriais em suas terras.

Dessa mesma forma, mantém os pequenos produtores e agricultores familiares amarrados em sua produção já que o lucro desses está na destinação de sua produção para as grandes instalações industriais, tendo em vista a baixa eficiência de seus aportes tecnológicos frente ao acesso dos grandes empresários, Christoffoli (2012, p.77) descreve essa relação:

O sistema de integração consiste no estabelecimento de contratos de fornecimento entre indústria e agricultores no quais a empresa adianta capital (na forma de insumos e tecnologia) e assistência técnica, e os agricultores, em geral pequenos, produzem em suas unidades matéria-prima que será coletada, transportada e processada pelas unidades industriais.

Dentro dos impasses e dificuldades da pequena produção os grandes capitalistas do campo, atualmente organizado em grandes grupos que controlam a maior parte das terras

na bacia do rio Itiquira se fortalecem e com a anuência das políticas de governo forçam a planificação do espaço como define Lefebvre (2006), ou seja, tentam modelá-lo de uma forma racional, e por ora tem tornado isso possível, sobretudo pelo encarecimento das terras em todo médio e baixo curso da bacia, de modo que o acesso às mesmas torna-se cada dia mais caro.

Isso se dá pela fusão imagens da natureza original a ideários relacionados à vontade, esforço e trabalho que geram novos simbolismos ao campo, Lefebvre (1991) e dissemina a perspectiva do campo industrializado como a sustentação da economia e a possibilidade de construção do bem-estar social. De modo que, as grandes extensões de terras sob a tutela de grupos fortes são içadas como a chance de se obter crescimento/desenvolvimento, logo acesso a propriedade da terra atrelada a produtos de exportação são valorizados e mantidos no ideário nacional.

Juntamente a esses quesitos de valorização nacional os produtores da bacia contam ainda com as vantagens naturais de suas terras, sobretudo das condições do relevo e dos solos que reduzem muitos dos seus gastos e valorizam ainda mais a suas posses. Tendo em vista que “os produtores capitalistas e os agricultores em geral precisam da terra, que é um bem da natureza fundamental para a produção de suas mercadorias” (STÉDILE, 2012, p.670) e no caso dos proprietários do médio e baixo curso da área suas terras são muito boas para as demandas agrícolas internacionais, garantindo a hegemonia dos mesmos.

Assim, o capitalismo tem incorporado todo o espaço rural da bacia do rio Itiquira transformando – o numa base de seus complexos agroindustriais e por meio das grandes propriedades apropriadas esses retém a terra como reserva de valor, Oliveira (1987), e por meio delas assegurado seu modelo produtivo apontado por Christoffoli (2012, p.45) como a automatização da produção agrícola frente as limitações naturais “ reprodução da fertilidade da terra, diminuição do tempo de produção graças ao emprego de conhecimentos de engenharia genética” e substituição do trabalho humano com “ emprego de máquinas, implementos, herbicidas”.

A demonstração de que as demandas do capital têm integrado toda a área da bacia está na inserção, nos últimos anos, das áreas do seu alto curso, até então áreas de relevo acidentado e solos pobres para produção agrícola de mercado. Essa faixa onde se encontra os assentamentos de agricultura familiar e pequenos pecuaristas e onde ainda pode ser encontradas pequenas e médias propriedades têm sido desde o final da primeira década de

2000 incorporada para o plantio de eucaliptos, na área plantado com a finalidade de produzir lenha para os complexos industriais.

Representando com isso a consolidação das políticas neoliberais no campo, como demonstra Oliveira; Santos (2016). Ao que Fernandes (2012) já apontava como mais uma produção a competir com a produção de alimentos e a atuação das pequenas produções e a impulsão da estrangeirização das terras brasileiras. Tal comportamento aponta para o que Lefebvre (1986, p.45) afirma ser “problemas, necessidades, tendências, conflitos, adaptações bem-sucedidas ou frustradas” que ascendem no modo de produção capitalista e que aflora as incertezas, desequilíbrios e fissuras nas ordens das coisas e que compõem a produção do espaço.

Pois, embora esteja ocorrendo à incorporação das últimas terras que ainda estão de posses dos remanescentes dos primeiros posseiros na área e da pequena produção e agricultura familiar para a ampliação do capital, o destino desses grupos minoritários na área ainda se apresenta de forma indecisa, já que aparentemente não ocorre ainda a expulsão desses de suas propriedades, mas a anexação das terras destes por forma de arrendamento pelos grupos que tem investido na produção do agrocombustível.

Mas, como afirma Fernandes (2015) à estrutura capitalista não muda, altera-se apenas as condições em que ocorre sua ação, de modo que aceitação desta monocultura por parte dos pequenos proprietários representa para os mesmos a oportunidade de crescimento. E tal condição se faz como de hábito no Brasil por mecanismos do Estado, OLIVEIRA; SANTOS (2016, p.37):

Tudo isso sob o apoio incondicional do Estado em seus diferentes estratos de governo, nos aspectos financeiros, técnicos e jurídicos, bem como na condução das estratégias de convencimento das populações locais para aprovação dos projetos de introdução, desenvolvimento e expansão dos monocultivos do eucalipto.

Os mesmos autores complementa essa perspectiva afirmando que essa tendência consiste em mais uma forma da monopolização da agricultura. Nisto a bacia do rio Itiquira está inserida no mercado mundial e a atribuição de finalidade produtiva visando a exportação para as terras do seu alto curso só aponta para uma estratégia vital de sobrevivência do capitalismo, Oliveira; Santos (2016 *apud* Harvey, 2005) que usa dos seus excedentes para investir em áreas promissoras e que podem trazer lucro e temporariamente contenção de suas crises.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento da produção do espaço por meio da compreensão dos ritmos permite perceber as muitas atividades existentes nele e as manifestações materiais simultaneamente. Como também as ações e discursos das instituições governamentais e capitalistas na busca incessante por controlar, organizar e estruturar o mesmo. Abrindo ainda a possibilidade de sentir as contradições que essas relações criam frente aos desejos, a linguagem e valores sociais.

A coexistência das formas materiais, das falácias dos governos encabeçada por fortes interesses de obter lucro e o simbólico cheio de valores e referências para as muitas sociedades geram contradições percebidas na produção do espaço agrário da bacia do rio Itiquira desde os primeiros registros sobre sua ocupação.

Conclui-se ao termino desta pesquisa que toda a questão agrária da bacia foram pensada dentro dos propósitos de uma elite agrária que sempre estiveram a frente das tomadas de decisões do Estado. Como também manipulando e produzindo meios de se favorecerem nas políticas publicas dos vários governos que já estiveram a frente da máquina pública brasileira.

De modo que área vem sendo apropriada desde quando o Mato Grosso era uma província para interesses dos latifundiários e capitalistas do campo. Sendo um reflexo dos fatores históricos da concentração de terras no Brasil, perspectiva essa que encontra respaldo na própria forma como as terras foram concentradas na bacia e as finalidades dadas pelas atividades econômicas que condicionaram e condicionam a organização da mesma.

De modo que como foi apreendido no decorrer da pesquisa o espaço agrário da bacia se fez por meio de estabelecimento de latifúndios e discursos desenvolvimentistas, vindo a ocorrer no decorrer dessas relações mudanças nas questões de convívio e relações sociais entre indivíduos.

Pois gradualmente, desde que bacia tornou-se um corredor para o trânsito de comerciantes, os residentes foram modificando seus modos, costumes e vínculo com terra. É possível afirmar que as relações coletivas foram rompidas na área da bacia após a efetivação e reconhecimento da mesma para fins de agricultura de mercado.

E junto a essa se criou áreas marginais, no sentido que os poucos residentes que conseguiram manter seu sustento por meio da terra foram impelidos a ocupar áreas de

terrenos arenosos e acidentados. A outra parte dos residentes procuraram núcleos urbanos e os demais se tornaram trabalhadores das grandes fazendas.

E as relações de convivência e dos indivíduos com a terra e com o trabalho demonstram, no desenrolar histórico de ocupação da bacia do rio Itiquira, o caráter predatório do capitalismo no campo. Afinal o contato do indivíduo com a terra por meio de salários acabaram com os valores e sentimentos que o homem adquire pela experiência em lavrar e conduzir a produção daquilo que de fato se apresenta como necessário a sua vida.

O assalariamento do trabalhador do campo e os avanços das técnicas promovem cotidianamente o adestramento do homem pelo trabalho, que desconsidera o uso e sim a troca e a garantia da efetividade do lucro que mantém os capitalistas. Não há dúvidas que na área estudada toda a mecanização do ser para atender o mercado externo agropecuário tem estado cada vez mais consolidado.

A retirada dos trabalhadores das sedes das fazendas e o uso dessas áreas para ampliação das instalações das agroindústrias e a substituição de centenas de pessoas por algumas unidades de máquinas de grande porte e a redução da população rural na maioria dos municípios inseridos na bacia evidenciam a expulsão do homem da terra e sua marginalização tanto na produção material quanto de preservação de sua essência.

A produção do espaço agrário da bacia não se faz somente na alteração das relações sociais de trabalho pelos interesses do capital e políticas de Estado e governo. A própria estrutura fundiária extremamente concentrada dá a entender o fortalecimento da agropecuária de mercado na área. Embora, inicialmente os latifúndios não tivessem esse fim na bacia, mas são eles que garantem atualmente os subsídios e acessos as políticas econômicas nacionais e os créditos nas instituições financeiras.

Quanto à pequena produção e as tentativas de modificar a estrutura fundiária não tiveram êxito, pois a soma da área das áreas destinadas aos assentados não se aproxima de 1% da área total da bacia. E a própria política de distribuição dos lotes foi promovida com fins de salvar fazendeiros em dificuldades financeiras, porém com bons relacionamentos políticos ou para favorecer grupos agrícolas.

Além de contribuir com os interesses dos capitalistas latifundiários na aquisição da terra, os assentamentos de agricultura familiar e a pequena produção apresenta baixa participação na economia regional estando restrita ao mercado local onde não consegue muitas das vezes cobrir as despesas da produção.

A realidade da pequena produção e da agricultura familiar fica percebida na bacia do rio Itiquira como dependente das instituições do Estado e as ações destas são intencionais, pois consegue conter as reivindicações dos grupos sociais que buscam o acesso a terra, favorecer a grande produção agrícola e pecuária e ainda consegue manter a falácia da justiça social no campo brasileiro.

Dessa forma, o espaço agrário da bacia do rio Itiquira está concretizado nas perspectivas do mercado agrícola, pois já tem em toda a área a consolidação de atividades voltadas à exportação. Enquanto impedem o crescimento e fortalecimento da pequena produção e fragilizam ainda mais as relações da agricultura familiar.

A exclusão dos pequenos grupos que resistem na terra se dá obviamente pelos latifúndios que se expressam de uma forma absurda na bacia do rio Itiquira tornando evidente o controle da mesma pelos desejos dos proprietários individuais e dos grupos agrícolas encontrados na área.

E no momento as tendências do mercado agrícola que tem investido na criação de áreas de reflorestamento de onde exploram a produção de agrocombustíveis nas proximidades das poucas propriedades inferiores a 1.000 hectares, permite apreender que o futuro agrário será de ampliação das propriedades. Esse aumento considera tanto a incorporação de mais estabelecimentos rurais por meio de compra ou o arrendamento das terras pelos grupos agrícolas que investem nesse setor.

Enfim, fica evidente que a área estudada está totalmente relacionada aos interesses do mercado mundial e que contribui com o cenário agroexportador que o país vem desenvolvendo, sobretudo nas últimas décadas com as políticas neoliberais inseridas no campo brasileiro e que tem obtido êxito na bacia.

Conclui-se, que por vias históricas baseada nos registros sobre a área desde o final do século XVIII, a ocupação da bacia ocorreu primeiramente no seu baixo curso pela pecuária. Posteriormente toda a faixa de chapadão do médio curso pelas lavouras temporárias de grãos que abastecem o mercado internacional e atualmente está incorporando o alto curso pelas lavouras permanentes.

Quanto às relações sociais de vivência e trabalho, prevalece o trabalhador assalariado sem acesso a terra. Tornando evidente que a produção do espaço agrário da bacia do rio Itiquira se fez com base na supressão do espaço dos valores, desejos e afetos da maioria dos residentes para atender os discursos e ideais do Estado governado por burgueses e elites agrárias, culminando num espaço estruturado, organizado e concebido

para a perpetuação desses desmandos prevalecendo, mais uma vez, a falta de justiça social no campo.

Após essas conclusões das contribuições que a pesquisa constatou foram reconhecidas algumas limitações na análise e descrição da realidade estudada. Dentre elas são apontadas:

Uma das dificuldades da pesquisa foram as *técnicas de obtenção e interpretação dos dados*, tendo em vista que a realidade estudada é composta da interação de seis municípios. De modo que os dados, sobretudo os quantitativos apontam para a realidade da bacia em si, mas não foi possível apreender a totalidade das relações entre esses municípios, especialmente aqueles que os limites municipais consistem em áreas muito pequenas no interior da bacia. O que levou muitas das vezes a falta de informação e em outras descrições e análises uma generalização na interpretação da realidade individual de cada município;

As questões da *representação cartográfica*, essas puderam ser apreendidas desde a delimitação da área estudada. Devido o banco de dado ter sido construído com base num sistema geométrico de delimitação da ANA e corrigido manualmente em ambiente virtual e reprojeta várias vezes no SIG apresentando algumas distorções. Abrindo uma margem de erro e trazendo a possibilidade da forma e extensão da área bacia do rio Itiquira ser diferente da representada.

A pesquisa apresenta em seu produto final outras dificuldades cartográficas. A primeira constada se faz na questão da *escala* tendo em vista que o banco de dados de todas as cartas foi obtido por meio de estudos de instituições e órgãos públicos sobre grandes áreas. De modo que as escalas são pequenas e a redução dos dados para espacializar a realidade da bacia em 1: 500.000 pode ter limitado a interpretação dos fatos;

O uso da *metodologia* de mapeamento das empresas de onde foram obtidos os dados também limita a interpretação, no sentido que pode ter deixado passar despercebido algum fato que poderia vir a contribuir na interpretação agrária da bacia. Considera-se que na realidade se tenha bem mais tipos de solos e usos e ocupação e questões de distribuição fundiária que não foram alcançadas pela representação cartográfica.

Uma contribuição que a pesquisa poderia ter trazida era *representação temporal*, porém não foi possível realizar uma espacialização histórica que permitisse uma análise comparativa da realidade e suas transformações. Ficando essa análise limitada a dados

isolados de alguns municípios levantados por bibliografias e complementados por entrevistas, abrindo espaço para uma subjetividade na pesquisa.

Os *trabalhos de campo* foram poucos em relação ao tamanho da área, de modo que muito dos fatos e dados foram mediados pela pesquisadora residente na bacia do rio Itiquira. Porém, se reconhece que seria necessário mais visitas para melhor apreender a realidade estudada e aprimorado a interpretação da realidade agrária por fatores que só podem ser percebidas e vividas na prática.

Quanto ao método apresentado e sua busca por compreender os ritmos na produção do espaço, neste caso o espaço agrário, como foi apontado na fundamentação teórica onde a interpretação da realidade concebe a interação do espaço concebido, percebido e vivido ao término da pesquisa não ficou totalmente evidente. Cabendo ao leitor o trabalho de interpretar e identificar dentre os dados descritos e analisados essa produção do espaço agrário.

No geral, a pesquisa sobre bacia do rio Itiquira atinge seu objetivo em compreender a produção do seu espaço agrário. Tendo contribuições positivas no campo social ao evidenciar mais uma área sobre o controle do capitalismo e suas mazelas. Abrindo mais um espaço de luta e discussão acerca das transformações necessárias ao campo brasileiro. Quanto às limitações da pesquisa essas poderão vir a ser superadas e aprimoradas ao longo da vida acadêmica desta ou de outros pesquisadores.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. Introdução espacial: o caso do PRODEPAN. III Simpósio sobre Recursos Naturais e Socio-econômicos do Pantanal – **os desafios do novo milênio**. 27-30 de novembro. Corumbá-MS, 2000.

ABROMOVAY, Ricardo. A agricultura familiar e capitalismo no campo. **In:** A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990. 1 ed. São Paulo, 2013

ALLASIA, Daniel G; COLLISCHONN, Carlos Eduardo Morelli Tucci; GERMANO, Andrea et.al 2004. Modelo Hidrológico da Bacia do Alto Paraguai. III Simpósio de Recurso Hídricos do Centro-Oeste. 2004. Disponível em < <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/III+Simposio+de+Recursos+Hidricos+do+Centro+Oeste/2798> > Acesso em 01/07/2016.

AZEVEDO, Leon Martins Carriconde. O rural e o Urbano na teoria de Henri Lefebvre. XIII Jornada do trabalho: a irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do Século XXI: os novos desafios da geografia do trabalho. Presidente Prudente-SP. 09-12/10/2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: Tatiana Merlino; Maria Luisa Mendonça. (Org.). Direitos Humanos no Brasil - 2012. 1 ed. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012, v. 1, p. 75-86.

CALDART, Roseli Salete et al. Dicionário da Educação no Campo. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do agronegócio-latifundiário – exportador e suas implicações socioambientais. Revista Agrária. n.13, 2010. pp. 169-195.

CANO, Hellen; SCARELO, José Antônio; GUIMARÃES, Lucy Teixeira et.al.2011.N Saneamento Segundo a Bacia Hidrográfica. Atlas de saneamento. IBGE. 2011.

CASTANHO, Sergio E.M. Atualidade do Método Dialético. Revista de Educação. PUCCAMP. Campinas. v 1, n1, p. 13-21. Agosto, 1996.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Agroindústria. In: Dicionário da Educação do Campo. Org: CALDART, Roseli Salete et.al. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CIA Ambiental. Plano Diretor Municipal Município de Itiquira/MT: Diagnostico Parcial. Prefeitura Municipal de Itiquira –MT.2015

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In: Dicionário da Educação do Campo. Org: CALDART, Roseli Salete et.al. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. A questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional. USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. São Paulo, 2012.

DOTTO, Silvana Emanuele. Os ritmos e as paisagens na bacia do rio Tandarimana: avaliação da qualidade das águas através da Ritmanálise. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Geografia. Dissertação. Cuiabá: 2009.

FERNANDES, Bernado Mançano. Políticas públicas e questão agrária: base para o desenvolvimento territorial camponês. **In:** FILHO. E.S.R . et al, (Org). Estado, políticas e território. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões , 2015.

FERNANDEZ, Antônio João Castrillon. FERREIRA, Eudson de Castro. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. **In: Assentamentos rurais.** Org. Leonildo Servollo de Medeiros e Sérgio Leite. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

GANCHO, Candia Vilares; LOPES, Helena de Queiroz Ferreira; TOLEDO, Vera Vilhena de. A posse da terra. Editora Ática: São Paulo, 1991

GARCIA, Maria Cristina. A dialética materialista. São Paulo: Ateniense, 1993.

HISSA, Helga Restum; MACHADO, Carlos José Saldanha. Gestão participativa de recursos hídricos em microbacias hidrográficas. In: MACHADO, Carlos José Saldanha (org) Gestão de águas doces. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004. p. 345-359.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Demanda por região hidrográfica 2006-2007. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Agência Nacional de Águas. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tipologias dos municípios brasileiros. Atlas Nacional Milton Santos. 2010.

\_\_\_\_\_. Distribuição da população das vilas e povoados. Atlas Nacional Milton Santos. 2010.

\_\_\_\_\_. Perfil econômico dos municípios 2004-2008. Atlas Nacional Milton Santos. 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. **Bancada Ruralista:** o maior grupo de interesse no congresso nacional. Brasília, out, 2007 – ano VII – nº.12

INSTITUTO SOS PANTANAL. Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do solo na Bacia do Alto Paraguai: porção brasileira. Período de análise 2012-2014. Brasil : Brasília, 2015.

KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense. 2008.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do espaço. 4ª edição. Editora Paris: Editions Anthropos. 1ª versão, 2006.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. Editora Ática: São Paulo, 1991.  
Lefebvre, Henri. Problemas de Sociologia Rural. in: Introdução Crítica a Sociologia Rural.  
org : José de Souza Martins. São Paulo : Hucitec, 1986.

MACHADO, Carlos José Saldanha; MIRANDA, Napoleão; PINHEIRO, Ana Amélia dos Santos. Carlos José Saldanha. A nova aliança entre Estado e Sociedade na administração da coisa pública: descentralização e participação na política nacional de recursos hídricos. In: MACHADO, Carlos José Saldanha (org) Gestão de águas doces. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004. p. 03-35.

MALAGODI, Edgard. O que é materialismo dialético. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Henri Lefebvre in: Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. Editora Hucitec: São Paulo, 1996. pp 13-25.

MOREAUX, Michel Philippe. Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade. Pontifícia Universidade Católica. Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, 2013.

NASSER, Ana Cristina Arantes. FUMAGALLI, Marlene. A opressão da equivalência as diferenças in: Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. Editora Hucitec: São Paulo, 1996. pp 25-39.

O'NEILL, Maria Mônica Vieira Caetano. Relação Rural-Urbano. Atlas do Espaço Rural Brasileiro. IBGE. 2011. pp. 242-259.

OKA-FIORI, Chisato; FIORI, Alberto; HASUI, Yociteri. Dinâmica da ocupação do solo da Bacia do Rio Itiquira, Mato Grosso. Revista RAIEGA, Curitiba, n. 7, p. 19-31, 2003.  
OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Bernadete A. C. de Castro. MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A teoria das formas em Lefebvre in: Henri Lefebvre e o Retorno á Dialética. Editora Hucitec: São Paulo, 1996. pp 99-109.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de. SANTOS, Josefa de Lisboa. Organização dos pequenos produtores: o cooperativismo/ associativismo no polo irrigado Petrolina/Juazeiro. **In:** FILHO. E.S.R . et al, (Org). *Estado, políticas e território*. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

OSEKI, Jorge Hajime. O único e o homogêneo na produção do espaço in: Henri Lefebvre e o Retorno á Dialética. Editora Hucitec: São Paulo, 1996. pp 109-121.

PEREIRA, José Matias. O processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 34, n. 134, abr./jun. 1997.

PEREIRA, Lorena Izá. Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil; uma análise através do debate paradigmático. *Revista Nera*. Presidente Prudente. Ano 20. Nº 40. P.8-110. Setdez. 2017

PLATA, Ludwing. Dinâmica do preço da terra rural no Brasil: uma análise de co-integração. In *Mercados de terras no Brasil*. Org: Baastian Philip Reydon e Francisca Neide Maemura Cornélio. Brasília: NEAD, 2006.

RIBEIRO , Joaquim Corrêa VICENS, Raul Sánchez TOCANTINS, Nely. *Bacia Hidrográfica do Rio Itiquira/MT: Regionalização Cartográfica com Uso de Sensoriamento Remoto Aplicada a Delimitação de Unidades de Paisagens*. s/d.

RIBEIRO, J. C. **As paisagens da bacia do Rio Itiquira, MT**: análise das condições ambientais como suporte ao ordenamento. 2014. 231 f. Tese (Doutorado em geografia)- Universidade Federal Fluminense, Niteroi, RJ, 2014.

RIBEIRO, J.C. **As paisagens da bacia do rio Itiquira, MT: análise das condições ambientais como suporte ao ordenamento.** 2014. 231. f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. A questão agrária e ideologia jurídica: a função social da propriedade rural In: FILHO, E.S.R; JUNIOR, M.AM; SANTOS, L.R.S (Org). *A questão agrária e conflitos territoriais.* 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2016.

SALGADO, Moises Pereira Galvão; BATISTA, Getúlio Pereira ; DIAS, Nelson Wellausen. Et al. 2009. Caracterização de uma microbacia por meio de geotecnologias. Anais Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Natal, 25-30 de abril. 2009. pp 4837-4843.

SANTOS, Ana Cláudia. A construção de uma identidade mati-grossense. In: Políticas e Identidades em região de fronteiras: século XIX e XX. Cuiabá: Edufmt, 2012

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção à uma dialética tridimensional. GEOUSP – Espaço e tempo, São Paulo, nº2, pp. 89-109, 2012.

SILVA, Andressa Araújo. CONCEIÇÃO, Hericondio Santos. **A contra reforma agrária no Brasil e as políticas públicas nos assentamentos rurais.** XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária: ajuste espacial x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. São Cristóvão – SE. 09 a 13 de nov. 2016.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Corporação e agronegócio da soja na Amazônia. Revista ACTA Geográfica, v. 2, n. 3, p. 29-40, jan./jun. 2008.

SILVA, Elias da. Território, cidade e rede: o papel de Rondonópolis na expansão da soja no cerrado matogrossense. São Paulo, 2009.

SILVA, Luiz Guilherme; VENTURIERI, Adriano; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A dinâmica do agronegócio e seus impactos socioambientais na Amazônia brasileira. Novos Cadernos, v. 11, n. 2, p. 169-182, dez. 2008.

SILVA, Maurinésia Pereira da. Ritmos e ciclos no clima local de Cuiabá/Várzea Grande-MT: uma análise secular (1912 a 2012). 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rondonópolis, 2015.

SILVA, Vicente de Paulo da. SILVA, Rene Gonçalves Serafim. A Geografia e o estudo da vida cotidiana: um caminho para a compreensão do espaço. Caminhos da Geografia. Ubatuba. V.15. n.50, Jun/2014, p.164-171.

SILVA, Vicente de Paulo da. SILVA, Rene Gonçalves Serafim. A Geografia e o estudo da vida cotidiana: um caminho para a compreensão do espaço. Caminhos da Geografia. Ubatuba. V.15. n.50, Jun/2014, p.164-171

SOUZA, Reinaldo. **A questão agrária e a reforma agrária parcial no Brasil: breves considerações teóricas.** XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária: ajuste espacial x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. São Cristóvão – SE. 09 a 13 de nov. 2016.

STÉDILE, João Pedro. Renda da Terra. In: Dicionário da Educação do Campo. Org: CALDART, Roseli Salete et.al. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TARIFA, José Roberto. Fundamentos e conceitos. In: \_\_\_\_\_ Os climas nos maciços litorâneos da Juréia-Itatins: um ensaio de ritmanálise. 2002. f. Tese (Livre-Docência) - Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2002. v. 1. Cap. 2.5. Disciplina Climatologia e Biogeografia.

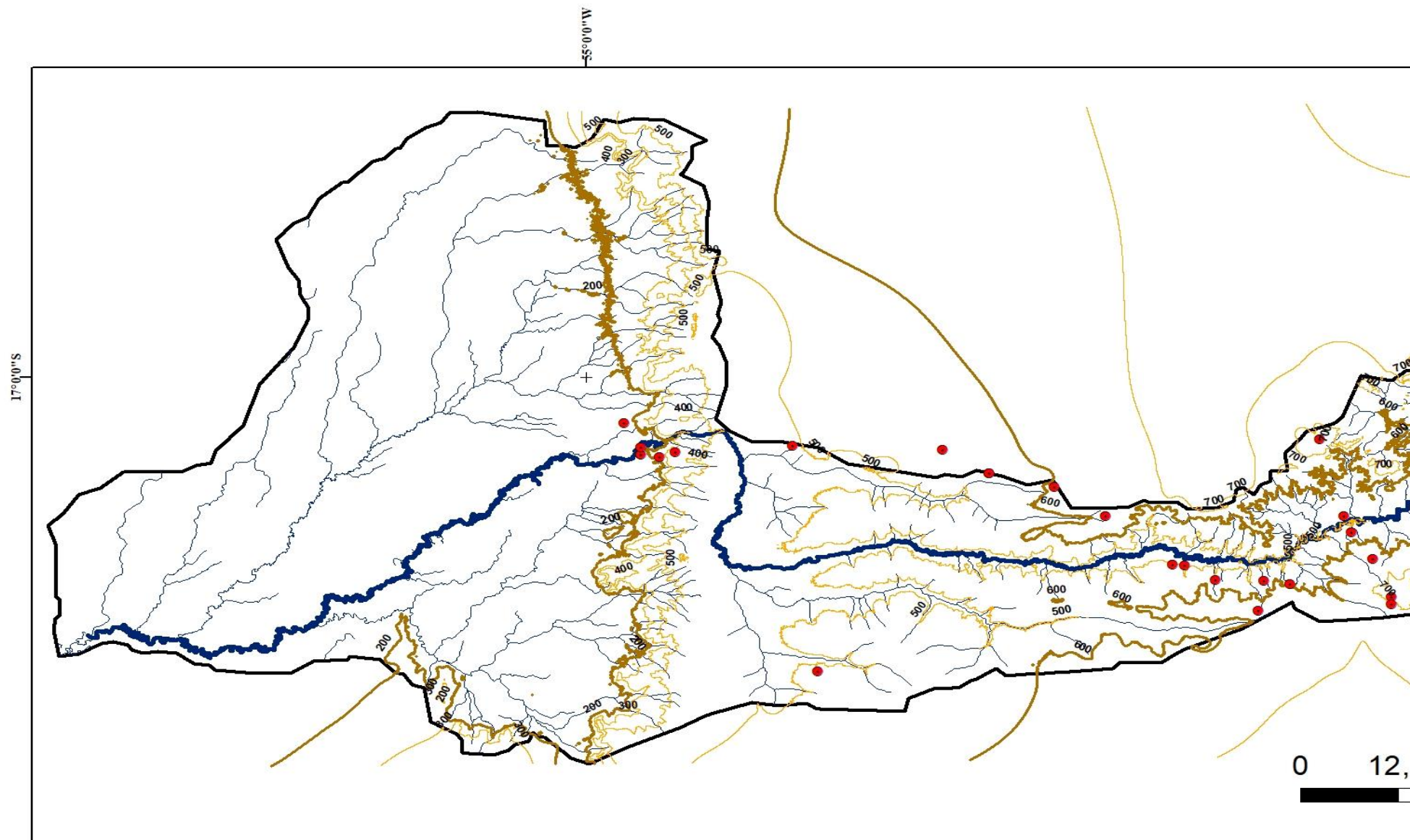
XAVIER, Glauber Lopes. Senhores da Lei, Donos: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados. Estud.Soc. e Agric. Rio de Janeiro, vol.23, n.1, 2015:131-165.

## APÊNDICES

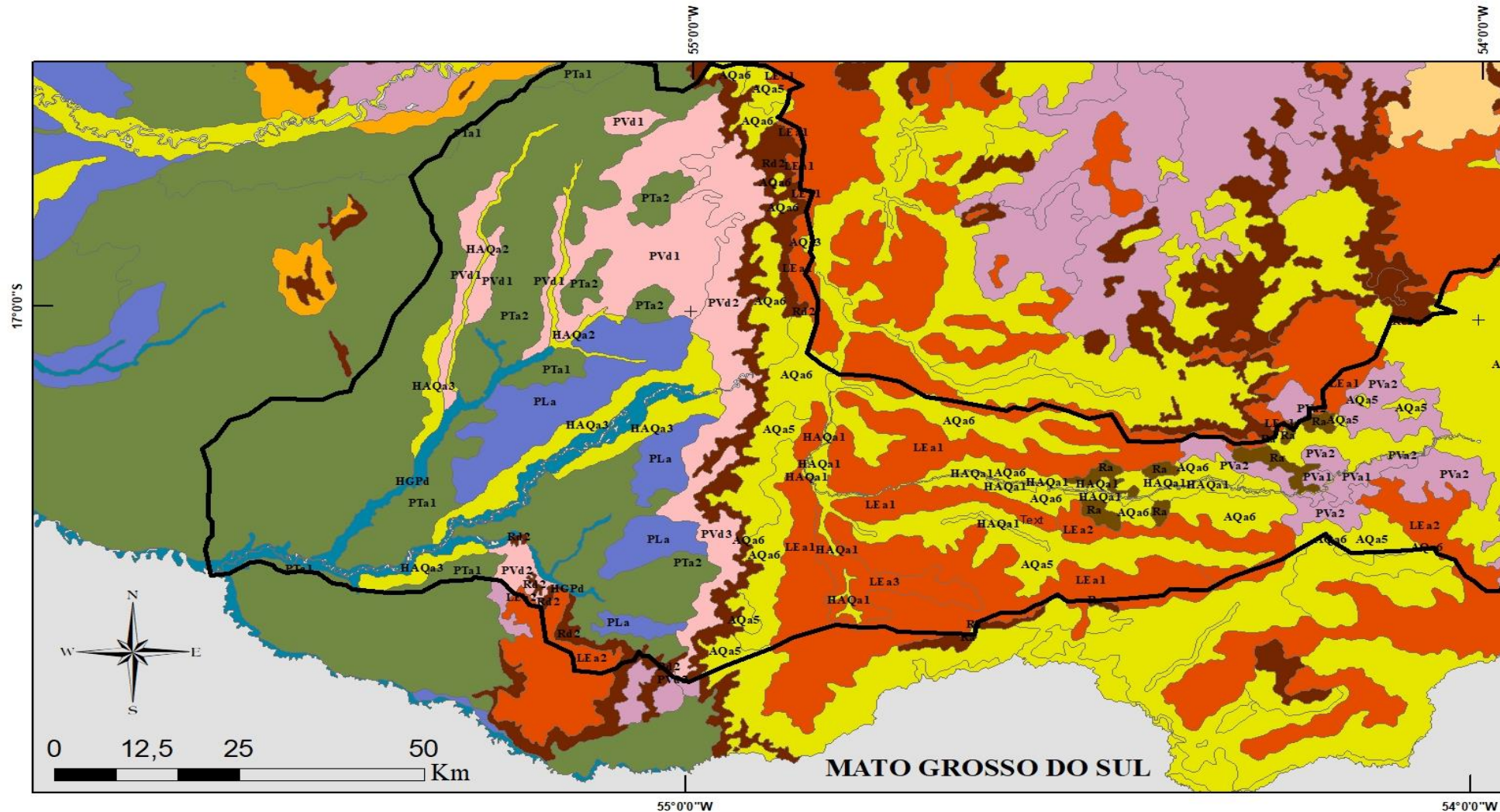
APÊNDICES A – I – IV: Cartogramas



# CARTA TOPOGRÁFICA DA BACIA DO RIO ITICÓA



# CARTA PEDOLÓGICA DA BACIA DO RIO ITIQUIRA



## LEGENDA

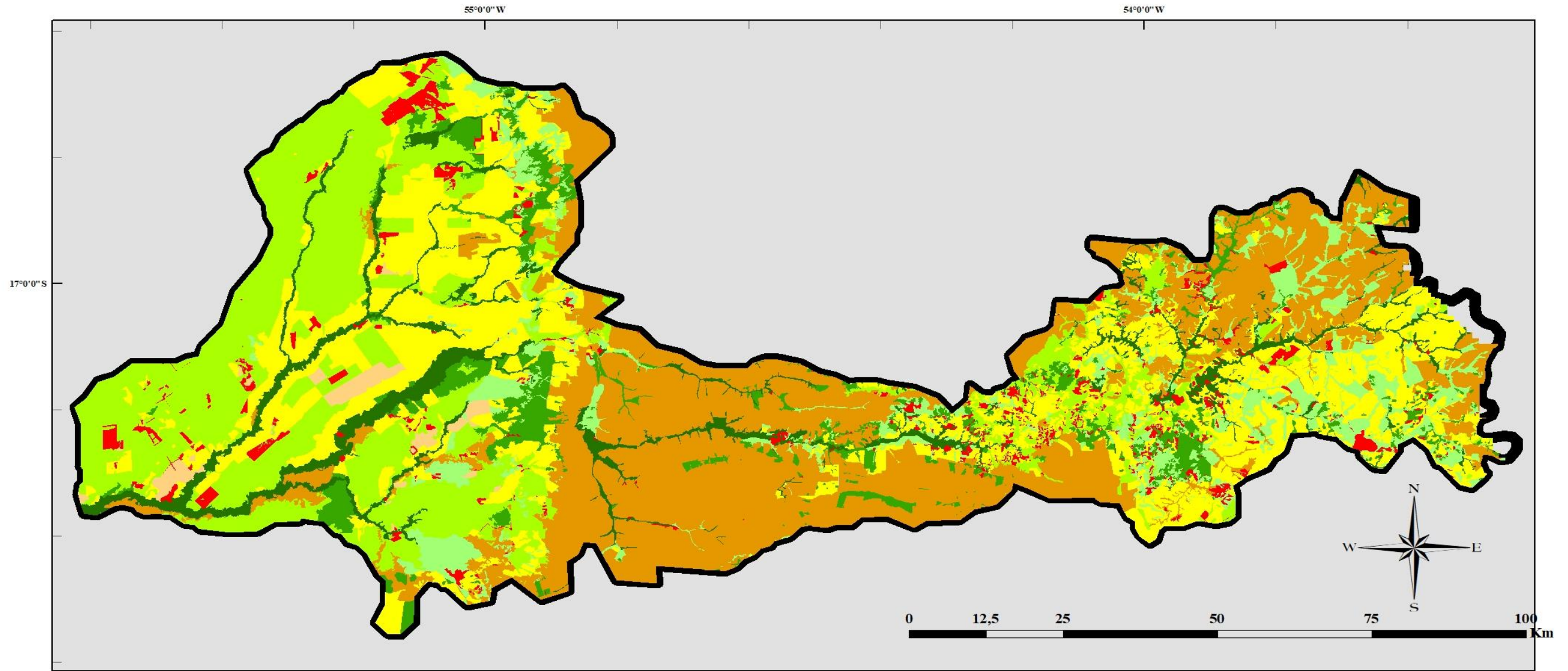
 LIMITE DA BACIA DO RIO ITIQUIRA

 CAMBISSOLO ÁLICO

 LATOSSOLO VERMELHO-ESCURO ÁLICO

AQa2 - Amoderado - Cerrado tropical - relevo plano e  
 AQa3 - Amoderado - Cerrado tropical subcadocifólia -  
 AQa4 - Amoderado - Floresta equatorial subcadocifólia -

# CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA BACIA DO RIO ITIQUIRA



## LEGENDA



ÁREA DA BACIA DO RIO ITIQUIRA

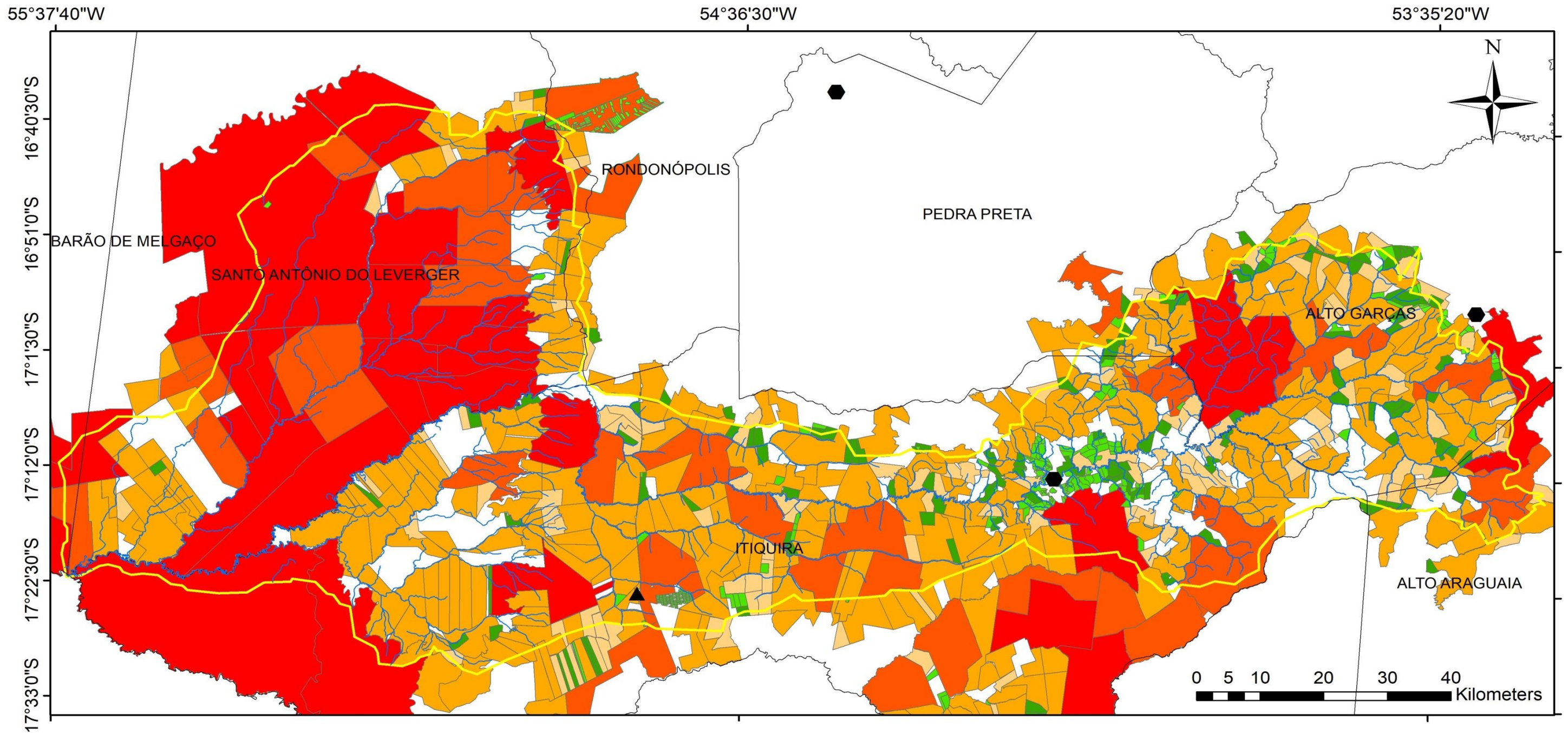
### ÁREAS NATURAIS

- |  |                             |  |                                  |
|--|-----------------------------|--|----------------------------------|
|  | FORMAÇÕES FLORESTAIS        |  | SAVANA GRAMÍNEA/ CAMPO           |
|  | SAVANAS FLORESTADA/CERRADÃO |  | VEGETAÇÃO COM INFLUÊNCIA FLUVIAL |
|  | SAVANA ARBORIZADA/CERRADO   |  | SAVANA ESTÉPICA/ CHACO ÚMIDO     |

### USOS ANTRÓPICOS

- |  |                            |  |                     |
|--|----------------------------|--|---------------------|
|  | SAVANA ESTÉPICA/ CHACO     |  | PASTAGEM            |
|  | ÁGUA                       |  | AGRICULTURA         |
|  | ALTERAÇÃO NATURAL / MANEJO |  | ALTERAÇÃO ANTRÓPICA |













Banco de Dados:  
 ANA - Agência Nacional de Águas, 2016.  
 EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
 Sistema de Referência: Sirgas2000  
 Elaborado e Organizado por: SUED, 2017  
 LabClima



**PRANCHA - 5**

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA BACIA DO RIO ITIQUIRA (MT)**

**LEGENDA**

- |  |   |   |
|--|---|---|
|  menor que 100 ha |  1001 a 5000 ha      |  Limite Municipal                |
|  101 a 250 ha     |  5001 a 10.000 ha    |  Limite da Bacia do Rio Itiquira |
|  251 a 500 ha     |  maior que 10.001 ha |  Sede de Município               |
|  501 a 100 ha     |  CAR não registrado  |  Distrito de Sede de Município   |

BANCO DE DADOS:  
 SICAR - Sistema de Cadastro Ambiental Rural, 2017.  
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
 Elaborado e organizado por :  
 SUED, 2017.  
 LabClima.